

INFORMS

INFORMATIVO
MERCOSHIPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 075/2026
Data: 08/05/2026



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP)	4
TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ TERÁ MELHORES OPÇÕES DE ACESSO DEFINIDAS POR COMISSÃO PARA AGILIZAR FLUXO DE VEÍCULOS	4
CONTRATO DE EMPRESA NO PORTO DE SANTOS É REGULAR E PODE VOLTAR A VALER APÓS SUSPENSÃO, DECIDE TCU	5
MEGATERMINAL EM SANTOS: GOVERNO FEDERAL DEFENDE LEILÃO SEM RESTRIÇÕES PARA O TECON SANTOS 10.....	6
MEGATERMINAL EM SANTOS: CASA CIVIL PEDE RAPIDEZ EM AJUSTES E APOIA ARMADORES EM LEILÃO DO TECON SANTOS 108	
ME – MOVIMENTO ECONÔMICO	9
FORTALEZA SEDIA SALÃO DO TURISMO COM CRÉDITO PARA MEIs, NOVOS VOOS E VISTO CHINÊS	9
SUDENE COMPLETA R\$ 1 BILHÃO PARA TRANSNORDESTINA NO CEARÁ	11
ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS	12
ANTAQ RECEBE SUGESTÕES PARA REVISÃO DA AGENDA REGULATÓRIA 2025–2028 ATÉ 13 DE MAIO.....	12
GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF	13
CARAVANAS DA INOVAÇÃO PORTUÁRIA ENCERRAM PROGRAMAÇÃO COM CONSOLIDAÇÃO DE PROPOSTAS E DIRETRIZES EM PARANAGUÁ	13
PORTOS DA REGIÃO SUL TÊM CRESCIMENTO DE 44% EM CONTÊINERES NO MÊS DE FEVEREIRO	14
MPOR ABRE INSCRIÇÕES PARA A 7ª EDIÇÃO DO PRÊMIO PORTOS + BRASIL.....	15
RECIFE QUE DECOLA JUNTO: COMO A EXPANSÃO DO AEROPORTO TRANSFORMOU SONHOS EM OPORTUNIDADES	16
PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE GOVERNO FEDERAL E COMPANHIAS AÉREAS FORMALIZA COOPERAÇÃO PARA ESTIMULAR VIAGENS NO BRASIL	18
RECIFE VOLTA A TER VOO DIRETO PARA CABO VERDE E AMPLIA CONEXÃO INTERNACIONAL DO NORDESTE	19
GOV.BR – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES - DF	20
MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES CONCLUI PRIMEIRA ETAPA DE REVITALIZAÇÃO DA BR-316/AL.....	21
BE NEWS – BRASIL EXPORT	22
EDITORIAL – O PACTO DE WASHINGTON ENTRE LULA E TRUMP.....	22
OPINIÃO – ARTIGOS - EFEITOS PARA O BRASIL DA GUERRA USA X IRÃ E OUTROS PAÍSES	23
COMÉRCIO EXTERIOR – “DEMOS UM PASSO IMPORTANTE COM OS EUA”, DIZ LULA	25
COMÉRCIO EXTERIOR – TRUMP DIZ QUE PRESIDENTE DO BRASIL É DINÂMICO E ELOGIA REUNIÃO	26
COMÉRCIO EXTERIOR - SOLUÇÃO PARA TARIFAS TEM PRAZO: 30 DIAS	26
COMÉRCIO EXTERIOR - EXPORTAÇÕES PARA OS EUA CAEM 11,3% EM ABRIL	27
COMÉRCIO EXTERIOR - MINERAIS CRÍTICOS: BRASIL ACENA AOS EUA	28
COMÉRCIO EXTERIOR - LULA E TRUMP NÃO CONVERSARAM SOBRE AS FACÇÕES PCC E CV.....	29
POLÍTICA - PF FAZ BUSCAS CONTRA CIRO NOGUEIRA.....	29
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	30
<i>Tecon Santos 10: uma nova avaliação</i>	30
<i>Queda de braço</i>	31
<i>Sem coletiva na Casa Branca</i>	31
<i>Pautas delicadas</i>	31
POLÍTICA - SENADOR RECEBIA ‘MESADA’ DE ATÉ R\$ 500 MIL, DIZ PF	31
POLÍTICA - VORCARO BANCOU HOTEL EM NY E ATÉ EMPRESTOU CARTÃO PARA CIRO.....	32
POLÍTICA - PLANALTO PEDE SILÊNCIO SOBRE CIRO NOGUEIRA.....	33
POLÍTICA - FLÁVIO BOLSONARO DIZ CONSIDERAR AS INFORMAÇÕES ‘GRAVES’	34
TRANSPORTES - PORTOS – MARINHA MANTÉM RESTRIÇÃO AO CALADO DO CANAL DE ITAJAÍ E NAVEGANTES.....	35
TRANSPORTES – CMA CGM PASSA A INCLUIR ESCALA NO PORTO DE ITAJAÍ NO SERVIÇO SIRIUS	36
TRANSPORTES - PORTOS - CASA CIVIL SUGERE LEILÃO ABERTO E OUTORGA BILIONÁRIA PARA O TECON SANTOS 10.....	36
TRANSPORTES - PORTOS - COMISSÃO VAI AVALIAR MELHOR TRAÇADO PARA TÚNEL IMERSONADO.....	38
TRANSPORTES - AVIAÇÃO - GOVERNO E AÉREAS FIRMAM ACORDO PARA AMPLIAR TURISMO E CONECTIVIDADE NO PAÍS .	39
TRANSPORTES - AEROPORTOS - RECIFE RETOMA VOOS DIRETOS PARA CABO VERDE APÓS SEIS ANOS	40
MINERAÇÃO - OURO SOBE PELO TERCEIRO DIA SEGUIDO COM TENSÃO ENTRE EUA E IRÃ.....	42
MINERAÇÃO - OPINIÃO – INOVAÇÃO - POLÍTICA NACIONAL DE MINERAIS CRÍTICOS E ESTRATÉGICOS: SOBERANIA NACIONAL, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO E DESENVOLVIMENTO.....	42
PETRÓLEO E GÁS - AÇÃO DOS ROYALTIES DE PETRÓLEO É SUSPensa	44
PETRÓLEO E GÁS - MARGEM DE DISTRIBUIÇÃO E REVENDA SOBE 124% NO DIESEL.....	45



COMUNICAÇÃO & MARKETING - A MATERNIDADE, A IMAGEM E O QUE REALMENTE SUSTENTA UMA MULHER.....	45
FINANÇAS - COM RISCO GEOPOLÍTICO, IBOVESPA CAI 2,38%	47
FINANÇAS - DÓLAR FECHA PERTO DA ESTABILIDADE	48
FINANÇAS - CARREIRAS – OPINIÃO - O ERRO DE R\$ 144 MIL QUE ANALISTAS PLENOS E SENIORES COMETEM A CADA 3 ANOS	49
JUSTIÇA - CÂRMEN LÚCIA SE DESPEDE DO TSE	50
JUSTIÇA - COZINHEIRA TEM ACESSO LIBERADO À CASA DE BOLSONARO.....	51
INTERNACIONAL - EUA SUSPENDEM ESCOLTA DE NAVIOS EM ORMUZ	52
INTERNACIONAL - GOVERNO AMERICANO REFORÇA CESSAR-FOGO APÓS ATAQUE	53
JORNAL O GLOBO – RJ.....	53
GOVERNO LULA AVALIA CONCESSÕES AOS EUA PARA EVITAR TARIFAÇÃO E QUE REUNIÃO COM TRUMP SERVIU PARA GANHAR TEMPO	53
SENADO NÃO PODE SER OMISSO ANTE PROVAS CONTRA CIRO	55
COM PLANO DE DELAÇÃO, MENDONÇA TRANSFERE EX-PRESIDENTE DO BRB PARA PAPUDINHA.....	56
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP	58
OPINIÃO - AÇÃO CONTRA CIRO NOGUEIRA INAUGURA CHEGADA PREVISÍVEL DAS INVESTIGAÇÕES SOBRE O MASTER AO CONGRESSO	58
OPINIÃO - PRESSÕES CONTRA ENERGIA RENOVÁVEL DEIXAM O PAÍS VULNERÁVEL NUM SETOR PROMISSOR	59
GOVERNO LULA FORMALIZA RENOVAÇÃO CONTRATUAL POR 30 ANOS DE 14 DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA.....	60
VALOR ECONÔMICO (SP).....	62
EXCLUSIVO: RAÍZEN E CREDORES BUSCAM CONSENSO, E NOVA PROPOSTA DEVERÁ SER APRESENTADA NOS PRÓXIMOS DIAS	62
CAPACIDADE DA RUMO PARA GRÃOS NO SEGUNDO SEMESTRE ESTÁ 50% CONTRATADA, DIZ CEO	62
CASA CIVIL ORIENTA FIM DE RESTRIÇÕES PARA EMPRESAS NO LEILÃO DE MEGATERMINAL NO PORTO DE SANTOS.....	63
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	64
TRANSPETRO É OUTORGADA PARA ATUAR COMO EBN NO APOIO MARÍTIMO	64
PROJETO DE ARRENDAMENTO PARA GRANÉIS MINERAIS EM FORTALEZA PASSA POR AUDIÊNCIA	65
CECAFÉ APROVA PROPOSTA QUE LIBERA PARTICIPAÇÃO DE OPERADORES NO LEILÃO DO TECON SANTOS 10.....	66
MPOR ABRE INSCRIÇÕES PARA 7ª EDIÇÃO DO PRÊMIO 'PORTOS + BRASIL'	66
ANTAQ RECEBE ATÉ QUARTA (13) SUGESTÕES PARA REVISÃO DA AGENDA REGULATÓRIA 2025–2028.....	67
PARECER PREVÊ R\$ 1 BILHÃO DE OUTORGA PARA LEILÃO DO NOVO TECON DE SANTOS.....	68
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	69
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	69



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

TÚNEL ENTRE SANTOS E GUARUJÁ TERÁ MELHORES OPÇÕES DE ACESSO DEFINIDAS POR COMISSÃO PARA AGILIZAR FLUXO DE VEÍCULOS

Presidente da Autoridade Portuária recebeu representantes da Prefeitura de Guarujá e da concessionária Mota-Engil em SP

Da ATribuna.com.br 8 de maio de 2026



Trânsito de caminhões em Guarujá: obras da segunda fase da Avenida Perimetral da Margem Esquerda serão consideradas durante análise (APS/Divulgação)

Uma comissão técnica irá buscar consenso sobre as melhores opções de traçado dos acessos ao túnel imerso Santos-Guarujá na Margem Esquerda do Porto, no Distrito de Vicente de Carvalho. A iniciativa foi proposta e aprovada pelo presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), Anderson Pomini, em reunião para tratar do assunto, realizada na manhã desta quinta-feira (7) no

escritório da empresa pública federal, em São Paulo.

O encontro foi solicitado pelo prefeito de Guarujá, Farid Madi (Pode), mas ele não participou. A Administração guarujaense enviou dois representantes: a secretária de Planejamento, Daniela Mariane, e o assessor do prefeito, Mauro Scazufca. Pela APS, além de Anderson Pomini, participaram o diretor de Infraestrutura, Orlando Razões, superintendentes, gerentes, assessores e técnicos. Também estiveram presentes representantes da concessionária privada Mota-Engil, vencedora do processo licitatório para construção do túnel.

A ideia é que a comissão seja eminentemente técnica, reunindo representantes da Prefeitura de Guarujá, da Mota-Engil, dos terminais das duas margens, Capitania dos Portos e Aeronáutica, entre outros setores ligados ao tema. Todos serão convidados e, a partir das confirmações, será marcado um novo encontro para que o assunto siga em debate.

“Há uma preocupação correta da Prefeitura sobre as intervenções desse traçado, desapropriações, quais mudanças poderão ser propostas, justamente para que a gente tenha melhor fluxo de veículos. É absolutamente natural. É um projeto que gera um impacto muito importante para a comunidade local. E faremos um debate, o mais extenso possível, para que, ao final, esse traçado possa oferecer o menor impacto possível na vida dessas pessoas”, comenta o presidente Anderson Pomini.



Presidente da APS, Anderson Pomini, recebeu sugestões para acessos ao túnel durante reunião na Capital (APS/Divulgação)

Eficientes e avaliações

A APS informou que todas as opções serão avaliadas na busca pelos traçados mais eficientes para Guarujá e para o Porto de Santos, com menor impacto à população. Vários aspectos serão considerados, como as obras da segunda fase da Avenida Perimetral da Margem Esquerda e a entrada em operação do

Aeroporto Metropolitano de Guarujá para voos comerciais, dentre outros.

Uma ideia é que se inclua trecho da Avenida Santos Dumont na Poligonal do Porto, o que passa diretamente pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), como já aconteceu com outras áreas na Baixada Santista, aprovadas em fevereiro. A APS, inclusive, espera que outras já pedidas anteriormente também façam parte em breve.

Em caso de aprovação por parte da pasta, possíveis obras na melhoria dos acessos poderão ter aporte de recursos federais e as desapropriações seriam reduzidas, preocupação levantada por moradores ao prefeito Farid Madi.

Pomini ressaltou que todas as opções serão avaliadas pela comissão técnica. “Reafirmamos o compromisso de tornar o túnel Santos-Guarujá uma obra que vai potencializar o crescimento econômico e a geração de empregos em Guarujá e também em Santos. Por isso a importância da busca dos melhores acessos neste momento histórico para o futuro da região e do País”, afirma.

O empreendimento

O túnel imerso Santos-Guarujá terá extensão total de 1,5 km, sendo 870 metros submersos. Serão três faixas de rolamento por sentido, além de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), ciclovia e passagem para pedestres. A construção será feita por meio de módulos de concreto pré-moldados instalados no leito do canal portuário.

Depois, os módulos serão afundados, encaixados e cobertos por uma camada de pedras. As obras têm previsão de início em 2027 e conclusão em 2030, com entrada efetiva em operação em 2031.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 08/05/2026

CONTRATO DE EMPRESA NO PORTO DE SANTOS É REGULAR E PODE VOLTAR A VALER APÓS SUSPENSÃO, DECIDE TCU

Arrendamento foi suspenso em dezembro após uma determinação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq)

Por Bárbara Farias 8 de maio de 2026



Reliance opera granéis sólidos no cais público do Saboó, na região destinada ao futuro Tecon Santos 10 (Foto: Alexander Ferraz/AT)

O Tribunal de Contas da União (TCU) decidiu que o contrato de transição firmado entre a Autoridade Portuária de Santos (APS) e a empresa Reliance é regular e pode voltar a valer no Porto de Santos. O arrendamento temporário estava suspenso desde dezembro de 2025, após uma determinação da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

A decisão do TCU é de 29 de abril e foi publicada na edição desta quinta-feira (7) do Diário Oficial da União.

A Corte de Contas determinou à Antaq que corrija, no prazo de 15 dias, os dois acordos que apontam supostas irregularidades no contrato firmado entre a APS e a Reliance. A empresa opera granéis sólidos em uma área de 20.896 metros quadrados (m²) no cais público do Saboó, no Porto de Santos, dentro do perímetro destinado ao arrendamento do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10.

A decisão do TCU é favorável à representação da empresa contra a Antaq. Com contrato assinado em 18 de novembro e suspenso em dezembro, a Reliance ingressou pedido no tribunal para suspender os efeitos da determinação da agência reguladora e, conseqüentemente, retomar a validade do contrato.

Após analisar documentos enviados pela APS, Reliance e Antaq, o TCU interpretou que o contrato não fere as normas regulatórias e pode voltar a valer.

Em nota divulgada no site oficial, a Autoridade Portuária informou que, segundo a agência, o contrato infringia diversas normas regulatórias em relação à definição de tipo de carga e prazo contratual em vista do leilão do Tecon Santos 10, entre outras. A Antaq, então, determinou que APS refizesse o contrato.

Entretanto, a APS argumentou que o contrato estava regular e que refazer cláusulas comprometeria a segurança jurídica. A Reliance foi procurada pela Reportagem, mas não se manifestou sobre a decisão do TCU.

Fonte: A Tribuna Digital - SP
Data: 08/05/2026

MEGATERMINAL EM SANTOS: GOVERNO FEDERAL DEFENDE LEILÃO SEM RESTRIÇÕES PARA O TECON SANTOS 10

Documento sugere que restrições previstas até aqui sejam derrubadas; valor de outorga pode dobrar para R\$ 1 bilhão

Por Ted Sartori 8 de maio de 2026



Para Casa Civil, leilão do Tecon Santos 10 se trata de "projeto de prioridade nacional" e deve ser ajustado (Foto: Alexander Ferraz/AT)

A Casa Civil da Presidência da República pediu rapidez ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) para adaptação da modelagem do processo envolvendo a licitação do Terminal de Contêineres (Tecon) Santos 10, no cais do Saboó (STS10), no Porto de Santos. Além disso, em nota técnica, a pasta sugere deixar de lado as restrições previstas até aqui para o leilão e dobrar o valor de outorga do leilão, que

pode chegar a R\$ 1 bilhão.

Despachado na quarta-feira (6), o ofício foi assinado pelo secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República, Marcus Cavalcanti, e enviado ao ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca. "Considerando que referido aperfeiçoamento é fruto de um trabalho conjunto e que se trata de um projeto de prioridade nacional, solicita-se que os ajustes a cargo desse ministério sejam realizados na maior brevidade possível", afirma, no documento, Cavalcanti.

Assinada pelo secretário adjunto de Infraestrutura Econômica, Adailton Cardoso Dias, a nota técnica anexa defende que os atuais operadores no Porto de Santos possam participar do pregão do Tecon Santos 10 já na primeira fase. A argumentação é que não foram identificadas razões concretas para restrições nas manifestações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq).

"Apesar dos potenciais riscos de natureza concorrencial, estes não são suficientes para justificar uma intervenção antecipada do Cade. A Antaq não apontou nenhum motivo de ordem regulatória para a adoção dessa prática, além de não se vislumbrar razões de ordem concorrencial para proibir a



participação de armadores no certame. Ao contrário, conclui que referida limitação poderia resultar em ineficiências”, justifica.

Como está

O Tribunal de Contas da União (TCU) havia determinado restrições de empresas, incluindo armadores e as que operam no complexo santista, impedindo que gigantes mundiais da navegação participassem, como a dinamarquesa Maersk, a suíça MSC, a francesa CMA CGM e a estatal chinesa Cosco.

O secretário adjunto acrescenta que, “ressalvadas as questões regulatórias, quanto maior a concorrência no leilão, maiores são as chances de se selecionar o parceiro mais eficiente, que diminua os custos logísticos do Brasil, ajudando a cadeia produtiva. Solicita-se que sejam promovidas ações que garantam o desinvestimento das atuais incumbentes no mercado de contêiner de Santos, possibilitando que essas possam participar da fase 1, se assim desejarem”, argumenta.

Essa abertura, argumenta Dias, “gera uma maior competição do ativo, permitindo a disputa de todos os atuais sócios dos terminais de contêineres de Santos, incentivando a competição entre eles e gerando um maior valor de outorga para a Administração”. Sugere-se, inclusive, que o valor de outorga seja aumentado de R\$ 500 milhões, importância anunciada no ano passado pelo MPor, para R\$ 1,044 bilhão.

Compromisso

A condição é que apresentem compromisso “irrevogável e irretroatável” de desinvestimento (venda dos ativos atuais), devidamente protocolado nos órgãos competentes, condicionado à vitória no certame, com a transferência efetivada e validada antes da celebração do contrato do Tecon Santos 10.

“Tal medida endereça o risco apontado de eventual conduta leviana de algum player de protelar o desinvestimento, ameaçando as operações. Caso referido desinvestimento não ocorra, não haverá prejuízo para o Poder Público, haja vista que será possível convocar o segundo colocado do certame realizado”, explica.

Governo havia solicitado suspensão da licitação

Em 23 de abril, o Governo Federal havia solicitado à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) a suspensão temporária da licitação do Tecon Santos 10, em ofício emitido em caráter de urgência pelo secretário nacional de Portos, Alex Sandro de Ávila, e enviado ao diretor-geral da Antaq, Frederico Dias. Também tinha sido pedida à agência a devolução dos autos do processo, medida considerada um ato administrativo padrão.

A justificativa do pedido à época foi o início do ocorrido agora: encontravam-se em discussão no MPor e na Casa Civil “novas diretrizes e parâmetros” com o objetivo de “aperfeiçoar a modelagem e melhorar o atendimento ao interesse público no serviço portuário”.

Vale recordar que, em fevereiro, o então ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, já falava sobre rever os impedimentos envolvendo o pregão do megaterminal. Durante a Intermodal South América, em São Paulo, no mês passado, o atual ministro Tomé Franca mostrou acreditar no diálogo para adequação definitiva das normas, tendo “a convergência de todos esses interesses e posições técnicas”.

O ativo

O Tecon Santos 10 será o maior terminal de contêineres da América do Sul. Ele ocupará 621,9 mil metros quadrados (m²), com capacidade para 3,25 milhões de TEU (medida equivalente a um contêiner de 20 pés) ao ano, além de 91 mil toneladas de carga geral.

A expectativa é que ele amplie em 50% a capacidade de contêineres do complexo portuário. O contrato está previsto para 25 anos, com investimentos de R\$ 6,45 bilhões.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 08/05/2026

MEGATERMINAL EM SANTOS: CASA CIVIL PEDE RAPIDEZ EM AJUSTES E APOIA ARMADORES EM LEILÃO DO TECON SANTOS 10

A nota também menciona entendimento da Antaq de que proibir a verticalização pode dificultar o pleno emprego da capacidade do terminal

Do Estadão Conteúdo 7 de maio de 2026



O projeto do Tecon Santos 10 é considerado estratégico no PPI desde 2021 (Alexsander Ferraz/AT)

A Casa Civil pediu ao Ministério de Portos e Aeroportos celeridade na conclusão dos ajustes de modelagem do arrendamento do terminal Tecon Santos 10, no Porto de Santos (SP), para viabilizar a publicação do edital de licitação "na maior brevidade possível". O projeto é considerado estratégico no PPI desde 2021.

A Casa Civil defende que não há base para vedar a participação de armadores (companhias de navegação) no leilão. O documento cita manifestações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e análises da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) segundo as quais há riscos potenciais associados à integração vertical (armador-terminal), mas a simples identificação de risco não justificaria intervenção antitruste preventiva, afirmou a Pasta.

"Não foram identificadas razões concretas para impor quaisquer restrições à participação no certame do Tecon Santos 10, seja ela relacionada à concentração vertical ou horizontal (contanto que haja desinvestimento), isto é, apesar dos potenciais riscos de natureza concorrencial, estes não são suficientes para justificar uma intervenção", diz a nota técnica assinada pelo Secretário Adjunto de Infraestrutura Econômica no documento.

A nota também menciona entendimento da Antaq de que proibir a verticalização pode dificultar o pleno emprego da capacidade do terminal, reduzir a demanda firme e prejudicar a exequibilidade econômico-financeira do projeto, recomendando o uso de salvaguardas regulatórias e monitoramento de condutas em vez de veto amplo.

A Casa Civil, porém, afirma que o governo federal não adota política de fomento a novos entrantes em detrimento dos atuais e que restrições à competição devem ser excepcionais e motivadas.

Como diretriz, a Secretaria sugere que sejam criados mecanismos para permitir que incumbentes participem do leilão já na primeira fase, desde que apresentem desinvestimento "irrevogável e irretroatável" protocolado nos órgãos competentes, condicionado à vitória no certame, com a transferência efetivada e validada antes da assinatura do contrato.

A medida, segundo a nota, ampliaria a competição pelo ativo e poderia elevar o valor de outorga, sem impor risco ao poder público, já que o contrato só seria assinado após o desinvestimento e, em caso de descumprimento, seria possível convocar o segundo colocado.

Fonte: A Tribuna Digital - SP

Data: 07/05/2026



ME – MOVIMENTO ECONÔMICO

FORTALEZA SEDIA SALÃO DO TURISMO COM CRÉDITO PARA MEIS, NOVOS VOOS E VISTO CHINÊS

Fortaleza sedia o Salão do Turismo 2026 em meio ao crescimento recorde do turismo no Nordeste, expansão da conectividade aérea e novos investimentos para pequenos empreendedores do setor
Por Bruno Brandão - De Fortaleza

Realizado pela primeira vez fora do eixo Sul-Sudeste, o Salão do Turismo 2026 reúne em Fortaleza representantes de todo o país em meio ao crescimento de 63,8% na entrada de turistas internacionais no Nordeste – Foto: Divulgação



O governo federal lançou durante o 10º Salão do Turismo, em Fortaleza, uma linha de crédito de até R\$ 21 mil para microempreendedores individuais (MEIs) de baixa renda que atuam na cadeia do turismo. A medida busca ampliar o acesso ao financiamento para trabalhadores como guias locais, artesãos, vendedores ambulantes e pequenos prestadores de serviços ligados ao setor turístico, em um momento de forte expansão do turismo brasileiro.

Nos três primeiros meses de 2026, o país recebeu 3,7 milhões de visitantes estrangeiros e registrou crescimento de 63,8% na entrada de turistas internacionais no Nordeste. O setor também soma cerca de 2,4 milhões de empregos gerados em todo o país. Realizado pela primeira vez fora do eixo Sul-Sudeste, o Salão do Turismo transformou Fortaleza no principal centro das discussões sobre turismo, economia e eventos no Brasil.

Batizada de “Do Lado do Turismo Brasileiro”, a nova linha de crédito será destinada a MEIs inscritos simultaneamente no CadÚnico e no Cadastur, o sistema oficial do Ministério do Turismo. Atualmente, 46.273 microempreendedores atendem aos critérios da iniciativa. A operação começa pelo Nordeste e deve ser expandida posteriormente para outras regiões do país. Cada operação poderá chegar a R\$ 21 mil, com garantia integral do Fundo de Garantia de Operações (FGO) e recursos do Fundo Geral de Turismo (Fungetur).

A proposta do governo é incluir trabalhadores que normalmente ficam fora do sistema financeiro tradicional por falta de garantias ou histórico bancário. O turismo brasileiro é formado majoritariamente por pequenos negócios: cerca de 97% das empresas do setor são micro e pequenas empresas.



Segundo o ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, a medida busca ampliar oportunidades para trabalhadores informais e pequenos empreendedores que movimentam a economia local. “É o vendedor de cachorro-quente, o guia local, a dona de casa que vende bolo que, a partir de agora, terá uma linha de crédito especial”, afirmou.

Governo federal anunciou durante o Salão do Turismo uma linha de crédito de até R\$ 21 mil para microempreendedores do setor, além de medidas para ampliar a conectividade aérea e estimular viagens domésticas – Foto: Divulgação

Aviação e conectividade aérea

Outro anúncio feito durante a abertura do Salão envolve o setor aéreo. O governo federal assinou o pacto “Conheça o Brasil Voando”, em parceria com o Ministério de Portos e Aeroportos, a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) e as companhias Azul, Gol e Latam. A iniciativa busca ampliar a conectividade aérea nacional e estimular as viagens domésticas em um momento de expansão da demanda. O país já ultrapassou a marca de 25 milhões de passageiros transportados no período.

O vice-presidente Geraldo Alckmin, que representou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva no evento, também anunciou que turistas chineses deixarão de precisar de visto para entrar no Brasil a partir de 11 de maio. Segundo o governo, o mercado chinês já havia registrado crescimento de 35% em 2025, mesmo com a exigência de visto.

A expectativa é ampliar ainda mais o fluxo de visitantes asiáticos com a nova medida. Alckmin também citou o acordo Mercosul-União Europeia como um dos fatores que podem impulsionar o turismo brasileiro nos próximos anos. “É o maior acordo entre blocos do mundo, equivalente a um quarto do PIB global. Isso vai impulsionar a economia e ajudar o turismo”, disse.



O país já ultrapassou a marca de 25 milhões de passageiros transportados em 2026, cenário que impulsiona acordos para ampliar voos domésticos e fortalecer o turismo nacional – Foto: Divulgação

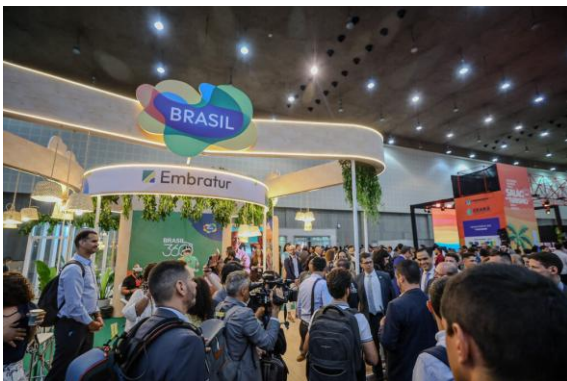
Nordeste lidera crescimento do turismo internacional

Os números do Nordeste ajudam a explicar a escolha de Fortaleza para sediar o Salão do Turismo 2026. Entre janeiro e março deste ano, os sete estados da região: Alagoas, Bahia,

Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte receberam juntos 219 mil turistas internacionais. No mesmo período de 2025, haviam sido 133 mil visitantes, um crescimento de quase 86 mil turistas estrangeiros em apenas um ano.

Além do avanço do turismo de lazer, o calendário de grandes eventos também contribui para o cenário positivo. Fortaleza será uma das cidades-sede da Copa do Mundo Feminina de 2027, realizada no Brasil entre junho e julho. O tema ganhou espaço na programação do Salão, que promove debates sobre qualificação profissional, infraestrutura e desenvolvimento de novos produtos turísticos para receber visitantes nacionais e internacionais.

Para o presidente do Banco do Nordeste, Paulo Câmara, o setor deve desempenhar papel estratégico no desenvolvimento econômico regional. “O turismo gera muitos empregos, vai dos pequenos aos grandes empreendimentos, e o Nordeste tem uma vocação enorme nesse setor”, afirmou.



O turismo de negócios ganha força em Fortaleza, que receberá em julho cerca de 800 executivos de 32 países durante o congresso latino-americano da indústria de eventos – Foto: Divulgação

Setor de eventos movimentará R\$ 813,5 bilhões

Em paralelo ao Salão do Turismo, o Centro de Eventos do Ceará recebeu o lançamento do III Dimensionamento do Setor de Eventos do Brasil (2024/2025), considerado o levantamento mais abrangente sobre o segmento no período pós-pandemia. O estudo, conduzido pelo Sebrae Nacional com execução técnica do Observatório da

Indústria do Ceará (FIEC/SENAI), mostra que o setor de eventos movimentou R\$ 813,5 bilhões, o equivalente a 4,6% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

O levantamento identificou cerca de 300 mil empresas atuando no segmento e estimou 1,7 bilhão de participações de público ao longo de 2024. O impacto econômico alcança áreas como hospedagem, alimentação, transporte, tecnologia, marketing, comunicação, montagem de estruturas e produção audiovisual. O perfil empresarial repete o padrão do turismo nacional: 73,1% são microempresas e 22,8% são empresas de pequeno porte. Na prática, mais de 95% do mercado de eventos depende de pequenos negócios, o que aproxima diretamente o segmento das novas linhas de crédito anunciadas pelo governo.

O momento vivido por Fortaleza no turismo de eventos vai além do Salão do Turismo. A capital cearense foi escolhida para sediar, entre 1º e 3 de julho, o congresso anual da COCAL, Associação Latino-Americana da Indústria de Eventos, considerado o principal encontro do setor na América Latina. A expectativa é reunir cerca de 800 executivos de 32 países.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 08/05/2026

SUDENE COMPLETA R\$ 1 BILHÃO PARA TRANSNORDESTINA NO CEARÁ

Os recursos liberados fazem parte de uma parcela de R\$ 1 bilhão que seria liberada para o trecho cearense da Transnordestina pelo FDNE em 2025

Por Ângela Fernanda Belfort - De Recife angela.belfort@movimentoeconomico.com.br



As obras da Transnordestina do Ceará estão a todo o vapor e o primeiro trecho será concluído em 2027.
Foto: Michel Corcello/MT

O trecho cearense da Ferrovia Transnordestina vai receber R\$ 41,2 milhões do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE). A liberação dos recursos foi aprovada nesta quinta-feira (07) pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) que também destinou R\$ 120 milhões a serem empregados no complexo solar Sol do Agreste, instalado nos municípios de São Caetano e Tacaimbó, em Pernambuco.

A liberação dos R\$ 41,2 milhões completa uma parcela de R\$ 1 bilhão que o trecho cearense da Transnordestina deveria receber em 2025 do FDNE, criado para financiar a infraestrutura da região. O trecho Eliseu Martins-Salgueiro-Pecém do empreendimento possui um orçamento total estimado em R\$ 15 bilhões e previsão de conclusão em 2029.

As obras do trecho cearense foram retomadas no final de 2023. Atualmente, cerca de cinco mil trabalhadores atuam direta e indiretamente nas obras, que já alcançaram 81% de execução na primeira fase, prevista para ser concluída em 2027. A implantação do empreendimento terá impacto direto sobre o escoamento da produção industrial, mineral e agropecuária dos Estados do Ceará, Piauí e até no Araripe pernambucano.

A Sudene informou que a previsão de aplicação de recursos do FDNE na Transnordestina é de R\$ 7,4 bilhões até 2027. Desse total, R\$ 6,6 bilhões já foram liberados, incluindo R\$ 800 milhões oriundos do antigo Finor (Fundo de Investimentos do Nordeste), mecanismo que foi extinto. Além do financiamento, a Autarquia participa da governança do projeto como acionista da Transnordestina Logística S.A.

Sudene e energia

No setor de energia, os recursos aprovados contemplam o complexo Sol do Agreste, em Pernambuco. O empreendimento possui investimentos totais de R\$ 327,3 milhões, sendo R\$ 120 milhões

financiados pelo FDNE, além de recursos próprios e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).

O projeto do parque solar tem a capacidade instalada de 170 MW e é composto por seis usinas, denominadas Sol do Agreste I a VI, que somam 594 unidades geradoras. A empresa responsável pelo complexo já está em operação.



O trecho pernambucano da Ferrovia Transnordestina está sem obras, pelo menos, desde 2016. Foto: Elvis Aleluia/Sudene

Transnordestina, em Pernambuco

O trecho pernambucano da Ferrovia Transnordestina está com obras paralisadas, pelo menos, desde 2016. O projeto original da ferrovia começava em Eliseu Martins, no Sul do Piauí, seguia até Salgueiro e depois desta cidade se dividia em dois ramais: Salgueiro-Pecém e Salgueiro-Suape. Em 2022, a empresa que começou a implantação do empreendimento, a TLSA devolveu a

concessão o trecho Salgueiro-Suape ao governo federal.

Depois de um tempo, a Infra S.A. assumiu o trecho pernambucano que tem cerca de 540 km, sendo 179 km concluídos. A estatal fez uma licitação para as retomada das obras em 73 km entre Custódia e Arcoverde. A abertura das propostas da concorrência foi em março e até agora o certame não foi concluído.

Mais informações sobre esta obra podem ser encontradas nesta revista publicada pelo Movimento Econômico.

Fonte: ME – Movimento Econômico

Data: 08/05/2026



Agência Nacional de Transportes Aquaviários

ANTAQ – AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIARIOS

ANTAQ RECEBE SUGESTÕES PARA REVISÃO DA AGENDA REGULATÓRIA 2025–2028 ATÉ 13 DE MAIO



Revisões periódicas promovem atualização e aprimoramento contínuo dos temas considerados prioritários para a Agência

Brasília, 07/05/2026 - A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) informa que o formulário para recebimento de sugestões de temas que contribuirão para a revisão ordinária da Agenda Regulatória 2025–2028 ficará disponível até o dia 13/05. A iniciativa busca ampliar a participação social e incentivar que agentes do setor aquaviário, portuário e demais

interessados contribuam para o aperfeiçoamento do planejamento regulatório da ANTAQ.

As revisões ordinárias permitem a atualização periódica da Agenda, com possibilidade de inclusão, exclusão, readequação ou repriorização de temas - conforme as demandas do setor regulado e as necessidades institucionais identificadas pela Agência.

Agenda Regulatória

A Agenda Regulatória 2025–2028 é o instrumento que reúne os temas prioritários que serão objeto de regulamentação e acompanhamento pela Autarquia ao longo do quadriênio. Ela foi aprovada em Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada (ROD) em dezembro de 2024 e, atualmente, contempla 21 temas distribuídos entre os eixos de navegação interior, navegação marítima e instalações portuárias.

O documento funciona como um direcionador das ações normativas da Agência, trazendo mais transparência, previsibilidade e eficiência ao processo regulatório. O acompanhamento da Agenda Regulatória pelo mercado é fator estratégico, uma vez que os temas incluídos podem resultar em revisões normativas e impactos diretos sobre operações portuárias, navegação, fiscalização, autorizações e demais atividades reguladas pela Agência.

Fonte: ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários

Assessoria de Comunicação Social/ANTAQ

Fone: (61) 2029-6520 - **FAX:** (61) 2029-6517 - **E-mail:** asc@antaq.gov.br

Data: 08/05/2026

GOV.BR – MINISTÉRIO PORTOS E AEROPORTOS - DF

CARAVANAS DA INOVAÇÃO PORTUÁRIA ENCERRAM PROGRAMAÇÃO COM CONSOLIDAÇÃO DE PROPOSTAS E DIRETRIZES EM PARANAGUÁ

Agenda reuniu Ministério de Portos e Aeroportos e equipe da Portos do Paraná para consolidar propostas, diretrizes e percepções construídas durante os debates realizados



O porto de Paranaguá foi palco da primeira edição das Caravanas de 2026 - Foto: LabSecreto/Divulgação

Após a realização da 7ª edição das Caravanas da Inovação Portuária, ocorrida nos dias 5 e 6, equipes técnicas do Ministério de Portos e Aeroportos e do Cinov, comissão de inovação da Portos do Paraná, se reuniram nesta quinta-feira (7) para consolidar os principais pontos debatidos durante os dois dias de ciclos de debates. O encontro marcou o encerramento das atividades da caravana e reforçou a importância da construção coletiva para o fortalecimento da cultura de inovação no setor portuário.

Durante o encontro, representantes das instituições revisitam os conteúdos apresentados durante palestras, painéis e discussões técnicas para reunir percepções, aprendizados e propostas construídas coletivamente. O objetivo é refletir sobre os desafios e oportunidades do ecossistema local, considerando as contribuições apresentadas por especialistas, gestores, comunidade portuária e setor produtivo.

Os resultados desses debates são chamados de “riquezas” das caravanas, também definidos como conjunto de propostas, diretrizes e percepções construídas coletivamente para orientar o desenvolvimento da inovação e das ações de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) nos portos brasileiros. As riquezas representam os aprendizados compartilhados ao longo do encontro e ajudam a identificar caminhos para fortalecer a colaboração entre os diferentes atores envolvidos no setor.

Para Tetsu Koike, diretor de Políticas Setoriais, Planejamento e Inovação do Ministério de Portos e Aeroportos, a reunião de encerramento é uma etapa fundamental do processo. Segundo ele, esse momento permite que os participantes reflitam sobre o futuro da inovação nos portos e sobre formas de ampliar a cooperação entre instituições, empresas e comunidades envolvidas.

“Esse processo que se finaliza com a reunião após os painéis vem justamente para permitir aos atores envolvidos refletirem sobre o futuro da inovação no porto e sobre como melhorar a colaboração e o desenvolvimento de ações efetivas e concretas, fortalecendo o ecossistema local de inovação”, destacou Tetsu Koike

Integrantes do Comitê de Inovação da Portos do Paraná também ressaltaram a relevância do encontro para consolidar os conteúdos apresentados durante a caravana e transformar os debates em diretrizes práticas para o setor.

“A troca de experiências e o alinhamento entre diferentes instituições foram apontados como pontos centrais para ampliar a cultura de inovação e fortalecer o ambiente portuário regional”, finalizou o coordenador de Monitoramento e Qualidade da Diretoria de Meio Ambiente da Portos do Paraná, Vader Zuliane Braga.

Primeiro ciclo de debates

A 7ª edição das Caravanas da Inovação Portuária, primeira do ano, reuniu especialistas, representantes do setor público, iniciativa privada, pesquisadores e comunidade portuária em uma programação voltada ao debate sobre modernização, sustentabilidade e transformação tecnológica nos portos brasileiros.

O porto de Paranaguá foi palco da primeira edição das Caravanas de 2026. O primeiro dia de evento contou com visitas às instalações do Terminal de Contêineres de Paranaguá (TCP) e apresentações institucionais dentro da área portuária. Participantes também conheceram as obras do Moegão e o Centro de Prontidão e Resposta a Emergências do terminal, e acompanharam os avanços das iniciativas estratégicas

O segundo dia de evento foi dedicado à realização de painéis sobre tecnologia, sustentabilidade e proteção das crianças. Durante a programação também foram apresentados os principais eixos da Política Nacional de PD&I Portuária e do programa InovaPortos, vinculado ao Ministério de Portos e Aeroportos. A próxima edição do Caravanas da Inovação Portuária será realizada no dias 1º e 2 de julho, em Maceió.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 08/05/2026

PORTOS DA REGIÃO SUL TÊM CRESCIMENTO DE 44% EM CONTÊINERES NO MÊS DE FEVEREIRO



Avanço da carga containerizada ocorre em meio a investimentos federais em dragagem, infraestrutura portuária e inovação operacional

O Porto de Paranaguá (PR) liderou a movimentação regional, com 4,4 milhões de toneladas, equivalente a 30,7% de toda a carga movimentada na região Sul. Foto: Divulgação

Os portos do Sul movimentaram 4,7 milhões de toneladas em carga containerizada no mês de fevereiro, um crescimento de 43,98% em relação ao mesmo período do ano passado, segundo dados da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), compilados pelo Ministério de Portos e Aeroportos (MPor). O desempenho reforça a importância da região para a logística nacional e ocorre em meio a uma agenda de investimentos e modernização conduzida pelo Governo Federal nos terminais da região.

Ao todo, os portos sulistas movimentaram 14,4 milhões de toneladas em fevereiro. Entre os principais tipos de carga transportados estão contêineres, soja, petróleo e derivados, fertilizantes e milho. As

exportações cresceram 5,04% no período, enquanto a movimentação de longo curso avançou 1,75%, indicando a manutenção da atividade ligada ao comércio exterior.

O Porto de Paranaguá (PR) liderou a movimentação regional, com 4,4 milhões de toneladas, equivalente a 30,7% de toda a carga movimentada na região Sul. Na sequência aparecem o Porto de Rio Grande (RS), com 2,4 milhões de toneladas, e o Porto Itapoá (SC), com 1,2 milhão.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, o crescimento da carga containerizada confirma o fortalecimento da infraestrutura da região. “O avanço da movimentação de contêineres demonstra uma logística mais dinâmica, eficiente e integrada ao comércio internacional. O Governo Federal vem trabalhando para ampliar a capacidade operacional dos portos, melhorar acessos e criar um ambiente mais seguro para investimentos, fortalecendo a competitividade do Sul”, afirmou.

Infraestrutura e inovação

O desempenho ocorre em um contexto de ampliação dos investimentos federais em infraestrutura portuária na região Sul. Em Santa Catarina, o Ministério de Portos e Aeroportos retomou, em abril, o contrato de dragagem do Porto de Itajaí, com investimento de R\$ 63,8 milhões para garantir navegabilidade e continuidade das operações pelos próximos 12 meses, prorrogáveis por até 48 meses.

Também em Santa Catarina, o ministro Tomé Franca assinou recentemente contrato de R\$ 72,8 milhões para manutenção e reforço do molhe de abrigo do Porto de Imbituba. A obra busca ampliar a segurança da navegação, aumentar a eficiência operacional e reduzir custos logísticos no complexo portuário.

No Paraná, o Porto de Paranaguá sediou nesta semana a primeira edição de 2026 das Caravanas da Inovação Portuária, iniciativa promovida pelo Ministério de Portos e Aeroportos e pela Antaq para estimular soluções inovadoras, sustentabilidade e modernização das operações portuárias.

O Governo Federal também vem ampliando investimentos na indústria naval e na navegação costeira da região. Em abril, o Fundo da Marinha Mercante aprovou R\$ 81 milhões para projetos da indústria naval no Sul do país, incluindo a construção de embarcação de apoio marítimo em Santa Catarina, com previsão de geração de 350 empregos diretos.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 08/05/2026

MPOR ABRE INSCRIÇÕES PARA A 7ª EDIÇÃO DO PRÊMIO PORTOS + BRASIL



Podem participar portos públicos, terminais arrendados e Terminais de Uso Privado, que serão avaliados em seis categorias

O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) abriu as inscrições para a 7ª edição do Prêmio Portos + Brasil. A premiação anual, organizada pela Secretaria Nacional de Portos (SNP), tem como objetivo reconhecer e incentivar melhorias na gestão e na produtividade dos portos brasileiros. As instituições interessadas

podem se inscrever até o dia 20 de maio.

Podem participar da iniciativa Portos Públicos Organizados, terminais arrendados e Terminais de Uso Privado (TUPs), que, nesta edição, serão avaliados em seis categorias: Ranking IGAP, Avanço IGAP, Categoria Igualdade de Gênero (CIG), Categoria Inovação, Crescimento da Movimentação Total (variação absoluta) e Crescimento da Movimentação Total (variação percentual).

Os participantes premiados serão convidados para a cerimônia de premiação e receberão os troféus do Portos + Brasil 7ª edição com a identificação da categoria e a colocação obtida.

Conheça as categorias

-Ranking IGAP: reconhece o desempenho e incentiva melhorias na gestão dos Portos Públicos Organizados. A mensuração é feita por meio do Índice de Gestão da Autoridade Portuária (IGAP). As três empresas que obtiverem as maiores notas, em ordem decrescente, receberão o Troféu Portos + Brasil e se classificarão nos três primeiros lugares do Ranking IGAP. O 1º colocado também será premiado com o Troféu Itinerante Portos + Brasil.

-Avanço IGAP: reconhece as Autoridades Portuárias que apresentaram os maiores avanços no resultado do IGAP de 2026 em relação a 2025. As três melhores classificadas no ranking serão premiadas com o Troféu Portos + Brasil.

-Categoria Igualdade de Gênero (CIG): vinculada à política pública de promoção da Agenda 2030 em desenvolvimento pela Secretaria Nacional de Portos, a iniciativa tem como escopo os Princípios de Empoderamento das Mulheres (Women's Empowerment Principles – WEPs), da ONU, com ênfase no Princípio 1: “Estabelecer liderança corporativa de alto nível pela igualdade de gênero”.

São elegíveis à categoria os Portos Públicos Organizados, os terminais arrendados e os TUPs. Será concedido o Troféu CIG Portos + Brasil a uma empresa gestora de porto organizado, uma empresa gestora de arrendamento e uma empresa gestora de TUP que obtiverem a melhor pontuação, conforme os critérios estabelecidos no item 5.4 do edital.

-Categoria Inovação: busca fomentar, de forma estruturada e contínua, a cultura de inovação nas Autoridades Portuárias, arrendatárias e TUPs. A iniciativa incentiva o desenvolvimento de soluções inovadoras, a melhoria da qualidade e maturidade dos projetos, a capacitação técnica e gerencial e a adoção de boas práticas de governança e gestão da inovação.

-Categorias Crescimento da Movimentação Total - Variação Absoluta e Variação Percentual: levam em consideração os maiores aumentos absolutos e os maiores aumentos percentuais na movimentação total de cargas entre o ano 2024 e o ano 2025. O objetivo é reconhecer os esforços das gestões de instalações portuárias em melhorar sua produtividade.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 08/05/2026

RECIFE QUE DECOLA JUNTO: COMO A EXPANSÃO DO AEROPORTO TRANSFORMOU SONHOS EM OPORTUNIDADES

Crescimento do terminal impulsiona empregos e muda a vida de trabalhadores que encontraram na aviação um novo futuro



Recife que decola junto: como a expansão do aeroporto transformou sonhos em oportunidades. - Foto: MPor/Vosmar Rosa

nordestinos, ela acreditava que precisaria sair da própria terra para conseguir crescer profissionalmente.

Quando deixou Pernambuco rumo a São Paulo, Kethleen levava consigo um sonho de muitos anos: trabalhar com aviação. Desde os 18, buscava uma oportunidade no setor. Mas, como acontece com muitos jovens



Na capital paulista, tentou construir o futuro que imaginava possível. Recife parecia distante das grandes rotas da aviação civil, um lugar onde o sonho, possivelmente, não teria espaço para decolar. Só que, enquanto ela buscava oportunidades longe de casa, sua cidade começava a se transformar.

Ao retornar para a capital pernambucana, encontrou um cenário completamente diferente daquele que havia deixado. O Aeroporto Internacional do Recife passava por uma ampla expansão. A pista estava sendo ampliada, o terminal ganhava nova estrutura e o fluxo de passageiros crescia rapidamente. Mais do que uma obra de infraestrutura, aquele espaço representava algo raro para quem passou anos tentando entrar no setor: a esperança por uma oportunidade no setor que movimentou quase 130 milhões de passageiros no último ano.

“Quando eu voltei para Recife, já estava tudo mudado. A expansão já estava acontecendo e aquilo me deixou esperançosa. Pensei: se está aumentando, vai ter mais emprego”, conta.

Foi então que decidiu entregar um currículo, quase como um gesto de insistência em um sonho que se recusava a abandonar. Poucos dias depois, veio a ligação que mudaria sua vida. “Eu pulei de emoção dentro de casa. Foi a realização de algo que eu buscava há muitos anos.”

A trajetória de Kethleen acompanha a própria transformação vivida pelo aeroporto nos últimos anos. Reinaugurado em dezembro de 2023, após obras de modernização e ampliação, o terminal passou a operar com nova infraestrutura, pista ampliada e maior capacidade para receber voos nacionais e internacionais. Desde então, o crescimento deixou de aparecer apenas nos relatórios e passou a ser percebido na rotina de milhares de pessoas.

Somente no primeiro trimestre de 2026, o aeroporto movimentou 2.702.872 passageiros, acima dos 2.438.713 registrados no mesmo período de 2025 e dos 2.362.532 contabilizados em 2024. Um cenário de grande expansão e oportunidades, como foi para Kethleen.

Os números consolidam Recife como o principal hub aéreo do Nordeste e reforçam o papel estratégico de Pernambuco na conexão entre regiões do Brasil, e bem como de destinos internacionais. Mais voos significam mais turismo, maior circulação de renda, novos negócios e, principalmente, mais opções para quem vive no estado.

Com a expansão da operação, cresceu também a demanda por profissionais em diversas áreas: segurança, logística, atendimento, manutenção, comércio e serviços passaram a absorver milhares de trabalhadores. Atualmente, mais de 4,5 mil pessoas atuam diretamente na operação aeroportuária.

Entre elas está Adailton, que, além de um emprego, encontrou uma nova perspectiva de vida na aviação. Antes de chegar ao setor, ele trabalhava com acabamento industrial, fazendo lixamento, polimento e pintura de peças. “Era um trabalho necessário, mas distante de qualquer realização pessoal”, desabafa.

A mudança começou com a ampliação do aeroporto e a instalação de novos equipamentos de segurança, que abriram espaço para novas contratações. Foi nesse momento que ele conheceu a aviação civil. “No começo, achei interessante. Depois que fiz o curso, me apaixonei. Cada dia eu gostava mais”, explica Adailton.

A partir daí, a rotina cansativa deu lugar ao sentimento de pertencimento e propósito. “Eu acordo mais disposto para trabalhar. Saio do serviço sentindo que vale a pena. É algo melhor para mim e para minha família”, comemora.

As histórias de Kethleen e Adailton ajudam a explicar um movimento maior que vem redesenhando Pernambuco. A consolidação do aeroporto como polo logístico, turístico e econômico. O terminal deixou de ser apenas um ponto de chegada e partida para se tornar uma plataforma de oportunidades e transformação social.

Mais oportunidades

No terminal, os investimentos não param de avançar. Em 2025, foi anunciado um novo pacote de R\$ 640 milhões para modernizar o entorno do aeroporto e construir o Terminal Intermodal, espaço que reunirá áreas para veículos por aplicativo, vans, ônibus de turismo, cafés e lojas. A expectativa é gerar cerca de 15 mil empregos diretos e indiretos.

Entre tantos pousos e decolagens e o vai e vem de pessoas e bagagens, novos horizontes também são traçados por Kethleen no terminal: “O próximo objetivo é conseguir trabalhar como comissária. E ver o aeroporto crescendo desse jeito motiva muito a gente”, declara.

Em Recife, a expansão da aviação passou a significar mais do que aumento de capacidade operacional. Tornou-se símbolo de permanência, de pertencimento e de oportunidade para milhares de pessoas que, agora, conseguem sonhar sem precisar partir.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 08/05/2026

PROTOCOLO DE INTENÇÕES ENTRE GOVERNO FEDERAL E COMPANHIAS AÉREAS FORMALIZA COOPERAÇÃO PARA ESTIMULAR VIAGENS NO BRASIL

Documento assinado durante a abertura do Salão do Turismo prevê ações conjuntas entre Ministério de Portos e Aeroportos, Ministério do Turismo, Embratur, Abear e companhias aéreas



O MPor integra o protocolo por meio da Agenda Conectar e será responsável, junto com o MTur, pelos planos de ação referentes a tributos, judicialização, sustentabilidade, acessibilidade, relações de consumo e fortalecimento da conectividade regional. Foto: Eduardo Oliveira/MPor

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, assinou, nesta quinta-feira (7), um protocolo de intenções com o Ministério do Turismo, a Embratur, a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) e as companhias aéreas Gol, Latam e Azul para a promoção de ações voltadas ao estímulo do turismo no Brasil. A assinatura ocorreu durante a abertura do 10º Salão do Turismo, em Fortaleza (CE).

O documento prevê ações de fortalecimento da divulgação de destinos turísticos e malhas aéreas, a consolidação do número de novas rotas criadas ou retomadas, número do aumento de frequências e de passageiros que optaram por realizar stopover, paradas programadas em viagens aéreas com mais de 24 horas na cidade de conexão em voos internacionais.

“Nos últimos três anos, fizemos recorde de investimento em aeroportos. Saímos de R\$ 600 milhões para mais de R\$ 1 bilhão em investimento público. E de privado, saltamos de R\$ 4 bilhões para R\$ 9 bilhões. Esses números se traduzem no número de passageiros - de 98 milhões em 2022 para 130 milhões”, afirmou. “Falar de infraestrutura é falar de gente, é através dela que as pessoas se conectam. Investir em infraestrutura é estar ao lado do povo brasileiro”, afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca.

O MPor integra o protocolo por meio da Agenda Conectar e será responsável, junto com o MTur, pelos planos de ação referentes a tributos, judicialização, sustentabilidade, acessibilidade, relações de consumo e fortalecimento da conectividade regional. O documento é válido por 12 meses, prorrogável por igual período.

Salão do Turismo

Realizado pela primeira vez no Nordeste, o Salão do Turismo promove a comercialização de roteiros, experiências e produtos turísticos do Brasil, reunindo expositores dos 26 estados e do Distrito Federal em uma programação com cultura, gastronomia, artesanato e oportunidades de negócios. Este ano, o tema é “Do lado do povo brasileiro.”

“É muito bom participar deste grande evento aqui no Nordeste. A gente renova a nossa esperança quando temos um setor que valoriza uma região que tem um grande potencial para o turismo e fazer do turismo um promotor do desenvolvimento econômico, social, e de geração de emprego e renda”, ressaltou o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca.

Ações

A abertura contou com a presença do presidente em exercício, Geraldo Alckmin, que anunciou o montante previsto para o Fundo Nacional de Turismo (Fungetur). “Este ano, serão R\$ 826 milhões para investimento, capital de giro e crédito para o setor, com R\$ 100 milhões apenas para os micro e pequenos empreendedores, e juros a 9% ao ano. Este é um setor campeão de geração de emprego, distribuição de renda e que tem espaço para todos. É um setor estratégico”, afirmou.

O presidente em exercício também destacou o acordo União Europeia-Mercosul e a medida publicada nesta quinta-feira (7) que retira a obrigatoriedade de visto para chineses que vierem ao Brasil como políticas de estímulo ao turismo.

O ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, frisou o foco em medidas para fortalecer os micro e pequenos empreendedores. “O Salão é, hoje, palco de ações concretas. Estamos colocando no centro das nossas atenções aqueles que por muito tempo foram invisíveis pelo mercado financeiro, os microempreendedores individuais que, a partir de agora, terão uma linha de crédito especial para complementar renda e gerar riqueza. É justiça social, trocando a dependência pelo protagonismo”, afirmou.

Também participaram do evento o ministro do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias; o governador do Ceará, Elmano Freitas; o prefeito de Fortaleza, Evandro Leitão; e o presidente do Banco do Nordeste, Paulo Câmara.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF
Data: 08/05/2026

RECIFE VOLTA A TER VOO DIRETO PARA CABO VERDE E AMPLIA CONEXÃO INTERNACIONAL DO NORDESTE

Operada pela Cabo Verde Airlines, rota terá dois voos semanais, fortalecendo turismo, negócios e integração entre Brasil e África



Celebração do voo inaugural da rota Recife-Cabo Verde - Foto: Eduardo Oliveira/MPor

O Aeroporto Internacional do Recife voltou a contar, nesta quarta-feira (6), com uma ligação aérea direta entre o Brasil e Cabo Verde. O voo inaugural da rota Praia (capital cabo-verdiana) e Recife foi recebido pelo ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, pelo embaixador do país africano no Brasil, João Pedro D'Oliveira, e por representantes do governo de Pernambuco e da companhia aérea Cabo Verde Airlines.

A operação marca a retomada da conexão entre os dois países, após seis anos de interrupção, e reforça a posição estratégica de Recife como um dos principais hubs internacionais do Nordeste. Com a nova rota, a capital pernambucana passa a contar com 13 destinos internacionais diretos.

Durante a cerimônia, o ministro Tomé Franca destacou que a retomada da ligação aérea representa mais do que uma nova operação internacional. “Essa é uma notícia boa para Recife, para Pernambuco e para o Brasil. Essa rota retoma a conexão entre a África Ocidental e o Brasil, restabelecendo essa relação histórica entre os nossos países e trazendo mais oportunidade para o turismo, para os negócios e para a economia”, disse.

“Essa rota retoma a conexão entre a África Ocidental e o Brasil, restabelecendo essa relação histórica entre os nossos países”

Tomé Franca

Sobre a rota

Operada pela Cabo Verde Airlines, a rota contará com dois voos semanais entre Recife e a cidade de Praia. As partidas do país africano ocorrerão às quintas e aos sábados, às 18h30, com chegada ao Recife às 22h30. Já os voos de retorno sairão da capital pernambucana às sextas e domingos, à 0h30, com pouso previsto para às 4h30.

Além do turismo de lazer, a expectativa é de fortalecimento de segmentos como turismo de compras e turismo de saúde. A nova rota também deve beneficiar diretamente atividades econômicas ligadas ao Polo de Confeções do Agreste pernambucano e ao polo médico do Recife.

A retomada do voo também está alinhada à estratégia do Governo Federal de ampliar a malha aérea internacional brasileira e fortalecer a integração logística do país. O Ministério de Portos e Aeroportos vem atuando em parceria com estados, operadores aeroportuários e companhias aéreas para ampliar conexões internacionais e estimular o desenvolvimento regional por meio da aviação civil.



Recepção ao primeiro voo

Além de aproximar Brasil e África, a nova conexão amplia o acesso de passageiros brasileiros às ligações internacionais operadas pela companhia para destinos europeus, uma vez que existe conexão com Lisboa, capital de Portugal, por meio da rota Recife-Praia.

“Essa é também uma nova rota de entrada entre a Europa e o Brasil, porque existe conexão Recife-Praia-Lisboa. Portanto, vamos celebrar essa conquista, celebrar as relações do Brasil com a

África Ocidental, celebrar mais oportunidades entre o Brasil e o mundo”, finalizou o ministro.

Durante o evento, o ministro também reconheceu a atuação do governo de Pernambuco, da Empetur e da Cabo Verde Airlines nas negociações que permitiram a retomada da operação.

Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério Portos e Aeroportos - DF

Data: 08/05/2026

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES CONCLUI PRIMEIRA ETAPA DE REVITALIZAÇÃO DA BR-316/AL



Com investimento de R\$ 40,7 milhões, obras ampliam a segurança, melhoram a mobilidade e modernizam trecho estratégico no Sertão alagoano

Obra na BR-116/AL fortalece o desenvolvimento econômico e reforça a infraestrutura viária na região do estado. - Foto: Jerônimo Gonzalez/MT

O ministro dos Transportes, George Santoro, entregou nesta sexta-feira (8), 49 quilômetros de melhorias de pavimentação, conservação e recuperação da BR-316, no trecho entre Carié e Canapi, em Alagoas, até a divisa com Inajá (PE). As obras na estrada integram o programa Revitaliza-BR e já receberam investimentos de R\$ 40,7 milhões do Governo do Brasil, de um total de cerca de R\$ 213 milhões destinados ao aprimoramento de mais de 158 quilômetros da infraestrutura rodoviária do estado, com prazo de execução até 2027.

“Alagoas mudou de patamar nos últimos anos, e o nosso compromisso é garantir que esse crescimento chegue cada vez mais à vida das pessoas. O Governo do Brasil e o Ministério dos Transportes trabalham para ampliar oportunidades, melhorar a mobilidade e levar mais desenvolvimento para todas as regiões do estado”, declarou o ministro dos Transportes, George Santoro.

As intervenções beneficiam diretamente municípios do Sertão alagoano, como Mata Grande, Canapi, Maravilha, Poço das Trincheiras, Santana do Ipanema, Dois Riachos, Cacimbinhas, Estrela de Alagoas e Palmeira dos Índios. Do ponto de vista da mobilidade, a expectativa é de maior fluidez do tráfego, redução do tempo de viagem e melhoria da acessibilidade regional, o que facilita o deslocamento de pessoas e mercadorias.

Para o ex-ministro dos Transportes e senador Renan Filho (MDB), o conjunto de obras, somado às entregas realizadas pelo governo do estado, contribui para Alagoas estar mais preparada para receber investimentos privados e beneficiar a população.



“A região vive uma nova realidade depois desse ciclo de investimentos. Quem mora nas grandes cidades tem o direito de sonhar e realizar, mas quem mora na zona rural e nos pequenos distritos também pode ter acesso às mesmas oportunidades e realizar o mesmo sonho de um futuro melhor”, disse o parlamentar.

Na etapa já concluída, o Ministério dos Transportes executou serviços de conservação e revitalização do pavimento da pista de rolamento e acostamentos, limpeza da faixa de domínio, melhorias nos sistemas de drenagem e recuperação estrutural do asfalto.

Desenvolvimento regional

O programa Revitaliza-BR é uma iniciativa do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT) voltada à melhoria das condições de trafegabilidade e segurança em rodovias federais em todo o país.

Na BR-316/AL, as obras representam um avanço significativo para a integração regional e o desenvolvimento econômico do Sertão alagoano. A malha viária revitalizada proporcionará condições

mais seguras e ágeis para o escoamento da produção agrícola, industrial e de serviços, o que estimula o comércio local e atrai novos investimentos.

O governador de Alagoas, Paulo Dantas, garantiu que o investimento em infraestrutura, mobilidade e turismo continuarão avançando. “Vamos fortalecer o desenvolvimento do estado e garantir mais oportunidades para a população. O nosso objetivo é fazer com que todas as regiões alagoanas avancem, gerem mais renda e tenham mais qualidade de vida”, afirmou.

Para as famílias alagoanas, o trecho revitalizado representa mais segurança. A nova sinalização e as melhorias na rodovia reduzem riscos e tornam as viagens mais seguras.

“Este é o maior ciclo de investimentos da história de Alagoas. O senador Renan Filho, ao lado do presidente Lula, construiu uma aliança forte para modernizar a logística, ampliar a capacidade de transporte e impulsionar a economia alagoana”, finalizou o chefe da pasta, George Santoro.

Considerada uma das principais rotas de escoamento de Alagoas, a BR-316 conecta o estado a importantes mercados do Norte e Nordeste e fortalece o transporte de cargas na região.

Avanço histórico

O Ministério dos Transportes trabalha, desde 2023, para ampliar os recursos destinados à infraestrutura e à logística e promover resultados estruturantes em todo o país. Em Alagoas, os aportes do Governo do Brasil cresceram significativamente, com aumento de cerca de 493% nos valores aplicados, na comparação entre o último ano da gestão anterior (2022) e o orçamento previsto para 2026 no estado.



Fonte: GOV. Federal - BR – Ministério dos Transportes - DF
Data: 08/05/2026

O encontro de três horas entre os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e dos Estados Unidos, Donald Trump, nessa quinta-feira, dia 7, na Casa Branca, marca o início de uma nova fase de pragmatismo nas relações bilaterais. Em um cenário global fragmentado, o Brasil reafirma sua posição de interlocutor universal, capaz de dialogar sobre “qualquer assunto” sem comprometer sua soberania

ou democracia. O saldo da visita a Washington vai além do simbolismo: estabelece um cronograma técnico para desarmar as tensões tarifárias e abre caminho para que o Brasil se torne o principal hub de tecnologia e transição energética das Américas.

A reunião foi estratégica por tratar, principalmente, das tarifas impostas pelos EUA sob a Seção 301. A sugestão brasileira de delegar a resolução técnica aos ministérios nos próximos 30 dias foi bem recebida, sinalizando que a retórica do “tarifaço” pode dar lugar a um acordo de cooperação. Para o Brasil, encerrar essas barreiras é fundamental para garantir a competitividade de seus produtos industrializados, enquanto para os EUA, manter o Brasil como parceiro estável é uma questão de segurança econômica e regional.

Mas a pauta do encontro foi além. Um dos pontos mais inovadores da conversa foi a discussão sobre a instalação de data centers em solo brasileiro. O presidente Lula impôs uma condição de soberania energética e tecnológica: o interesse em receber esses investimentos é real, mas as empresas devem arcar com a própria produção de energia limpa. Essa postura protege a matriz elétrica nacional e vincula a economia de dados à transição energética, setor onde o Brasil detém vantagens comparativas imbatíveis. O objetivo é claro: o Brasil não quer ser apenas um exportador de dados, mas um centro de processamento que utilize sua “potência verde” para atrair a infraestrutura da inteligência artificial.

A pauta de defesa e cooperação também avançou em temas sensíveis. Sobre o combate ao crime organizado, houve um aprofundamento da cooperação na luta contra crimes transnacionais, essencial para a segurança das fronteiras e a estabilidade regional. Em relação a investimentos estrangeiros, foi feito o convite para que os Estados Unidos voltem a investir massivamente no Brasil, especialmente em projetos de hidrogênio verde e infraestrutura sustentável.

O reconhecimento de Trump, que classificou Lula como um presidente “super dinâmico” e a reunião como positiva, dissipa temores de um distanciamento político. O compromisso de realizar reuniões adicionais nos próximos meses garante que os “elementos-chave” discutidos — do comércio à tecnologia — não fiquem apenas no campo diplomático, mas se transformem em regras claras para o futuro. O Brasil de 2026 sai de Washington com a democracia reafirmada e com uma avenida aberta para liderar a economia verde e digital no hemisfério.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2026

OPINIÃO – ARTIGOS - EFEITOS PARA O BRASIL DA GUERRA USA X IRÃ E OUTROS PAÍSES



GIOVANNI CAVALCANTI PAIVA

CEO da GCP Consult

opinio@portalbenews.com.br

As incertezas prevalecem. As tendências podem mudar a qualquer hora. No clima de tensão mundial, uns perdem, outros se aproveitam das perdas. São movimentos naturais, onde necessita-se de uma gestão de políticas atentas aos cenários.

Em termos econômicos, o Brasil, no primeiro trimestre, teve a corrente de comércio muito próxima ao do mesmo período de 2025, totalizando US\$ 150,5 bilhões, com uma tendência de crescimento já que o mês de março representou mais que a média dos meses anteriores – US\$ 56,8 bilhões. Neste contexto de superávit positivo, se destacaram as exportações de minério, soja e petróleo bruto, principalmente para a China.

Parcialmente, isso pode ser constatado como consequência dos “efeitos Venezuela”, dado que boa parte das exportações do seu petróleo cambiou para os Estados Unidos ao invés da China. Ganhou o Brasil nesse cenário. E para os “efeitos Irã”, o Brasil tenderá a aumentar as suas exportações de



petróleo para aquele país, já que os chineses são consumidores do petróleo que passa pelo estreito de Ormuz.

Além disso, vem contribuindo para o aumento das exportações brasileiras, a cotação irregular, mas com valores crescentes, do Brent, que tende a três dígitos, mesmo com o recuo do dólar, hoje na casa dos R\$ 5,00. Para termos uma noção, o Brasil produz quase 3,8 milhões de bpd (barris por dia) – exporta 1,9 milhão, principalmente para China, Índia e USA, e importa, em média 350 mil bpd para ajuste da produção de derivados. Isso leva a um saldo de mais de 1,5 milhão de bpd disponíveis para ofertar ao mundo.

Apesar desse ponto positivo, os efeitos do aumento do valor do barril de petróleo para a produção e a logística dos outros produtos são nocivos à economia brasileira. Os insumos e produtos importados dos países fornecedores do Brasil apresentam-se com seus preços aumentados e já impactam a inflação, aumento de custo de vida e, com o tempo, outros problemas sociais como desemprego e violência. Estão neste rol de produtos com logística impactada:

- fertilizantes – que atendem nosso agronegócio;
- químicos – que atendem uma gama de nossos processos industriais;
- frangos, carne bovina, milho e outros produtos da agropecuária

Aqui no Brasil, alguns distribuidores de combustíveis se anteciparam nos meses de março, aumentando os valores dos produtos no mercado, mesmo sem a Petrobras, que fornece 70% do produto no mercado nacional, ter aumentado seus valores de venda. Todavia, esse aumento foi justificado pela aquisição dos produtos a partir de refinarias privadas, como a de Mataripe/BA, Clara Camarão/RN e da Amazônia/AM, que acompanham preços internacionais. Há defasagem dos preços de venda da Petrobras, a menor, para diesel e gasolina, segundo associações privadas. Cabe lembrar que a maioria do petróleo que é importado para o Brasil não passa pelo estreito de Ormuz, o que pode justificar cautela no aumento dos preços internos.

No campo da economia interna do País, sobre os potenciais desdobramentos em meio a esse momento de alta instabilidade geopolítica, verifica-se que os planos de redução da taxa Selic podem ser amenos para conter a inflação e, conseqüentemente, os investimentos em infraestrutura podem ficar arrefecidos.

Enfim, temos que ficar alertas à ordem mundial, pois tudo que ocorrer fora do nosso Brasil traz conseqüências para o comércio e o abastecimento de nosso País, principalmente quando se mexe com produtos como o petróleo, que não é uma mera commodity, ou quando se interrompe rotas de alta densidade de navios de contêineres, que movimentam uma diversidade de produtos de primeira necessidade.

No contexto do petróleo, talvez o mundo precise desconcentrar das reservas do Oriente Médio, explorar mais a Venezuela, Guiana, Margem Equatorial do Brasil, aumentar prospecção na África. O choque na oferta não cessa a demanda.

Inferimos que problemas como esses trazem reflexões do tipo: Está na hora de acelerar mais o desenvolvimento de alternativas energéticas? Ter reservas ou autossuficiência em petróleo muda o conceito de virtude econômica para questão de segurança nacional?

Bom sempre observar esse momento de crise para realinhar posturas e aproveitar as oportunidades, não se deixando ser seduzido por discursos conceituais externos, pois podem nos colocar antolhos inaceitáveis que serão lamentados no futuro e ficarão registrados na história como um grande equívoco.

Em face das altas incertezas e constantes mudanças de cenários provocados por essas guerras, este texto poderá estar desatualizado em poucas horas.

NO CONTEXTO DO PETRÓLEO, TALVEZ O MUNDO PRECISE DESCONCENTRAR DAS RESERVAS DO ORIENTE MÉDIO, EXPLORAR MAIS A VENEZUELA, GUIANA, MARGEM EQUATORIAL DO BRASIL, AUMENTAR PROSPECÇÃO NA ÁFRICA. O CHOQUE NA OFERTA NÃO CESSA A DEMANDA

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 08/05/2026

COMÉRCIO EXTERIOR – “DEMOS UM PASSO IMPORTANTE COM OS EUA”, DIZ LULA

Após reunião de 3 horas com Donald Trump, na Casa Branca, Lula se mostra otimista por acordos comerciais em várias áreas

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



Lula e Trump tiveram uma conversa bastante amistosa, apesar das críticas do brasileiro. Ambos disseram que o encontro foi produtivo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, nesta quinta-feira, 7 de maio, na Casa Branca, em Washington. Em entrevista coletiva, Lula destacou que o encontro de três horas foi um passo importante na relação entre Brasil e Estados Unidos.

“Saio daqui com a ideia de que demos um passo importante na consolidação da relação democrática e histórica que o Brasil tem com os Estados Unidos”, disse Lula. “Foi uma reunião importante. O Brasil está preparado para discutir com qualquer país do mundo qualquer assunto. Não tem assunto proibido. A única coisa que nós não abrimos mão é da nossa democracia e da nossa soberania”, completou.

Na conversa com jornalistas após a reunião, Lula ressaltou o otimismo com o andamento das negociações sobre as tarifas impostas pelos Estados Unidos aos produtos brasileiros. “Eu sugeri ao Trump que a gente colocasse os nossos ministros para resolver esse problema para nós decidirmos o que vai acontecer. Eu acho que vai terminar bem, num acordo entre o Brasil e os Estados Unidos na questão comercial”, declarou.

O ministro do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, também comentou o debate em torno das tarifas. “Ficamos de nos reunirmos nos próximos 30 dias para avaliarmos ou chegarmos a uma conclusão. Na nossa expectativa, uma conclusão que leve também ao encerramento da seção 301. Ficou pactuado que voltaremos, nas próximas semanas, a negociar o fim das tarifas e o estabelecimento de uma nova regra para o futuro”, disse.

Reunião produtiva

Já o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, enfatizou a produtividade da reunião, que abrangeu diversos assuntos. “Foram discutidos os temas relativos ao comércio bilateral e a questão das tarifas impostas pelo governo americano em detalhes. Depois foram discutidas questões relativas à cooperação em crimes transnacionais e combate ao crime organizado. Também discutimos questões relativas aos minerais críticos e tudo isso se desenvolveu num clima muito positivo, muito amistoso. Foi uma reunião muito produtiva”, relatou.

Lula explicou também que o Brasil gosta da ideia de Datacenters em seu território. “Nós temos interesse, muito interesse, que os Estados Unidos voltem a investir no Brasil. Aliás, se tem uma coisa que nós queremos fazer é isso, que mais gente vá para investir no Brasil. Nós estamos, quem sabe, com o maior investimento de transição energética de todos os países, temos a maior possibilidade. Vamos fazer as coisas acontecerem a partir do Brasil.

O presidente prosseguiu citando também algumas de suas ressalvas na conversa com Trump. “Alguém quer fazer data center no Brasil, tem que produzir sua própria energia, porque nós não vamos gastar dinheiro para criar data center para mandar dados para outros países. Nós queremos dados para nós. Agora, nós temos condições de oferecer aos outros países a oportunidade de construir data center, desde que eles arquem com a produção de energia. É o mínimo que a gente pode exigir”, concluiu.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 08/05/2026

COMÉRCIO EXTERIOR – TRUMP DIZ QUE PRESIDENTE DO BRASIL É DINÂMICO E ELOGIA REUNIÃO

Do Estadão Conteúdo

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou nesta quinta-feira, 7, que a reunião com o presidente brasileiro, Luiz Inácio Lula da Silva, na Casa Branca tratou de temas como comércio e tarifas, classificando o encontro como positivo.

Acabei de concluir minha reunião com Luiz Inácio Lula da Silva, o super dinâmico presidente do Brasil. Discutimos muitos temas, incluindo comércio e, especificamente, tarifas. A reunião foi muito bem”, escreveu Trump em publicação na Truth Social após reunião que durou cerca de 3 horas.

Segundo o presidente norte-americano, representantes dos dois países deverão se reunir para discutir “certos elementos-chave” da agenda bilateral. “Reuniões adicionais serão agendadas ao longo dos próximos meses, conforme necessário”, acrescentou.

A reunião entre Trump e Lula terminou sem a tradicional sessão de perguntas no Salão Oval. Os dois presidentes participaram de um encontro fechado e depois almoçaram juntos na Casa Branca. Eles também circularam pela galeria de ex-presidentes da residência oficial da Presidência dos EUA.

Lula deixou a Casa Branca após o encontro e na sequência falou com a imprensa na Embaixada do Brasil em Washington antes de embarcar de volta ao Brasil.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 08/05/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - SOLUÇÃO PARA TARIFAS TEM PRAZO: 30 DIAS

Lula propõe que grupos de trabalho de Brasil e EUA resolvam o impasse das tarifas de exportações e Trump concorda. Eles aguardam proposta conjunta

Da Redação redacao.jornal@redenenews.com.br



O ministro da Fazenda, Dario Durigan, reclamou da investigação dos EUA sobre as práticas comerciais do Brasil e espera que Trump não use isso para manter as tarifas

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou nesta quinta-feira (7), após reunião com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, na Casa Branca, em Washington, que equipes dos dois governos deverão fechar uma proposta para resolver o impasse sobre tarifas de exportação e uma investigação comercial aberta pelos norte-americanos contra o Brasil desde

o ano passado.

O objetivo é que uma proposta seja levada aos dois líderes em cerca de 30 dias. O Brasil voltou a defender o encerramento da apuração aberta com base na Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA.



“Eu falei assim: ‘Vamos colocar um grupo de trabalho e vamos permitir que esse moço [do Ministério] da Indústria e Comércio do Brasil, junto com o teu ministro do Comércio, sentem em 30 dias e apresentem para nós uma proposta para a gente poder bater o martelo’. Quem estiver errado vai ceder. Se a gente tiver que ceder, nós vamos ceder”, disse Lula a jornalistas na sede da Embaixada do Brasil em Washington.

No procedimento, os EUA acusam o Brasil de concorrência desleal, mencionando o Pix, tarifas sobre etanol, desmatamento ilegal e proteção de propriedade intelectual. Em abril deste ano, técnicos brasileiros reuniram-se nos EUA para esclarecimentos, defendendo o país contra a alegação de práticas desleais.

O governo brasileiro não reconhece a legitimidade de instrumentos unilaterais como a Seção 301, argumentando inconsistência com as regras da Organização Mundial do Comércio (OMC). Segundo Lula, o tema do Pix não foi mencionado durante a reunião entre os presidentes.

Histórico

A relação comercial entre Brasil e Estados Unidos atravessa, desde 2025, uma fase de tensões decorrentes da política tarifária adotada pelo presidente Donald Trump, que retomou medidas protecionistas já observadas em seu primeiro mandato.

O ciclo de disputas começou com a imposição de tarifas de 25% sobre as importações de aço e alumínio, afetando diretamente o Brasil, um dos principais fornecedores desses produtos ao mercado norte-americano.

As justificativas apresentadas pelos EUA para tais medidas combinavam argumentações econômicas e políticas.

Houve também críticas à Suprema Corte brasileira, no contexto das decisões do Judiciário brasileiro relacionadas ao processo contra o ex-presidente Jair Bolsonaro, envolvido com os atos golpistas que culminaram com o 8 de janeiro de 2023.

Reciprocidade comercial

Em abril, os Estados Unidos adotaram tarifas adicionais sobre diversos produtos brasileiros, sob o argumento de falta de reciprocidade comercial. O governo brasileiro intensificou algumas tratativas diplomáticas e, mais adiante, levou o tema à Organização Mundial do Comércio (OMC).

Além disso, o Brasil fortaleceu alguns de seus instrumentos legais, como medidas de reciprocidade e retaliação, na tentativa de evitar uma escalada ainda maior por parte do governo dos EUA.

No fim de 2025 e no início deste ano, houve recuo parcial dos Estados Unidos, com exclusões de produtos e substituição do tarifaço por uma tarifa global temporária de cerca de 10%. Setores como aço e alumínio, porém, seguem com taxas elevadas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - EXPORTAÇÕES PARA OS EUA CAEM 11,3% EM ABRIL

Da Agência Brasil

As exportações brasileiras para os Estados Unidos recuaram 11,3% em abril na comparação com o mesmo mês do ano passado, enquanto as vendas para a China cresceram 32,5% no período.

Os dados foram divulgados nesta quinta-feira (7) pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), vinculada ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic).

As vendas para os Estados Unidos somaram US\$ 3,121 bilhões em abril deste ano, ante US\$ 3,517 bilhões registrados em abril de 2025. As importações de produtos norte-americanos caíram 18,1%, passando de US\$ 3,780 bilhões para US\$ 3,097 bilhões.

Com esses números, a balança comercial entre Brasil e Estados Unidos fechou abril com superávit de US\$20 milhões para o lado brasileiro.

Esta foi a nona queda consecutiva nas exportações brasileiras ao mercado norte-americano desde a imposição da sobretaxa de 50% aplicada pelo governo do presidente dos EUA, Donald Trump, em meados de 2025.

Apesar da retirada de parte dos produtos brasileiros da lista tarifária no fim do ano passado, o Mdic estima que 22% das exportações brasileiras continuem sujeitas às taxas impostas em julho de 2025. O grupo inclui itens submetidos apenas à tarifa adicional de 40% e também produtos que acumulam a alíquota extra com a taxa-base de 10%.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - MINERAIS CRÍTICOS: BRASIL ACENA AOS EUA

Lula diz que Brasil está aberto a parcerias com os norte-americanos e com qualquer outro país, mas não abre mão da soberania

Do Estadão Conteúdo



O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, classificou a reunião como “produtiva e ativa, especialmente sobre a exploração de minerais críticos e estratégicos

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) afirmou nesta quinta-feira, 7, ter dito ao presidente Donald Trump que o Brasil não veta a participação dos Estados Unidos, e de nenhum outro país, na exploração de minerais críticos brasileiros.

Mesmo assim, Lula voltou a falar que o Brasil não será um “mero exportador” das terras raras. A declaração de Lula ocorreu em entrevista coletiva de imprensa após reunião com Trump na Casa

Branca.

“Nós não temos veto a nenhum país que queira participar com o Brasil. O Brasil tem a obrigação de ter uma regulamentação em que o Brasil seja soberano, o Brasil tem obrigação de compartilhar com quem queira participar conosco, seja os Estados Unidos, China, Alemanha, França, Índia. O Brasil estará aberto a parcerias, o que nós não queremos é ser meros exportadores dessas coisas”, declarou Lula.

Lula também disse que falou com o presidente dos Estados Unidos sobre big techs. Segundo o presidente, ele levou a Trump a visão de que plataformas de qualquer país podem operar no Brasil, desde que sigam a “regulamentação soberana” brasileira.

Nesta quinta, Lula se reuniu com Trump pela primeira vez na Casa Branca, em uma conversa considerada positiva por ele e por ministros que integraram a comitiva. O encontro estava planejado para durar uma hora, mas acabou sendo de três horas. Segundo Lula, isso se deu porque os dois gostaram do encontro.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, classificou a reunião como “produtiva e ativa, especialmente no que diz respeito à sua área de atuação, a exploração de minerais críticos e estratégicos.



Pluralidade

Segundo o ministro, Lula comentou sobre a recente aprovação na Câmara de um marco legal visando receber investimentos no setor. Alexandre Silveira falou ainda sobre “pluralidade de diálogo” e a entrada de recursos de investidores da China, Estados Unidos e Rússia e outros.

“O presidente deixou clara a importância desses minerais para a gente desenvolver a nossa indústria, a indústria do manufaturamento, desde a separação até o refino. O Brasil é solo fértil para investimentos, pela sua segurança jurídica, pelas suas potencialidades; é mais barato investir e refinar os materiais no Brasil”, declarou Alexandre Silveira, em coletiva de imprensa após o encontro nos EUA.

A Câmara dos Deputados aprovou por votação simbólica na noite da quarta-feira, 6, o projeto que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos. No campo dos incentivos fiscais, está previsto o Programa Federal de Beneficiamento e Transformação de Minerais Críticos e Estratégicos (PFMCE), com a concessão de créditos fiscais entre 2030 e 2034, no montante de R\$ 1 bilhão por ano, totalizando R\$ 5 bilhões no período.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 08/05/2026

COMÉRCIO EXTERIOR - LULA E TRUMP NÃO CONVERSARAM SOBRE AS FACÇÕES PCC E CV

Do Estadão Conteúdo

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou que ele e Donald Trump não discutiram sobre a intenção dos EUA de que facções criminosas brasileiras, como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), sejam classificadas como terroristas.

A pauta da segurança pública é um dos grandes eixos da diplomacia trumpista para a América Latina. O governo dos EUA já declarou que as facções brasileiras são “ameaças significativas à segurança regional”.

O governo brasileiro rejeita que as organizações criminosas sejam classificadas como terroristas por temer que a designação possa servir de pretexto para ações militares extraterritoriais dos americanos.

Lula disse que defendeu ao presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, a criação de um grupo de trabalho com todos os países da América Latina, ou até do mundo. “Eu disse a ele que estamos dispostos a construir um grupo de trabalho com todos os países da América Latina e, quiçá, com todos os países do mundo, para criarmos um grupo forte de combate ao crime organizado”. Lula disse ainda que questionou a estratégia dos EUA de combater o crime organizado com bases militares e defendeu a criação de alternativas econômicas ao crime. Na entrevista, o presidente também destacou que parte das armas que chega no Brasil sai dos EUA.

“É importante saber que tem lavagem de dinheiro que é feita em Estados americanos. Se a gente colocar a verdade na mesa e criarmos um grupo de trabalho para trabalharmos juntos, poderemos resolver em décadas aquilo que não se resolveu em séculos”, afirmou.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 08/05/2026

POLÍTICA - PF FAZ BUSCAS CONTRA CIRO NOGUEIRA

Senador foi alvo de busca e apreensão na 5ª fase da ação que apura crimes do Banco Master

Do Estadão Conteúdo

A Polícia Federal (PF) deflagrou nesta quinta-feira, 7, mais uma fase da Operação Compliance Zero e mirou pela primeira vez o núcleo político por suspeitas de crimes envolvendo o Banco Master e Daniel

Vorcaro. Foi cumprido mandado de busca e apreensão contra o senador **Ciro Nogueira (PP-PI)**, presidente nacional do partido.

A operação foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) **André Mendonça**. A PF tinha encontrado no celular de Vorcaro diálogos com o senador e ordens de pagamento do banqueiro para uma pessoa de nome **Ciro**, citado sem sobrenome. Na época, o senador disse conhecer Vorcaro, mas afirmou não ter proximidade e negou ter recebido pagamentos.



Ciro Nogueira diz que é inocente, mas a PF viu indícios de irregularidades nas relações com Daniel Vorcaro, dono do Banco Master

A Polícia Federal encontrou mensagens no celular de Vorcaro nas quais ele se refere ao senador como um “grande amigo de vida” e comemora uma iniciativa legislativa de **Ciro** que beneficiava o Master.

A data da mensagem de comemoração ao que chamou de “bomba atômica no mercado financeiro”, 13 de agosto de 2024, coincide com a da emenda à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) de autonomia financeira do Banco Central, apresentada por **Ciro Nogueira**, para aumentar o valor coberto pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC) de R\$ 250 mil por CPF para R\$ 1 milhão.

A proposta foi identificada por políticos e integrantes do mercado financeiro como uma das primeiras “digitais” de favorecimento ao Master no Congresso.

A cobertura do FGC era uma das principais estratégias do Banco Master para alavancar os investimentos em seus Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), como mostrou o Estadão em agosto do ano passado.

Defesa

Em nota publicada nesta quinta-feira, a defesa de **Ciro Nogueira** disse que ele é inocente. Confira a íntegra do comunicado:

A defesa do Senador **Ciro Nogueira** repudia qualquer ilação de ilicitude sobre suas condutas, especialmente em sua atuação parlamentar.

Reitera o comprometimento do Senador em contribuir com a Justiça a fim de esclarecer que não teve qualquer participação em atividades ilícitas e nos fatos investigados, colocando-se à disposição para esclarecimentos.

Pondera, por fim, que medidas investigativas graves e invasivas tomadas com base em mera troca de mensagens, sobretudo por terceiros, podem se mostrar precipitadas e merecem a devida reflexão e controle severo de legalidade, tema que deverá ser enfrentado tecnicamente pelas Cortes Superiores muito em breve, assim como ocorreu com o uso indiscriminado de delações premiadas.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2026

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por **LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES** leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

TECON SANTOS 10: UMA NOVA AVALIAÇÃO

O documento da Casa Civil enviado ao ministro de Portos e Aeroportos, **Tomé Franca**, na noite da última quarta-feira, defendendo a realização do leilão de concessão do Tecon Santos 10 sem restrições de participação, reforça a possibilidade de a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), o órgão regulador do setor, ter de reenviar o projeto de arrendamento do terminal ao Tribunal

de Contas da União (TCU). Como esta coluna adiantou em sua edição de 21 de abril, se as regras do leilão forem alteradas, todo o processo terá de ser revisto pela Antaq e pela Corte de Contas. A necessidade dessas medidas é admitida por diretores da agência há semanas.

QUEDA DE BRAÇO

A Casa Civil já admitiu publicamente que não vê necessidade nas restrições de participação impostas pela Antaq para o leilão do Tecon Santos 10, o megaterminal de contêineres e carga geral a ser implantado do Porto de Santos (SP). E o documento apresentado nessa quarta-feira consolida essa posição, considerando desnecessário barrar acionistas de terminais de contêineres em Santos da disputa pela nova instalação. Para a Agência, mudar essa regra agora demandaria uma reavaliação de boa parte do processo, implicando em mais atrasos para a realização do leilão, o que não é o desejo do Planalto.

SEM COLETIVA NA CASA BRANCA

O encontro bilateral entre os presidentes do Brasil, Luiz Inácio Lula da Silva, e dos Estados Unidos, Donald Trump, realizado nessa quinta-feira, dia 7, na Casa Branca, entregou um resultado agrídoce: embora a retórica pública tenha sido de cordialidade e pragmatismo, o cancelamento da tradicional declaração conjunta no Salão Oval e as pressões políticas de bastidor expuseram as fissuras que ainda dividem as duas maiores potências do continente.

PAUTAS DELICADAS

De um lado, a diplomacia do “tapete vermelho” funcionou para normalizar as relações. Trump descreveu Lula como “dinâmico” e o presidente brasileiro afirmou estar “muito satisfeito” com o diálogo. Contudo, a ausência de uma imagem lateral dos dois líderes diante da imprensa é vista por jornalistas especializados na cobertura da Casa Branca e especialistas, como um sintoma claro de que temas espinhosos impediram um consenso pleno.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2026

POLÍTICA - SENADOR RECEBIA ‘MESADA’ DE ATÉ R\$ 500 MIL, DIZ PF

Em troca de mensagens com seu comparsa, Daniel Vorcaro questionou atraso de pagamento a Ciro Nogueira, segundo a Polícia Federal

Do Estadão Conteúdo

A troca de mensagens entre Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, e seu primo Felipe Cançado Vorcaro revela, segundo a Polícia Federal, como eram tratados os pagamentos de propina ao senador Ciro Nogueira (PP-PI) em troca de suposto favorecimento aos interesses do banqueiro no Congresso Nacional.

O senador foi alvo de busca e apreensão na manhã desta quinta-feira, 7, na nova fase da Operação



Compliance Zero. Já Felipe Vorcaro teve a prisão temporária decretada. A defesa de Ciro Nogueira afirmou que “repudia qualquer ilação de ilicitude sobre suas condutas, especialmente em sua atuação parlamentar”.

De acordo com a investigação da Polícia Federal, Ciro Nogueira recebia valores mensalmente de Daniel Vorcaro e até defendeu seus interesses no Senado



Segundo a investigação, Felipe questionou Daniel sobre a manutenção dos pagamentos mensais ao “pessoal que investiu” na BRGD S.A, empresa sediada em Nova Lima (MG) e dirigida formalmente por Oscar Vorcaro, pai de Felipe.

A PF aponta a companhia como uma das principais fontes dos recursos movimentados no esquema que pagava mesada de até R\$ 500 mil ao senador. Para os investigadores, a BRGD era usada para viabilizar repasses mensais ao parlamentar e ex-ministro da Casa Civil do governo de Jair Bolsonaro (PL) por meio da chamada “parceria BRGD/CNLF”.

A CNLF Empreendimentos Imobiliários Ltda., segundo a investigação, era administrada formalmente pelo irmão do senador Raimundo Neto e Silva Nogueira Lima, que também foi alvo de busca e apreensão. A defesa dele não se manifestou.

“Pessoal me passou aqui sobre o aumento dos pagamentos parceiro brgd, mas fluxo está indo praticamente todo para o btg e ainda estou precisando aportar valores altos todo mês”, escreveu Felipe Vorcaro a Daniel em 28 de janeiro de 2025, segundo as mensagens obtidas pela PF.

“Resolve isso pra mim”, respondeu Vorcaro no mesmo dia. “Eu ponho dinheiro depois para repor.”

Atraso

Meses depois, em 30 de junho de 2025, Daniel voltou a cobrar o operador financeiro sobre os pagamentos ao senador. “Cara eu no meio dessa guerra atrasei dois meses ciro?”, escreveu o banqueiro.

“Vou ver se dou um jeito aqui. Vai continuar os 500k ou pode ser os 300k?”, respondeu Felipe Vorcaro, em referência, segundo a investigação, ao valor da mesada destinada ao senador Ciro Nogueira.

Em março deste ano, o Estadão revelou que a PF tinha encontrado no celular de Vorcaro diálogos com o senador e ordens de pagamento do banqueiro para uma pessoa de nome Ciro, citado sem sobrenome. Na época, o senador disse conhecer Vorcaro, mas afirmou não ter proximidade e negou ter recebido pagamentos.

A representação da PF descreve Felipe como integrante do núcleo financeiro-operacional da organização criminosa. A investigação também aponta que Vorcaro teria disponibilizado gratuitamente ao senador um imóvel de alto padrão por tempo indeterminado, além de custear hospedagens, deslocamentos e viagens internacionais de luxo.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2026

POLÍTICA - VORCARO BANCOU HOTEL EM NY E ATÉ EMPRESTOU CARTÃO PARA CIRO

Aumento foi impulsionado principalmente pelas operações de granéis líquidos e gases, que seguem em ritmo acelerado mesmo com a guerra

Da Agência Brasil

A tentativa de Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, de criar influência no Congresso não se limitava ao pagamento de uma mesada de ao menos R\$ 300 mil ao senador Ciro Nogueira (PP-PI), segundo afirma a Polícia Federal no relatório da quinta fase da Operação Compliance Zero.

A investigação aponta também o custeio de estadias em hotéis de luxo em Nova York, despesas em restaurantes de alto padrão e a disponibilização de um cartão de crédito do banqueiro para uso pessoal do parlamentar.

Investigadores apontam que **Ciro Nogueira** teria se hospedado, custeado pelo banqueiro, no **Park Hyatt New York**, hotel de luxo em Manhattan conhecido por suítes de alto padrão. As diárias do hotel variam de US\$ 1.597 a mais de US\$ 10 mil (entre R\$ 8 mil e R\$ 50 mil).

A investigação da Polícia Federal indica que **Vorcaro** pagou ao senador “despesas em restaurantes de elevado padrão e outros gastos atribuídos ao parlamentar e à sua acompanhante”. “Há, ainda, referência à disponibilização de cartão destinado à cobertura de despesas pessoais”, anota o relatório da PF.

Para ilustrar as despesas pagas pelo banqueiro ao parlamentar, investigadores apresentaram ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) **André Mendonça** um diálogo entre **Léo Serrano**, um dos operadores financeiros do esquema, e **Daniel Vorcaro**.

“Só uma pergunta rápida... eh pros meninos continuarem pagando conta dos restaurantes do **Ciro/Flávia** até sábado?”, indagou **Serrano**.

“Sim. Depois leva meu cartão para **St. Barths**”, respondeu **Vorcaro** em referência à ilha de **São Bartolomeu**, ilha caribenha compartilhada por milionários.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 08/05/2026

POLÍTICA - PLANALTO PEDE SILÊNCIO SOBRE CIRO NOGUEIRA

Governo orienta ministros a não se posicionarem sobre as buscas contra **Ciro Nogueira**. Há um temor de que operação da PF seja vista como retaliação ao líder do Centrão

Do Estadão Conteúdo



A PF diz ter indícios de que Daniel Vorcaro encomendou um texto de emenda, posteriormente apresentado por **Ciro Nogueira no Senado**

Logo após a Polícia Federal (PF) cumprir nesta quinta- -feira, 7, um mandado de busca e apreensão contra o senador e presidente nacional do PP **Ciro Nogueira** (PP-PI), o Palácio do Planalto começou a orientar ministros a não se posicionarem sobre o caso, apurou o Estadão/Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado.

A ordem do Planalto busca evitar que a operação contra o ex-ministro da Casa Civil no governo de **Jair Bolsonaro** (PL) e uma das principais lideranças do Centrão seja interpretada como uma retaliação do governo do presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** (PT) por causa da rejeição, pelo Senado Federal, da indicação do advogado- -geral da União, **Jorge Messias**, ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Com isso, ministros e auxiliares próximos do governo não devem fazer publicações nas redes sociais sobre o caso, além de evitar considerações à imprensa.

A derrota histórica na indicação de **Messias**, primeira em 132 anos, ocorreu devido aos votos dados pelo Centrão, do qual **Ciro Nogueira** é um dos principais articuladores no Senado. Publicamente, o piauiense declarou voto em **Messias**, mas o Planalto acredita que ele ajudou a derrotar o governo.

A indicação de **Lula** foi rejeitada por um placar de 34 votos favoráveis e 42 contrários. Era necessário o aval de 41 parlamentares para a indicação se concretizar na nomeação para a Corte.



A PF diz ter indícios de que o banqueiro Daniel Vorcaro, dono do Banco Master, encomendou à assessoria da entidade um texto de uma emenda, posteriormente apresentada por Ciro Nogueira em uma proposta de emenda à Constituição em tramitação na Casa. A mudança constitucional buscava atender a interesses do banco.

Em diálogos, Vorcaro chegou a comentar que a emenda apresentada pelo parlamentar “saiu exatamente como mandei”. O trecho, na PEC que tratava sobre o regime jurídico do Banco Central, propunha aumentar o limite de cobertura individual do Fundo Garantidor de Crédito (FGC), dos atuais R\$250 mil para R\$ 1 milhão. A emenda acabou não sendo aprovada.

A defesa de Ciro Nogueira afirmou que “repudia qualquer ilação de ilicitude sobre suas condutas, especialmente em sua atuação parlamentar”.

“Medidas investigativas graves e invasivas tomadas com base em mera troca de mensagens, sobretudo por terceiros, podem se mostrar precipitadas e merecem a devida reflexão e controle severo de legalidade, tema que deverá ser enfrentado tecnicamente pelas Cortes Superiores muito em breve, assim como ocorreu com o uso indiscriminado de delações premiadas”, diz a nota da defesa

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2026

POLÍTICA - FLÁVIO BOLSONARO DIZ CONSIDERAR AS INFORMAÇÕES ‘GRAVES’

Do Estadão Conteúdo

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência da República, afirmou, por meio de nota divulgada nesta quinta-feira, 7, que considera “graves” as informações divulgadas sobre a operação contra o senador Ciro Nogueira (PP-PI), ex-ministro de seu pai, o ex-presidente Jair Bolsonaro.

A Polícia Federal (PF) deflagrou pela manhã mais uma fase da Operação Compliance Zero e mirou, pela primeira vez, o núcleo político por suspeitas de crimes envolvendo o Banco Master e Daniel Vorcaro. Ex-ministro da Casa Civil, Nogueira foi alvo de busca e apreensão.

Ciro Nogueira recebia de Vorcaro uma mesada de até R\$ 500 mil, segundo a PF. A defesa do parlamentar afirmou que “repudia qualquer ilação de ilicitude sobre suas condutas, especialmente em sua atuação parlamentar”.

A operação foi autorizada pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, que também ordenou o bloqueio de R\$ 18,8 milhões em bens. No total, a PF cumpre dez mandados de busca e apreensão e um de prisão temporária nos Estados de Piauí Distrito Federal, Minas Gerais e São Paulo.

“O senador Flávio Bolsonaro acompanha com atenção e considera graves as informações divulgadas pela imprensa. Entendemos que fatos dessa natureza devem ser apurados com rigor e transparência pelas autoridades competentes, sempre com respeito ao devido processo legal”, afirmou Flávio em nota.

O texto também diz que o senador “confia na relatoria do caso Master, conduzida pelo ministro André Mendonça, e esperamos uma ampla apuração”. O magistrado foi indicado ao STF por Bolsonaro.

Felipe Cançado Vorcaro, primo de Daniel Vorcaro, foi alvo de prisão temporária na operação - ele já havia sido incluído na investigação por suspeita de participação em fraudes nos fundos de investimento. A defesa dele ainda não se manifestou.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2026

TRANSPORTES - PORTOS – MARINHA MANTÉM RESTRIÇÃO AO CALADO DO CANAL DE ITAJAÍ E NAVEGANTES

Levantamento técnico mostrou a presença de lama fluída no canal aquaviário; Porto diz que operações continuam normalmente

Por Cássio Lyra redacao.jornal@redebene.com.br



A Superintendência do Porto de Itajaí informou que recebeu da Van Oord esclarecimentos sobre a presença de lama fluída na área portuária e sobre as condições de navegabilidade

A Marinha do Brasil, por meio da Delegacia da Capitania dos Portos em Itajaí (Delltajaí), anunciou nesta semana que manteve a restrição de calado no canal de acesso ao complexo portuário de Itajaí e Navegantes, em Santa Catarina. Já a Superintendência do Porto de Itajaí (SPI) garante a segurança da navegação no canal aquaviário e diz que as operações continuam mesmo assim.

A restrição, que prevê uma Folga Abaixo da Quilha (FAQ) de 0,30 metros, foi determinada pela Autoridade Marítima como forma de prevenção e segurança, devido à presença de lama fluída no canal aquaviário.

Na última semana, após atraso, a SPI e a Companhia Docas da Bahia (Codeba) apresentaram à Marinha os estudos de batimetria para confirmar o calado sem restrições no canal. Entretanto, a Autoridade Marítima manteve a restrição e informou que os levantamentos confirmaram o assoreamento no canal interno, o que limita diretamente o calado máximo.

“Os dados obtidos evidenciam o assoreamento no canal, o qual vem se configurando como fator limitante do calado máximo no complexo portuário, ao indicar redução em magnitude equivalente (0,30 m), resultando, na prática, na manutenção da mesma restrição operacional anteriormente imposta”, disse em ofício.

A Delltajaí confirmou as novas profundidades no Rio Itajaí-Açu, que têm validade até 13 de julho. São elas: 13,1 metros no canal interno; 14,1 metros no canal externo; 13,5 metros no berço 1 de Itajaí; 13,1 metros no berço 2 de Itajaí; 12,7 metros no berço 3 de Itajaí; 12,7 metros no berço 4 de Itajaí; e 12,7 metros na Portonave.

O que diz o Porto de Itajaí

A Superintendência do Porto de Itajaí informou que recebeu da empresa Van Oord, responsável pelos serviços de dragagem de manutenção do canal de acesso, esclarecimentos técnicos sobre a presença de lama fluída na área portuária e sobre as condições de navegabilidade do canal.

“Mantidas as condições operacionais atuais, a estimativa técnica informada pela empresa é de que, em aproximadamente 10 dias adicionais de operação, a área retorne aos níveis de referência contratualmente estabelecidos”, afirmou a SPI, em nota.

Segundo a empresa, a lama fluída é uma mistura fina de água, argila e silte, ainda não compactada. Por não se tratar de fundo sólido, apresenta comportamento intermediário entre líquido e sólido e, quando monitorada dentro dos parâmetros técnicos estabelecidos, permite a navegação segura das embarcações.

A formação desse material é comum em áreas portuárias e estuarinas, especialmente em regiões com entrada constante de sedimentos finos pelos rios, encontro de água doce com água salgada, correntes fracas e movimentação operacional intensa. No Porto de Itajaí, segundo os dados técnicos apresentados pela Van Oord, a lama fluída tem sido observada com espessuras que variam entre 0,10 metros e 3 metros, dependendo do ponto analisado.

Situação preocupa empresas

A restrição de 0,30 metros no canal aquaviário preocupa empresas e terminais portuários da região, uma vez que o impacto pode ser sentido na redução da capacidade de carga dos navios que passam pela região. Segundo as empresas, a restrição no calado atual pode causar uma redução de 220 TEU por navio.

Além disso, outro motivo de grande preocupação é a perda de competitividade dos terminais diante da concorrência de outros portos de Santa Catarina, onde o acesso aquaviário não apresenta restrições de calado operacional.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 08/05/2026

TRANSPORTES – CMA CGM PASSA A INCLUIR ESCALA NO PORTO DE ITAJAÍ NO SERVIÇO SIRIUS

Alteração na rota da armadora inclui a suspensão de escala no Porto de Itaguaí, no Rio de Janeiro
Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br

A armadora francesa CMA CGM anunciou nesta semana mudanças referentes ao serviço marítimo Sirius, que conecta a América do Sul à África e à Europa. A nova escala inclui uma parada no Porto

Segundo a empresa, o último navio a escalar o porto fluminense será o Lisa Marie no dia 13 de junho, enquanto a primeira atracação em Itajaí ocorrerá no dia 16 de junho com a embarcação Santa Ines.

Com a mudança, o trajeto passará a ser feito com paradas nos portos de Tânger, no Marrocos; Algeciras, na Espanha; Salvador, na Bahia; Santos, em São Paulo; Itapoá e Itajaí, em Santa Catarina; e Paranaguá, no Paraná. No sentido contrário, as escalas serão em Santos, Tânger e Algeciras.

De acordo com a empresa de navegação, a alteração no serviço Sirius exigirá reajuste no cronograma das viagens, impactando principalmente as escalas nos portos de Paranaguá e Santos.

No terminal paranaense, as atracações passarão de quartas-feiras para quintas-feiras, enquanto, no porto paulista, passarão de sextas-feiras para sábados. De acordo com a empresa, porém, não haverá mudança nas datas das chegadas a Tânger.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 08/05/2026

TRANSPORTES - PORTOS - CASA CIVIL SUGERE LEILÃO ABERTO E OUTORGA BILIONÁRIA PARA O TECON SANTOS 10

Documento prevê oferta mínima de R\$ 1,044 bilhão no terminal do Porto de Santos e flexibiliza restrições a armadores

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A discussão sobre a modelagem do leilão do megaterminal provocou divergências entre armadores, operadores portuários, Antaq, MPor e TCU ao longo dos últimos meses

A nota técnica concluída pela Casa Civil na quarta-feira (6) para o leilão do Tecon Santos 10, no Porto de Santos (SP), estabeleceu que a modelagem do terminal de contêineres passe a prever uma outorga total de R\$ 1,044 bilhão. O documento, encaminhado ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor), também orienta mudanças nas



regras de participação do certame, com liberação para armadores e possibilidade de entrada de operadores já instalados no complexo santista, desde que haja desinvestimento.

Segundo o texto, o valor foi definido após revisão da equação econômico-financeira do projeto, que identificou excedente financeiro nesse montante, calculado em valor presente líquido.

Os R\$ 1,044 bilhão deverão ser distribuídos entre parcelas de outorga fixa mínima e outorgas variáveis ao longo do contrato. A nota determina ainda que a estrutura preserve o WACC regulatório definido pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), indicador que representa o custo médio de capital considerado na remuneração do projeto.

“Nesse cenário, é importante esclarecer no Ato Justificatório que o montante remanescente do excedente apurado deverá ser estruturado sob a forma de parcelas de outorga fixas e variáveis, distribuídas ao longo da vigência do contrato, mantido o WACC regulamentado pela Antaq”, afirma o documento.

O novo valor supera a referência adotada anteriormente pelo MPor. Em janeiro, ao reenviar a modelagem à Antaq após recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU), a pasta havia fixado a outorga mínima em R\$ 500 milhões.

O projeto chegou inicialmente ao TCU com outorga zerada. Durante a análise, o tribunal recomendou que o governo revisasse o modelo econômico e avaliasse a adoção de um valor mínimo para o certame.

Além da revisão financeira, a nota técnica altera as diretrizes concorrenciais discutidas durante a tramitação do projeto.

O documento orienta que o leilão seja realizado sem vedação à participação de armadores, contrariando entendimento adotado anteriormente após manifestação do TCU sobre possíveis riscos de verticalização das operações — situação em que um mesmo grupo atua simultaneamente na navegação e na operação portuária.

Na modelagem defendida anteriormente pela Antaq e acolhida pelo Ministério de Portos e Aeroportos, companhias de navegação com atuação em Santos seriam impedidas de participar da primeira fase do certame.

A Casa Civil, porém, afirma que não foram identificados motivos suficientes para impedir a participação desses agentes no leilão.

O documento também orienta que operadores já instalados no Porto de Santos possam disputar o Tecon Santos 10 desde que apresentem compromisso formal de venda de suas participações em outros terminais de contêineres do complexo portuário.

Segundo a proposta, serão considerados não incumbentes os grupos que já atuam no porto, desde que tenham protocolado “venda irrevogável e irretroatável” de participação societária em empresa detentora de contrato de arrendamento ou adesão. A alienação deverá estar concluída e validada pelos órgãos competentes antes da assinatura do contrato do Tecon Santos 10.

A nota também afirma que “o governo federal não possui uma política de fomento a novos entrantes em detrimento dos atuais” e defende maior concorrência na disputa. O Tecon Santos 10 prevê investimentos superiores a R\$ 6 bilhões e deverá ampliar a capacidade de movimentação de contêineres do Porto de Santos.

Divergências

A discussão sobre a modelagem do leilão do terminal provocou divergências entre armadores, operadores portuários, Antaq, Ministério de Portos e Aeroportos e TCU ao longo dos últimos meses.

Empresas como MSC, Maersk, CMA CGM, Cosco e China Merchants Ports defendiam um leilão sem restrições à participação de armadores. Já grupos interessados no terminal, como ICTSI e JBS, apoiavam um modelo com limitações à participação de operadores já presentes no porto.

Na análise do TCU, concluída em dezembro do ano passado, prevaleceu o voto do ministro Bruno Dantas, que recomendou restringir a participação de armadores na primeira fase do leilão sob argumento de risco de concentração e verticalização do mercado.

Após a decisão, o MPor informou que seguiria as recomendações do tribunal. A tramitação do projeto, porém, acabou suspensa para reavaliação da modelagem pela Casa Civil.

As novas diretrizes deverão agora ser incorporadas pelo ministério antes do reenvio do processo à Antaq, responsável pela condução do certame.

O governo ainda não definiu nova data para o leilão. Inicialmente previsto para o fim de 2025, o processo passou a ser projetado para o segundo semestre de 2026 diante das discussões sobre o modelo econômico e concorrencial do terminal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 08/05/2026

TRANSPORTES - PORTOS - COMISSÃO VAI AVALIAR MELHOR TRAÇADO PARA TÚNEL IMERSO

Grupo de trabalho foi anunciado durante reunião realizada pela Autoridade Portuária, prefeitura de Guarujá e a Mota-Engil

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



Na reunião, foram discutidas e avaliadas opções e possibilidades de novos traçados que possam ser mais eficientes para a cidade e para os terminais da margem esquerda

Em reunião realizada nesta quinta-feira (7), em São Paulo, a Autoridade Portuária de Santos (APS), empresa que administra o Porto de Santos, anunciou a criação de uma

comissão técnica com o objetivo de definir o melhor traçado para entrada e saída do túnel Santos-Guarujá na margem esquerda do complexo portuário, em Vicente de Carvalho.

A reunião foi realizada a pedido da Prefeitura de Guarujá. Nesta semana, a administração municipal solicitou mudanças referentes ao trajeto do futuro empreendimento, com o objetivo principal de reduzir as desapropriações na cidade.

No ofício enviado à empresa, a prefeitura quer incluir um trecho da Avenida Santos Dumont na Poligonal do complexo portuário, de modo que o Porto de Santos possa aportar recursos federais nas melhorias dos acessos, e definir um traçado que interligue o túnel com as vias expressas já existentes, o que pode reduzir desapropriações e facilitar o escoamento de veículos em direção à Rodovia Cônego Domênico Rangoni.

A comissão foi proposta e aprovada durante a reunião. Ela vai reunir representantes da Prefeitura de Guarujá, da empresa Mota-Engil, dos terminais portuários das duas margens, da Capitania dos Portos, da Aeronáutica, entre outros órgãos ligados ao assunto.

Na reunião, foram discutidas e avaliadas opções e possibilidades de novos traçados que possam ser mais eficientes para a cidade e para os terminais da margem esquerda, com o menor impacto possível para a população.

Participaram o presidente da APS, Anderson Pomini; o diretor de Infraestrutura da empresa, Orlando Razões, além de superintendentes e gerentes. Pela Prefeitura de Guarujá estiveram a secretária de Planejamento, Daniela Mariane, e o assessor do prefeito Farid Madi, Mauro Sczufca. Além disso, representantes da Mota-Engil, empresa vencedora da licitação e responsável pela obra, também estiveram presentes.

Pomini afirmou que todas as opções e possibilidades levantadas serão avaliadas diretamente pela comissão técnica. “Por isso a importância da busca dos melhores acessos neste momento histórico para o futuro da região e do país”, disse.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2026

TRANSPORTES - AVIAÇÃO - GOVERNO E AÉREAS FIRMAM ACORDO PARA AMPLIAR TURISMO E CONECTIVIDADE NO PAÍS

Protocolo assinado no Salão do Turismo prevê ações para estimular rotas, frequências de voos e promoção de destinos brasileiros

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



A assinatura do protocolo de intenções entre o governo federal, a Embratur, a Abear e as companhias aéreas ocorreu durante a abertura do 10º Salão do Turismo, em Fortaleza

É MUITO BOM PARTICIPAR DESTE GRANDE EVENTO AQUI NO NORDESTE. A GENTE RENOVA A NOSSA ESPERANÇA QUANDO TEMOS UM SETOR QUE VALORIZA UMA REGIÃO QUE TEM UM GRANDE POTENCIAL PARA O TURISMO E FAZER DO TURISMO UM PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL, E DE GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA”

TOMÉ FRANCA
ministro de Portos e Aeroportos

O ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca, assinou, nesta quinta-feira (7), um protocolo de intenções com o Ministério do Turismo, a Embratur, a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) e as companhias aéreas Gol, Latam e Azul para a promoção de ações voltadas ao estímulo do turismo no Brasil. A assinatura ocorreu durante a abertura do 10º Salão do Turismo, em Fortaleza (CE).

O documento prevê ações de fortalecimento da divulgação de destinos turísticos e malhas aéreas, a consolidação do número de novas rotas criadas ou retomadas, número do aumento de frequências e de passageiros que optaram por realizar stopover, paradas programadas em viagens aéreas com mais de 24 horas na cidade de conexão em voos internacionais.

“Nos últimos três anos, fizemos recorde de investimento em aeroportos. Saímos de R\$ 600 milhões para mais de R\$ 1 bilhão em investimento público. E de privado, saltamos de R\$ 4 bilhões para R\$ 9 bilhões. Esses números se traduzem no número de passageiros - de 98 milhões em 2022 para 130 milhões”, afirmou. “Falar de infraestrutura é falar de gente, é através dela que as pessoas se conectam. Investir em infraestrutura é estar ao lado do povo brasileiro”, afirmou o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca.

O MPor integra o protocolo por meio da Agenda Conectar e será responsável, junto com o MTur, pelos planos de ação referentes a tributos, judicialização, sustentabilidade, acessibilidade, relações de

consumo e fortalecimento da conectividade regional. O documento é válido por 12 meses, prorrogável por igual período.

Salão do Turismo

Realizado pela primeira vez no Nordeste, o Salão do Turismo promove a comercialização de roteiros, experiências e produtos turísticos do Brasil, reunindo expositores dos 26 estados e do Distrito Federal em uma programação com cultura, gastronomia, artesanato e oportunidades de negócios. Este ano, o tema é “Do lado do povo brasileiro.”

“É muito bom participar deste grande evento aqui no Nordeste. A gente renova a nossa esperança quando temos um setor que valoriza uma região que tem um grande potencial para o turismo e fazer do turismo um promotor do desenvolvimento econômico, social, e de geração de emprego e renda”, ressaltou o ministro de Portos e Aeroportos, Tomé Franca.

Ações

A abertura contou com a presença do presidente em exercício, Geraldo Alckmin, que anunciou o montante previsto para o Fundo Nacional de Turismo (Fungetur). “Este ano, serão R\$ 826 milhões para investimento, capital de giro e crédito para o setor, com R\$ 100 milhões apenas para os micros e pequenos empreendedores, e juros a 9% ao ano. Este é um setor campeão de geração de emprego, distribuição de renda e que tem espaço para todos. É um setor estratégico”, afirmou.

O presidente em exercício também destacou o acordo União Europeia-Mercosul e a medida publicada nesta quinta-feira (7) que retira a obrigatoriedade de visto para chineses que vierem ao Brasil como políticas de estímulo ao turismo.

O ministro do Turismo, Gustavo Feliciano, frisou o foco em medidas para fortalecer os micros e pequenos empreendedores. “O salão é, hoje, palco de ações concretas. Estamos colocando no centro das nossas atenções aqueles que por muito tempo foram invisíveis pelo mercado financeiro, os microempreendedores individuais que, a partir de agora, terão uma linha de crédito especial para complementar renda e gerar riqueza. É justiça social, trocando a dependência pelo protagonismo”, afirmou.

Também participaram do evento o ministro do Desenvolvimento Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias; o governador do Ceará, Elmano Freitas; o prefeito de Fortaleza, Evandro Leitão; e o presidente do Banco do Nordeste, Paulo Câmara.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2026

TRANSPORTES - AEROPORTOS - RECIFE RETOMA VOOS DIRETOS PARA CABO VERDE APÓS SEIS ANOS

Companhia apresenta soluções em carga, aviação regional e fidelidade, com foco em produtores e distribuidores e operação já consolidada em polos agrícolas

Da Redação redacao.jornal@redebeneews.com.br



O voo inaugural foi recebido pelo ministro Tomé Franca, pelo embaixador de Cabo Verde, João Pedro D'Oliveira, e por representantes do governo e da empresa Cabo Verde Airlines

A Azul Linhas Aéreas participa pela primeira vez da Agrishow, realizada em Ribeirão Preto (SP), levando ao evento suas unidades de negócios voltadas ao transporte de cargas, aviação regional e programas de fidelidade. Segundo a companhia, a presença tem

como objetivo ampliar a atuação junto a produtores e distribuidores do agronegócio.

A participação ocorre em um contexto de operação já estabelecida em regiões produtoras do país. A empresa mantém voos e serviços logísticos em cidades como Sorriso e Sinop (MT), Barreiras (BA), Campo Grande (MS), Imperatriz (MA) e Uberlândia (MG), consideradas polos relevantes da produção agrícola.

No segmento de cargas domésticas, a Azul Cargo Express informa que produtos ligados ao agronegócio representam mais de 70% do volume transportado. Entre os itens movimentados estão máquinas, sementes, pescados, flores, carne bovina, além de insumos e defensivos agrícolas.

De acordo com o vice-presidente da companhia, Daniel Bicudo, a operação também atende cadeias exportadoras associadas ao setor. “A Azul Cargo é fundamental no transporte de sementes, suplementos agrícolas, insumos e defensivos”, afirmou. Segundo ele, a empresa também realiza embarques de frutas, como melão e melancia, com destino a mercados na Europa e nos Estados Unidos.

No transporte internacional, a companhia movimenta produtos como manga, mamão, gengibre, tilápia e lagosta, destinados principalmente a esses mercados. A operação, segundo a empresa, busca atender à demanda por escoamento de cargas perecíveis e de maior valor agregado.

Outra frente apresentada no evento é a Azul Conecta, responsável por voos regulares e operações de fretamento com aeronaves de menor porte, voltadas a localidades com infraestrutura aeroportuária limitada. A divisão também presta serviços de manutenção de aeronaves e gestão de frotas, incluindo operação, tripulação e planejamento.

A companhia também levou à feira o programa Azul Fidelidade, que busca ampliar parcerias com instituições financeiras ligadas ao agronegócio.

Segundo o CEO John Rodgerson, a iniciativa faz parte de uma estratégia para ampliar a integração com o setor. “Queremos ser cada vez mais um parceiro estratégico do agro”, afirmou.

Segundo a empresa, a participação na Agrishow também está alinhada a um movimento mais amplo de fortalecimento da sua malha logística no país, com foco na redução de prazos de entrega e na ampliação da cobertura em regiões fora dos grandes centros urbanos.

Durante o evento, executivos da companhia também mencionaram impactos do cenário internacional sobre o setor aéreo. De acordo com Bicudo, a alta recente no preço do querosene de aviação, associada a tensões no Oriente Médio, tem pressionado os custos das companhias. “O principal problema é o custo do querosene de aviação, que subiu cerca de 60% devido à instabilidade internacional”, disse. Segundo ele, o setor tem buscado preservar as operações e reduzir impactos ao consumidor final.



A retomada do voo também está alinhada à estratégia do Governo Federal de buscar ampliar a malha aérea internacional brasileira e fortalecer a integração logística do país

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 08/05/2026

MINERAÇÃO - OURO SOBE PELO TERCEIRO DIA SEGUIDO COM TENSÃO ENTRE EUA E IRÃ

Metais avançam diante de novas dúvidas sobre acordo entre os países e incertezas em torno do Estreito de Ormuz

Do Estadão Conteúdo



O mercado acompanhou também a publicação de dados do Federal Reserve (Fed) de Nova York, que apontaram para uma alta de 3,6% das expectativas de inflação de 1 ano

O ouro fechou em alta nesta quinta-feira, 7, avançando pelo terceiro dia consecutivo, enquanto a prata registrou alta mais intensa. A movimentação acontece diante do surgimento de novas dúvidas em relação ao acordo entre os Estados Unidos e o Irã. Na Comex, divisão de metais da bolsa de Nova York (Nymex), o ouro para junho encerrou em alta de 0,35%, a US\$ 4.710,90 por onça-troy. Já a prata para julho fechou com ganhos de 3,72%, a US\$ 80,180.

Os metais diminuíram os ganhos já no fim da sessão, no começo da tarde, conforme circulam relatos de que o Irã criou novas regras para a circulação de embarcações no Estreito de Ormuz. Na quarta 6, o país prometeu uma passagem tranquila pela via. Além disso, uma análise da CIA apontou que Teerã pode aguentar o bloqueio naval dos EUA por meses antes de sentir impactos econômicos mais severos.

O mercado acompanhou também a publicação de dados do Federal Reserve (Fed) de Nova York, que aponta ram para uma alta de 3,6% das expectativas de inflação de 1 ano. Nesta quinta, a dirigente do Fed Beth Hammack (Cleveland), declarou que seria “enganoso” sinalizar que a próxima decisão de política monetária seria de um corte, enquanto Susan Collins (Boston) concordou com uma linguagem mais moderada. Já Mary Daly (São Francisco) afirmou que tudo depende dos impactos da guerra na economia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 08/05/2026

MINERAÇÃO - OPINIÃO – INOVAÇÃO - POLÍTICA NACIONAL DE MINERAIS CRÍTICOS E ESTRATÉGICOS: SOBERANIA NACIONAL, ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO E DESENVOLVIMENTO



MATEUS SZWARCWING

Analista Legislativo da Câmara dos Deputados e diretor-geral do Instituto de Regulação, Inovação e Sustentabilidade

opinio@portalbenews.com.br

A aprovação do substitutivo ao PL nº 2.780/2024 representa um passo relevante para a consolidação de uma política nacional de minerais críticos e estratégicos voltada à inserção do Brasil nas cadeias globais da transição energética, da indústria de alta tecnologia e da segurança econômica. O texto aprovado busca estruturar instrumentos de planejamento, financiamento, inovação e governança para um setor considerado cada vez mais estratégico no cenário internacional.

O debate ganha importância diante da crescente demanda mundial por minerais utilizados em baterias, veículos elétricos, fertilizantes, semicondutores, turbinas eólicas e sistemas de armazenamento de energia. O Brasil possui reservas relevantes de lítio, terras raras, níquel, grafita e outros minerais essenciais para essas cadeias produtivas, além de vantagens comparativas relacionadas à matriz energética limpa e ao potencial industrial.



Nesse contexto, o projeto procura combinar três objetivos centrais: fortalecimento da soberania nacional, atração de investimentos e desenvolvimento econômico de longo prazo. A proposta parte da compreensão de que os minerais críticos deixaram de ser apenas commodities minerais e passaram a ocupar posição estratégica na geopolítica econômica contemporânea.

Entre os principais benefícios esperados, está o estímulo à agregação de valor no território nacional. O texto não se limita à extração mineral, mas incentiva o beneficiamento, a transformação industrial e a chamada mineração urbana, associada à reciclagem e ao reaproveitamento de materiais. A expectativa é ampliar a participação brasileira em etapas mais sofisticadas da cadeia produtiva, reduzindo a dependência da exportação de produtos de baixo valor agregado.

O projeto também busca fomentar inovação tecnológica, desenvolvimento científico e formação profissional. A criação da Rede Nacional de Pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Formação Profissional em Minerais Críticos e Estratégicos e a exigência de investimentos obrigatórios em pesquisa e desenvolvimento demonstram a tentativa de criar capacidades tecnológicas permanentes no País. Além disso, mecanismos de rastreabilidade e certificação de baixo carbono podem fortalecer a competitividade internacional da produção mineral brasileira em mercados cada vez mais exigentes em critérios ambientais.

Outro eixo relevante do texto é a criação de mecanismos de incentivo ao investimento. O projeto prevê instrumentos como o Fundo Garantidor da Atividade Mineral (FGAM), destinado a ampliar garantias para financiamentos do setor, e o Programa Federal de Beneficiamento e Transformação de Minerais Críticos e Estratégicos (PFMCE), estruturado com créditos fiscais vinculados à CSLL para projetos considerados prioritários. Também há previsão de utilização de debêntures incentivadas, acesso a instrumentos do mercado de capitais e possibilidade de uso de contratos de streaming e royalties minerários como garantias financeiras.

A lógica adotada é a de reduzir riscos, ampliar previsibilidade e estimular investimentos privados em projetos considerados estratégicos para o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, ganha destaque a manifestação do diretor-geral da Agência Nacional de Mineração, Mauro Sousa: “O debate sobre minerais críticos e estratégicos é oportuno e necessário. O Brasil reúne condições geológicas e industriais relevantes para assumir um papel mais ativo nas cadeias globais ligadas à transição energética. A construção de uma política nacional para o tema é um passo importante para dar previsibilidade ao setor, alinhar instrumentos de Estado e fortalecer a atração de investimentos.”

Ao mesmo tempo, o projeto estabelece mecanismos relevantes de controle estatal e coordenação estratégica. O Conselho Especial de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE) passa a exercer papel central na definição de projetos prioritários, na habilitação de empreendimentos, na atualização da lista de minerais estratégicos e até na análise prévia de determinadas mudanças de controle societário de empresas detentoras de direitos minerários. O texto também prevê sistemas de rastreabilidade, integração de bases de dados e priorização regulatória pela Agência Nacional de Mineração.

Esses instrumentos refletem uma tendência internacional. Diversos países vêm adotando políticas específicas para proteger cadeias de suprimento consideradas críticas para segurança nacional e competitividade industrial. Canadá, Austrália e Estados Unidos possuem mecanismos de monitoramento de investimentos estrangeiros, programas de financiamento direcionado, incentivos fiscais e políticas industriais voltadas ao fortalecimento da produção doméstica de minerais estratégicos. Em muitos casos, esses países também condicionam apoio estatal a requisitos de processamento local, inovação tecnológica e segurança de abastecimento.

O projeto brasileiro, portanto, insere-se em um movimento global de reorganização das cadeias minerais associado à transição energética e à crescente competição tecnológica internacional. O desafio estará na implementação eficiente dos instrumentos previstos, conciliando segurança jurídica, sustentabilidade, competitividade e capacidade de coordenação estatal.

Se bem executada, a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos poderá contribuir para transformar vantagens geológicas em desenvolvimento econômico, inovação tecnológica, geração de empregos qualificados e um maior protagonismo internacional do Brasil em setores essenciais para a economia do século XXI.

O PROJETO BRASILEIRO, PORTANTO, INSERE-SE EM UM MOVIMENTO GLOBAL DE REORGANIZAÇÃO DAS CADEIAS MINERAIS ASSOCIADO À TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E À CRESCENTE COMPETIÇÃO TECNOLÓGICA INTERNACIONAL

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2026

PETRÓLEO E GÁS - AÇÃO DOS ROYALTIES DE PETRÓLEO É SUSPensa

Flávio Dino pede vista e interrompe julgamento no STF, que vai decidir como ficará a distribuição da compensação para estados e municípios

Do Estadão Conteúdo



Se a lei de 2012 entrar em vigor, o percentual de royalties distribuído para Estados e municípios produtores cairia de 61% para 26%.

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), pediu vista e suspendeu o julgamento que discute a distribuição dos royalties de petróleo.

Ele antecipou que “provavelmente tem algumas diferenças” em relação ao voto da relatora, Cármen Lúcia, que votou para manter a concentração dos royalties nos Estados e municípios produtores - o que beneficia principalmente o Rio de Janeiro (responsável por mais de 80% da produção nacional), São Paulo e Espírito Santo. Ela é a relatora do caso e foi a primeira a votar.

O ministro ponderou, contudo, que precisa de mais tempo para analisar o caso devido às mudanças normativas que ocorreram nas últimas duas décadas. “Na jurisdição, em última instância, em que a prudência deve ser reforçada, não me sinto à vontade de votar na penumbra”, afirmou. O voto de Cármen Lúcia é para declarar a inconstitucionalidade da Lei 12.734/12, que ampliava o repasse de royalties para entes não produtores. A norma não chegou a entrar em vigor, porque foi suspensa em 2013 por liminar da ministra. O tema passou por tentativas fracassadas de conciliação e aguardava uma decisão definitiva do plenário há 13 anos.

“Os percentuais devidos à União, aos Estados e municípios produtores sempre foram significativamente maiores do que os dos entes não produtores, justamente pela natureza compensatória, no sentido previsto na Constituição”, disse a ministra.

Cármen afirmou que o artigo da Constituição que prevê a redução das desigualdades regionais não deve ser interpretado de forma a obrigar uma distribuição exata dos royalties. Isso porque, segundo a ministra, são os Estados e municípios produtores que “sofrem ônus ambientais, administrativos e financeiros das populações na exploração destes recursos”.

A ministra ainda ressaltou que, se a mudança tivesse ocorrido por meio de emenda constitucional, e não por lei ordinária, ela seria válida. “Ao Congresso, o que é do Congresso. É ele mesmo o legitimado para promover reformas constitucionais”, pontuou.

Na visão da relatora, mesmo se a lei entrasse em vigor, seus efeitos não poderiam retroagir a contratos anteriores à sua vigência, sob pena de causar insegurança jurídica.

“Se houvesse aplicação imediata aos contratos anteriormente vigentes, teríamos uma situação mais delicada de quebra de compromissos”, afirmou. Cármen lembrou que este foi o mesmo motivo que levou a então presidente Dilma Rousseff a vetar trechos da lei, em 2012. Os vetos foram derrubados pelo Congresso.

O governo do Rio estima uma perda de R\$ 9,9 bilhões em 2026 em caso de aplicação integral da Lei 12.734/12, e de R\$ 2,3 bilhões caso seja aplicada apenas aos contratos posteriores à sua vigência.

Já os demais Estados e municípios defendem a lei e argumentam que o modelo atual gera uma distorção histórica, com quebra de isonomia entre os entes.

Se a lei de 2012 entrar em vigor, o percentual de royalties distribuído para Estados e municípios produtores cairia de 61% para 26%. Já o do Fundo especial, destinado a todos os demais Estados e municípios não produtores, subiria de 8,75% para 54%. O percentual repassado à União, que hoje é de 30% do total de royalties, cairia para 20%

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2026

PETRÓLEO E GÁS - MARGEM DE DISTRIBUIÇÃO E REVENDA SOBE 124% NO DIESEL

Presidente da Petrobras, Magda Chambriard, lembrou que isso ocorre em época de guerra

Do Estadão Conteúdo

A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, destacou em uma rede social o aumento de margem dos setores de distribuição e revenda de combustíveis no Brasil durante o conflito no Oriente Médio, esclarecendo que a estatal está fora desses segmentos desde a venda da BR Distribuidora pelo governo do ex-presidente da República Jair Bolsonaro, em 2021.

Magda lembrou que mesmo em “época de guerra”, segundo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a margem de lucro da distribuição e revenda de óleo diesel aumentou no País 124%, e a da gasolina, 44%.

“Como gosto de perguntar, para quem foi bom a venda da BR Distribuidora, da Refinaria da Bahia, da Liqueficação?”, indagou a executiva em uma rede social.

Junto à postagem, Magda anexou um link que explica a política da empresa para os combustíveis.

A Petrobras vendeu a BR, hoje Vibra Energia, cedendo o direito à marca Petrobras até meados de 2029, informou Magda, deixando claro que atualmente a estatal nada tem a ver com a operação da empresa privada. A Petrobras se comprometeu também, na época da venda, a não competir com a Vibra até a mesma data.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2026

COMUNICAÇÃO & MARKETING - A MATERNIDADE, A IMAGEM E O QUE REALMENTE SUSTENTA UMA MULHER



FABÍOLLA DE PAULA

Consultora de imagem pessoal e corporativa.

Especialista em etiqueta & comportamento.

Palestrante e mentora

opinioao@portalbenews.com.br

Em meio às cobranças da alta performance, muitas mulheres adiam sonhos pessoais tentando encontrar o “momento ideal”. Mas será que ele realmente existe?



Domingo celebramos o Dia das Mães e essa data inevitavelmente me faz refletir sobre algo que atravessa a vida de muitas mulheres no ambiente corporativo: a dificuldade de conciliar carreira, identidade, maternidade e autocuidado sem se perder de si mesma no processo.

Durante muitos anos, adiei a maternidade. O motivo parecia coerente: carreira, crescimento profissional, projetos importantes e a sensação constante de que ainda não era o momento certo. Sempre existia algo que precisava acontecer antes. Uma nova meta, uma nova oportunidade ou um novo desafio que fazia parecer mais prudente esperar um pouco mais.

A verdade é que muitas mulheres vivem exatamente esse dilema. Existe uma busca constante por estabilidade, segurança e reconhecimento profissional antes de dar um passo tão importante quanto a maternidade. Porém, diferente dos homens, nós temos um fator que não acompanha o tempo da carreira: o nosso corpo.

Quando finalmente decidi que queria ser mãe, enfrentei dificuldades e vivi uma longa jornada até a chegada da minha filha. E foi justamente nesse processo que compreendi algo muito importante: a vida nem sempre segue o planejamento que criamos. Existem caminhos que exigem entrega, fé, maturidade e a capacidade de confiar mesmo quando não temos controle sobre tudo.

Depois que minha filha nasceu, compreendi algo que nenhuma formação acadêmica ou experiência corporativa havia me ensinado: existe uma força emocional e física que só descobrimos quando somos levadas ao nosso limite. Depois de passar por um parto, entendi que somos capazes de suportar dores que jamais imaginaríamos enfrentar. Existe uma força que nasce nesse processo e que muda completamente a forma como enxergamos a vida, o tempo e até as nossas prioridades.

Ao mesmo tempo, a maternidade também me ensinou muito sobre identidade e imagem pessoal. Existe uma ideia equivocada de que autocuidado é algo superficial ou incompatível com a rotina intensa de uma mãe. Mas acredito exatamente no contrário, o autocuidado é uma forma de permanência, é continuar reconhecendo a si mesma mesmo em meio às transformações da vida. É uma forma silenciosa de comunicar para si mesma: “eu continuo aqui”.

Mesmo com uma rotina intensa ao lado da minha pequena, procuro não abrir mão de quem eu sou. Gosto de estar arrumada, maquiada, perfumada, com o cabelo e as unhas feitos. Não por uma necessidade estética vazia, mas porque isso faz parte da minha essência e da forma como me sinto bem comigo mesma.

Na vestimenta, por exemplo, comecei a buscar peças que representassem melhor esse novo momento: roupas elegantes, mas confortáveis; sapatos bonitos, mas funcionais; produções que me permitissem viver a maternidade sem deixar de lado a minha identidade feminina e profissional.

E talvez essa seja uma das reflexões mais importantes sobre imagem pessoal: ela não está ligada à perfeição, mas à coerência. A imagem deve acompanhar os ciclos da vida sem nos desconectar da nossa essência.

Muitas vezes, na tentativa de dar conta de tudo, mulheres acabam abandonando completamente a si mesmas. E isso vai muito além da aparência, é sobre deixar de se priorizar, deixar de se enxergar e viver apenas para cumprir funções. Mas nenhuma mulher consegue se doar de forma saudável quando está emocionalmente desconectada de si mesma. A carreira é importante, os projetos são importantes, mas eles não podem ser o único lugar onde colocamos nossa identidade e valor.

Neste Dia das Mães, minha reflexão é para que mais mulheres entendam que não existe uma fórmula perfeita para equilibrar todas as áreas da vida, cada história será única. Porém, em meio aos desafios, que nunca percamos aquilo que sustenta quem realmente somos e que mais mulheres compreendam que sucesso não precisa ser medido apenas por cargos, metas ou resultados financeiros.

Sucesso também é construir uma vida com significado, é entender que força e feminilidade não se anulam e que sensibilidade não diminui competência. E que maternidade não deveria ser vista como limitação, mas como uma experiência capaz de fortalecer mulheres de forma extraordinária.

Hoje percebo o quanto a maternidade é transformadora, não apenas pela experiência de gerar uma vida, mas pela forma como ela fortalece emocionalmente uma mulher. Uma mulher pode liderar equipes, construir carreira, gerar resultados, cuidar da família e continuar sendo ela mesma.

Ser mãe não anula a mulher. E uma mulher que continua inteira em sua essência consegue exercer todos os seus papéis com muito mais leveza, presença e verdade.

Feliz dia das Mães

Fabiolla de Paula escreve para o BE News quinzenalmente, com seus artigos publicados sempre às sextas-feiras

SUCESSO TAMBÉM É CONSTRUIR UMA VIDA COM SIGNIFICADO, É ENTENDER QUE FORÇA E FEMINILIDADE NÃO SE ANULAM E QUE SENSIBILIDADE NÃO DIMINUI COMPETÊNCIA. E QUE MATERNIDADE NÃO DEVERIA SER VISTA COMO LIMITAÇÃO, MAS COMO UMA EXPERIÊNCIA CAPAZ DE FORTALECER MULHERES DE FORMA EXTRAORDINÁRIA

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2026

FINANÇAS - COM RISCO GEOPOLÍTICO, IBOVESPA CAI 2,38%

Aos 183.218,26 pontos, o índice da B3 chega ao menor nível de fechamento desde 30 de março. Em maio, queda é de 2,19%

Do Estadão Conteúdo



A correção desta quinta-feira se espalhou pelas principais blue chips, com destaque para Petrobras (ON -1,88%, PN -2,22%)

Com a retomada da aversão a risco geopolítico, o Ibovespa teve nesta quinta-feira a sua maior perda diária desde 12 de março (-2,55%), ao ceder 2,38%, aos 183.218,26 pontos, agora no menor nível de fechamento desde 30 de março. O giro financeiro foi a R\$ 32,1 bilhões na sessão. Na semana e no mês, o índice da B3 recua 2,19%, limitando o avanço do ano a 13,71%.

Uma análise confidencial da CIA entregue a autoridades do governo Trump esta semana conclui que o Irã pode sobreviver ao bloqueio naval dos EUA por pelo menos três a quatro meses antes de enfrentar dificuldades econômicas mais severas. A análise também descobriu que Teerã mantém mísseis balísticos, com cerca de 75% de seus inventários de lançadores móveis de antes da guerra e cerca de 70% de seus estoques de mísseis anteriores ao conflito. E, segundo a imprensa americana, Teerã emitiu novas regras para navegação no Estreito de Ormuz.

Com os últimos desdobramentos na região, o petróleo voltou a mostrar volatilidade ao longo do dia. A commodity reduziu o ritmo de perdas ainda no início da tarde e os juros dos Treasuries passaram a subir, batendo máximas intradia, ante a persistência de incertezas sobre um acordo entre EUA e Irã. Segundo a imprensa americana, Teerã emitiu novas regras para navegação no Estreito de Ormuz.



O petróleo WTI para junho, negociado em Nova York, fechou em baixa de 0,28% (US\$ 0,27), a US\$ 94,81 o barril, enquanto o Brent para o mesmo mês, em Londres, caiu 1,19% (US\$ 1,21), a US\$ 100,06 o barril.

A commodity chegou a virar para o positivo depois que o jornal The Wall Street Journal informou que Arábia Saudita e Kuwait suspenderam as restrições impostas ao uso pelos EUA de suas bases e espaço aéreo, levando o governo Trump a buscar a retomada da operação de escolta de navios comerciais no Estreito de Ormuz. Pouco depois, entretanto, circularam no mercado informações atribuídas à Al Jazeera, a partir de uma fonte militar americana, dando conta de que a notícia veiculada pelo Wall Street Journal estaria incorreta.

Em Nova York, os principais índices de ações fecharam o dia em baixa de 0,63% (Dow Jones), 0,38% (S&P 500) e 0,13% (Nasdaq), após tanto o amplo S&P 500 como o tecnológico Nasdaq terem renovado recordes de fechamento no dia anterior.

Correção

Na B3, a correção desta quinta-feira se espalhou pelas principais blue chips, com destaque para Petrobras (ON -1,88%, PN -2,22%), que superaram o ajuste do petróleo na sessão. Principal ação do Ibovespa, Vale ON caiu 1,43% e, entre os maiores bancos, as perdas chegaram a 3,25% em Bradesco ON e a 3,89% na PN, após o balanço do primeiro trimestre, divulgado na noite da quarta-feira.

“Certa frustração com os números do Bradesco, um dos pesos-pesados do Ibovespa, derrubou não apenas os papéis do banco, como também impactou as ações do setor como um todo, que tem relevância enorme no índice”, resume Bruno Perri, economista- chefe, estrategista e sócio- fundador da Forum Investimentos.

Na ponta ganhadora do Ibovespa, Smart Fit (+11,66%), Totvs (+9,46%) e Minerva (+3,78%). No lado oposto, Vamos (-7,48%), Axia (-6,48%) e Rede D'Or (-6,47%).

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2026

FINANÇAS - DÓLAR FECHA PERTO DA ESTABILIDADE

Com alta leve de 0,05%, moeda norte-americana fechou o dia cotada a R\$ 4,9234

Do Estadão Conteúdo

Após rondar a estabilidade ao longo da tarde, o dólar encerrou a sessão desta quinta-feira, 7, cotado a R\$4,9234 (+0,05%). Mais uma vez, a dinâmica no mercado de moedas esteve atrelada às expectativas em torno das negociações de paz no Oriente Médio, que têm como termômetro os preços do petróleo.

Principal evento do ponto de vista doméstico, o encontro entre o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, foi monitorado, mas não teve impacto na formação da taxa de câmbio.

Pela manhã, o sinal de baixa predominou no exterior, com o dólar perdendo força em relação a moedas fortes e emergentes, diante do otimismo com a possibilidade de fim iminente da guerra.

O real chegou a destoar do comportamento positivo dos pares em certos momentos, abalado pela queda do petróleo, que ensejava ajustes para realização de lucros com a moeda brasileira, e por certa cautela após a intervenção da quarta-feira do Banco Central.

O dólar tocou máxima de R\$ 4,9314 no início da tarde para depois se acomodar na casa de R\$ 4,92. A mínima pela manhã foi de R\$ 4,8960. A divisa ainda apresenta baixa nos quatro primeiros pregões de maio (0,59%), após recuo de 4,36% em abril. As perdas acumuladas no ano permanecem em dois dígitos (10,30%). O real segue como a moeda com melhor desempenho em 2026.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT
Data: 08/05/2026

FINANÇAS - CARREIRAS – OPINIÃO - O ERRO DE R\$ 144 MIL QUE ANALISTAS PLENOS E SENIORES COMETEM A CADA 3 ANOS



RAUL LAMARCA
CEO do Hub Livre

opinioao@portalbenews.com.br

Enquanto você espera reconhecimento, o mercado já está fazendo uma conta — e ela não fecha a seu favor.

Se você é analista pleno ou sênior, talvez o problema não seja sua carreira, mas seu patrimônio. A diferença entre o que você ganha hoje e o que ganharia no próximo nível costuma ficar entre R\$ 2 mil e R\$ 4 mil por mês. Na prática, até R\$ 48 mil por ano. Em três anos, R\$ 144 mil. E o mais perigoso? Isso não aparece como perda. Aparece como normal.

Onde a lógica começa a falhar

Você foi ensinado a acreditar em uma coisa: trabalhar bem leva à promoção. Então você: entrega, resolve, se esforça, assume mais responsabilidade.

Mas o mercado não funciona com base em esforço. Ele funciona com base em percepção. E é aqui que muita gente trava.

O critério que quase ninguém desenvolve.

No meu método, a Matemática da Promoção, existem critérios invisíveis que definem quem sobe. Hoje eu vou te mostrar um deles: visibilidade.

Visibilidade não é aparecer. É ser lembrado nas conversas onde as decisões são tomadas. Porque promoção não acontece na sua mesa. Acontece na sala onde você não está. E nessas salas, a pergunta não é: “quem trabalha mais?”. A pergunta é: em quem a gente confia? Quem sustenta o próximo nível? Quem já aparece como solução?

Se o seu nome não surge naturalmente nessas conversas, você está fora da conta. Mesmo entregando bem.

O erro clássico: confundir esforço com presença.

Talvez você seja aquele profissional que: entrega tudo no prazo, resolve problema, tem boa reputação com o chefe direto.

Mas existe um problema invisível aqui. Sua visibilidade está concentrada demais. Você é conhecido... por quem já depende de você. Mas não por quem decide sua promoção. E isso limita diretamente a sua promovabilidade real.

O conceito que trava muita gente.

Quando esse assunto aparece, muita gente reage assim: “aqui só cresce quem puxa saco”, “isso é politicagem”. Eu criei um conceito para esse comportamento: o escudo da politicagem

Você usa essa narrativa para justificar: não se expor, não se posicionar, não se aproximar de quem decide. Isso protege o seu conforto. Mas trava o seu crescimento. Porque, no fim, o que você chama de politicagem, muitas vezes é só: gente jogando o jogo que você decidiu não jogar.

A verdade difícil.

Você pode estar trabalhando muito, entregando bem, se esforçando mais do que a média. E ainda assim, está invisível para quem importa. E invisibilidade, dentro do meu método, tem um efeito direto: reduz sua promovabilidade real

A pergunta que muda tudo.

Se promoção é uma decisão baseada em percepção, quem hoje te associa ao próximo nível?

Se essa resposta não é clara, o problema não é esforço. É visibilidade estratégica. Esse é só um dos critérios invisíveis que entram na conta da promoção. E a maioria das pessoas nunca olha pra isso de forma consciente.

Raul Lamarca escreve para o BE News semanalmente, com seus artigos publicados sempre às sextas-feiras

VOCÊ PODE ESTAR TRABALHANDO MUITO, ENTREGANDO BEM, SE ESFORÇANDO MAIS DO QUE A MÉDIA. E AINDA ASSIM, ESTÁ INVISÍVEL PARA QUEM IMPORTA. E INVISIBILIDADE, DENTRO DO MEU MÉTODO, TEM UM EFEITO DIRETO: REDUZ SUA PROMOVABILIDADE REAL

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2026

JUSTIÇA - CÁRMEN LÚCIA SE DESPEDE DO TSE

Na última sessão como presidente, ministra disse que a Justiça Eleitoral deve seguir atuando para garantir igualdade de gênero

Do Estadão Conteúdo



Cármem Lúcia concluiu sua segunda passagem pela Corte Eleitoral. Ela foi a primeira mulher a presidir o TSEpai

A ministra Cármem Lúcia se despediu da presidência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nesta quinta-feira, 7. Ao encerrar o último julgamento à frente da Corte, ela fez críticas à violência “bárbara” enfrentada por mulheres em espaços de poder e foi homenageada por colegas.

A ministra afirmou que a Justiça Eleitoral deve seguir atuando para garantir igualdade de gênero na vida pública e no processo político. “Isso não é um problema de civilidade. Isso é um problema de humanidade. E o que nós queremos é uma Justiça para humanos e humanas igualmente dignas”, declarou.

“O anseio que todas nós temos é que as advogadas brasileiras tenham o mesmo espaço, as mesmas possibilidades, porque são tão qualificadas quanto qualquer dos melhores advogados do Brasil?”, disse, acrescentando que candidatas, advogadas e defensoras ainda enfrentam mais obstáculos para exercer suas funções.

Cármem Lúcia está em sua segunda passagem pela Corte Eleitoral. Ela foi a primeira mulher a presidir o TSE e comandou duas eleições municipais, em 2012 e 2024.



A ministra recebeu homenagens do ministro Nunes Marques, que assume a presidência do TSE na próxima terça-feira, 12, e ficará responsável pela condução da Justiça Eleitoral durante as eleições deste ano.

Ele destacou sua atuação para dar visibilidade a questões relacionadas à participação feminina na vida pública e sua “defesa intransigente” da inclusão de advogadas nas listas tríplices para todas as Cortes Eleitorais.

“Vossa excelência defendeu os institutos mais caros de nossa democracia com o compromisso próprio de quem é apaixonada pelo nosso país”, disse o ministro, que afirmou que ele e André Mendonça, que tomará posse como vice-presidente, serão fiéis ao exemplo deixado por ela na condução das eleições de 2024: “Firmeza no cumprimento das normas eleitorais, zelo na garantia dos direitos inerentes à cidadania e serenidade na condução dos trabalhos”, enumerou.

O procurador-geral da República Paulo Gonet, que também participou da sessão, definiu a trajetória profissional de Cármen Lúcia nas Cortes superiores como “exitosa, culta e íntegra”. “Vossa excelência deixa na memória da Corte os melhores traços. A defesa da democracia e da efetivação dos direitos básicos a que ela serve e que lhe imprimem a essência marcam a passagem de vossa excelência no TSE”, disse.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**
Data: 08/05/2026

JUSTIÇA - COZINHEIRA TEM ACESSO LIBERADO À CASA DE BOLSONARO

Ministro do STF Alexandre de Moraes autorizou a entrada da funcionária diariamente

Do Estadão Conteúdo

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes autorizou nesta quarta-feira, 6, o acesso diário de uma cozinheira à casa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), onde ele cumpre pena em prisão domiciliar.

A entrada da funcionária foi solicitada pela defesa do ex-presidente devido a “atividades laborais por ela regularmente desempenhadas no imóvel”.

Assim como outras pessoas autorizadas a acessar a casa, ela ficará sujeita a vistoria prévia e celulares ou outros aparelhos eletrônicos deverão ficar em depósito com os agentes policiais que estiverem realizando a segurança de Bolsonaro.

Na decisão, Moraes citou que a autorização de acesso a residências onde se cumpre prisão domiciliar é “excepcional e específica, limitada aos profissionais que exercem o trabalho na residência, aos profissionais de saúde (médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, fisioterapeutas) e aos seguranças”.

Bolsonaro deixou o hospital nesta segunda-feira, 4, após passar por cirurgia no ombro direito para corrigir lesões. O ex-presidente precisou do procedimento para reparar uma lesão no manguito rotador (conjunto de tendões e músculos) e corrigir dores intensas e persistentes causadas por uma queda em janeiro.

O ministro Alexandre de Moraes autorizou a cirurgia após parecer favorável da PGR devido ao quadro de dor persistente e incapacidade funcional.

Segundo informações médicas divulgadas após a alta, a recuperação deve ocorrer sem maiores complicações em um período de seis a nove meses. Ele vai permanecer de tipoia por seis semanas e fará fisioterapia.

Condenado a 27 anos e três meses de prisão por tentativa de golpe de Estado, o ex-presidente teve prisão domiciliar humanitária concedida em março, com prazo inicial de 90 dias, para se recuperar de

broncopneumonia. Antes, ele cumpria pena no 19.º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, conhecido como Papudinha.

Fonte: *BE NEWS – BRASIL EXPORT*

Data: 08/05/2026

INTERNACIONAL - EUA SUSPENDEM ESCOLTA DE NAVIOS EM ORMUZ

Decisão foi tomada após a Arábia Saudita barrar o acesso às suas bases e ao seu espaço aéreo. Árabes querem fim da guerra

Do Estadão Conteúdo



Os EUA mantêm aeronaves de combate, aviões-tanque de reabastecimento e sistemas de defesa antiaérea na Base Aérea Príncipe Sultan

A decisão repentina de Donald Trump de suspender a missão de escolta de navios através do Estreito de Ormuz foi tomada após a Arábia Saudita, um importante aliado dos EUA no Golfo, ter negado acesso às suas bases e ao seu espaço aéreo a caças de combate americanos para realizar a operação, denominada Projeto Liberdade.

A informação foi revelada nesta quinta-feira, 7, pela rede americana NBC, que citou dois funcionários do governo Trump.

Segundo a emissora, Trump irritou os aliados do Golfo ao anunciar o Projeto Liberdade nas redes sociais, na tarde de domingo, especialmente a liderança saudita. Em resposta, Riad informou sua recusa a Washington. De acordo com o jornal britânico *The Guardian*, a recusa foi mantida mesmo após um telefonema entre Trump e o príncipe herdeiro saudita, Mohammed bin Salman.

As forças armadas dos EUA mantêm aeronaves de combate, aviões-tanque de reabastecimento e sistemas de defesa antiaérea na Base Aérea Príncipe Sultan. Os sauditas vinham permitindo que os americanos utilizassem a base para operar voos de apoio à sua guerra no Irã, além de autorizar o sobrevoo de aeronaves estacionadas em países vizinhos.

De acordo com o *Guardian*, Riad não negou o desacordo com Washington e enfatizou o desejo da Arábia Saudita de dar um fim permanente à guerra de EUA e Israel contra o Irã sob “quaisquer termos”.

O conflito já causou divergências entre as nações do Golfo, quando os Emirados Árabes Unidos, que vinham expressando frustração com a cautela de Riad até aqui, decidiram abandonar a Opep, o cartel de produtores de petróleo dominado pela Arábia Saudita. Agora, os emiradenses consideram também deixar a Liga Árabe.

Negociações

O regime iraniano afirmou na quarta-feira, 6, que estava analisando as propostas apresentadas pelos americanos para pôr fim à guerra, enquanto Trump ameaçou com uma nova onda de bombardeios caso não seja alcançado um acordo que incluía a reabertura do Estreito de Ormuz para a navegação internacional.

A expectativa de um possível entendimento entre EUA e Irã impulsionou os mercados internacionais, mesmo após forças americanas terem disparado contra um petroleiro iraniano que tentava romper o bloqueio imposto pelos EUA aos portos do Irã poucas horas antes. O episódio ocorreu em meio a sinais contraditórios da Casa Branca sobre a estratégia para encerrar o conflito.



Em uma postagem nas redes sociais, Trump afirmou que a guerra, iniciada há pouco mais de dois meses, pode estar próxima do fim e que o transporte de petróleo e gás natural prejudicado pelo conflito poderá ser retomado. Segundo o presidente, porém, isso depende de o Irã aceitar um acordo cujos detalhes não foram divulgados. “Se eles não concordarem, os bombardeios começam”, ameaçou o americano.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2026

INTERNACIONAL - GOVERNO AMERICANO REFORÇA CESSAR-FOGO APÓS ATAQUE

EUA negam ataque, mas há informação de que foi resposta à agressão do Irã aos Emirados

Do Estadão Conteúdo

Os Estados Unidos realizaram um ataque contra um porto iraniano na ilha de Qeshm e contra o posto de controle naval iraniano de Bandar Kargan, em Minab, de acordo com a jornalista Jennifer Griffin, da Fox News, ecoando relatos anteriores da mídia persa. O avanço militar, contudo, não significa que o cessar-fogo acabou ou que a guerra irá reiniciar, de acordo com oficiais militares ouvidos pela Fox.

Segundo a Fox, o ataque ocorre dois dias depois do Irã supostamente atacar os Emirados Árabes Unidos e “provocar a raiva de países do Golfo”, principalmente da Arábia Saudita, que ficou indignada com o Pentágono pela forma como lidou com os ataques iranianos. Autoridades americanas haviam classificado o ataque como de baixo nível, sem quebrar o acordo de cessar-fogo em vigor.

Contudo, o porta-voz do Quartel-General Central Khatam al-Anbiya ligado à Guarda Revolucionária do Irã (IRGC, na sigla em inglês), afirmou que os EUA “violaram o cessar-fogo”, de acordo com a iraniana Press TV. Um petroleiro iraniano que navegava em direção ao Estreito de Ormuz foi atacado, assim como outra embarcação que estava próxima ao porto de Fujaira, dos Emirados Árabes Unidos, ainda segundo o pronunciamento.

A PressTV relatou, ainda, que os ataques realizados “contra áreas civis” ao longo das costas de Bandar Khamir, Sirik e da Ilha de Qeshm contaram com a “cooperação de alguns países da região”. A fonte ouvida pela Fox News confirmou que a Arábia Saudita e o Kuwait voltaram a permitir que os EUA utilizassem seu espaço aéreo e suas bases militares para o “Projeto Liberdade”, de escolta de navios pelo Estreito de Ormuz, como relatado anteriormente pelo Wall Street Journal.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 08/05/2026



JORNAL O GLOBO – RJ

GOVERNO LULA AVALIA CONCESSÕES AOS EUA PARA EVITAR TARIFAÇÃO E QUE REUNIÃO COM TRUMP SERVIU PARA GANHAR TEMPO

Durante a reunião na Casa Branca, o representante comercial dos Estados Unidos, Jamieson Greer, reclamou das tarifas impostas pelo Brasil aos produtos americanos

Por Sérgio Roxo — Brasília

Apesar de terem celebrado a reunião entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Donald Trump na quinta-feira em Washington, integrantes do governo brasileiro entendem ser necessário fazer alguma concessão para que os americanos encerrem a investigação com base na Seção 301 da Lei de Comércio de 1974 do país.

Auxiliares de Lula avaliam que a reunião deve servir, no mínimo, para ganhar tempo. Se não ocorresse, o risco de uma sanção imediata seria maior. Os dois presidentes acertaram a criação de um grupo de trabalho com integrantes dos dois governos para discutir no prazo de um mês as tarifas em vigor no comércio entre os dois países.



Lula e Trump se reúnem na Casa Branca — Foto: Ricardo Stuckert / PR

Os assessores brasileiros esperam que nesse período não sejam anunciadas novas taxas aos produtos exportados, mas, dada a imprevisibilidade das decisões por parte do governo Trump, não descartam totalmente que isso ocorra.

Durante a reunião na Casa Branca, o representante comercial dos Estados Unidos, Jamieson Greer, reclamou das tarifas impostas pelo Brasil aos produtos americanos, mas não citou casos concretos, de acordo com pessoas que receberam relatos do encontro. Do lado americano, Greer foi o participante que fez mais intervenções.

O representante comercial citou, inclusive, a posição assumida pelo Brasil na Organização Mundial do Comércio (OMC) de se opor ao pacto feito por 18 países, entre os EUA, de não impor tarifas sobre o comércio eletrônico.

O objetivo principal das ações do governo brasileiro que culminaram na reunião entre os dois presidentes é conter a operação de bastidores de membros radicais que trabalham no Departamento de Estado americano e possuem conexões com o bolsonarismo. Esse grupo é visto como responsável por ter influenciado na decretação do tarifaço em julho do ano passado, com imposições de taxas de 50% a produtos brasileiros.

Os membros do governo brasileiro entendem que há pouca racionalidade nas discussões e que há dificuldade em saber a demanda exata dos americanos. Afirmam ainda que o governo Trump sempre busca sair como vitorioso das negociações. Assim, há uma necessidade de estar sempre em alerta e buscando formas de diálogo.

O desafio, na avaliação dos auxiliares de Lula, é encontrar um ponto que os americanos possam vender internamente como vitória e que, ao mesmo tempo, não seja prejudicial aos empresários brasileiro.

A questão tarifária foi o ponto central da reunião. Segundo relatos, o presidente brasileiro abriu o encontro dizendo que estava lá para discutir comércio, medidas de combate ao crime organizado e a negativa de visto dos EUA para brasileiros. Nesse último grupo, que tem cerca de 20 integrantes, estão ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) por terem condenado o ex-presidente Jair Bolsonaro na trama golpista e integrantes do Ministério da Saúde que implantaram o programa Mais Médicos com participação de profissionais cubanos. A lista foi entregue por Lula a Trump.

Desenrola 2.0: governo ainda discute regras de uso do FGTS para pagar dívidas
Apesar dos EUA já terem manifestado anteriormente preocupações com o desejo brasileiro de regular a atuação das big techs no país, o tema não foi abordado durante o encontro.

Pix e facções

Apesar de não terem feito parte da conversa entre os presidentes, os argumentos do governo brasileiro em defesa do Pix e contra o enquadramento de facções criminosas como organizações terroristas estavam em documento entregue ao americano ao fim do encontro.

O texto, em inglês, continha também detalhes sobre os outros temas tratados na reunião, como a questão das tarifas.

Documento elaborado pelo Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR) em abril apontou possíveis barreiras a empresas americanas por causa do Pix e citou que haveria um possível “tratamento preferencial” ao modelo, o que poderia prejudicar companhias estrangeiras do setor financeiro.

Em entrevista após o encontro, Lula afirmou que não discutiu o sistema brasileiro de transferências eletrônicas gratuitas com Donald Trump na reunião.

— Ele não tocou no assunto do Pix, eu também não toquei. Até porque eu espero que um dia ele venha a fazer um Pix, até porque muitas empresas americanas já fazem.

O governo brasileiro argumenta que o Pix é uma infraestrutura de pagamento pública e que os EUA têm ferramentas parecidas.

Com relação às facções Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV), Lula também disse que o assunto não foi abordado. O governo brasileiro argumenta que essas organizações não têm objetivos políticos e visam apenas obter lucro como tráfico de drogas. Por isso, não devem ser classificadas como terroristas. Em março, o Departamento de Estado dos Estados Unidos afirmou ao GLOBO que o governo americano considera facções criminosas brasileiras uma ameaça relevante à segurança regional.

Durante a reunião entre os presidentes, chamou a atenção de integrantes do governo brasileiro a pouca ênfase dada pelos americanos ao tema da exploração das terras raras. A expectativa é que o assunto fosse um dos temas centrais abordados por Trump, o que não ocorreu.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 08/05/2026

SENADO NÃO PODE SER OMISSO ANTE PROVAS CONTRA CIRO

Senador deve ter oportunidade de se defender no Conselho de Ética, mas cassação parece desfecho provável

Por Editorial



O senador Ciro Nogueira (PP-PI) — Foto: Brenno Carvalho / Agência O Globo

As provas colhidas pela Polícia Federal (PF) sobre as relações entre o senador pelo Piauí Ciro Nogueira, presidente do Progressistas (PP), e Daniel Vorcaro, do Banco Master, são eloquentes. O Conselho de Ética e Decoro Parlamentar do Senado não pode fechar os olhos às evidências. É imperativo conceder a Ciro amplo direito à defesa — na Justiça e no Conselho. Ele afirmou que não renunciará ao mandato e, em nota, classificou a operação da PF como “tentativa de manchar sua honra”. Mas o Parlamento tem o dever de agir em nome da preservação do decoro. Com base nos fatos disponíveis, sua cassação parece o desfecho provável. Por ora, ele deveria afastar-se ou ser afastado temporariamente do mandato para se concentrar na própria defesa, sem prejuízo de voltar ao Senado se for inocentado.

Até a operação da PF da última quinta-feira, sabia-se que o Master adotara estratégia de alto risco antes de ser liquidado pelo Banco Central (BC). Papéis com taxas de retorno muito acima das praticadas no mercado usavam, como mote para atrair compradores, a garantia do Fundo Garantidor de Créditos (FGC), instituição privada dos bancos que protege até R\$ 250 mil de cada investidor. Em agosto de 2024, Ciro apresentou emenda à Proposta de Emenda à Constituição sobre autonomia do BC propondo aumentar a garantia do FGC para R\$ 1 milhão, de modo a tornar os papéis vendidos por Vorcaro mais atraentes. Àquela altura, o Master já estava em apuros. Também era público um requerimento de urgência assinado por deputados próximos a Ciro em setembro de 2025, para

tramitação de projeto estipulando exoneração de diretores do BC pelo Congresso. Nessa época, a autoridade monetária resistia à pressão para aprovar a compra do Master pelo Banco de Brasília (BRB), envolta em suspeitas.

Agora se sabe que o texto da emenda para ampliar a garantia do FGC foi redigido pelo Master. “Saiu exatamente como mandei”, disse Vorcaro em mensagem na época. Outra descoberta ainda mais estupefacente: de acordo com as investigações, Ciro recebia do Master mesada de R\$ 300 mil, depois reajustada para R\$ 500 mil. Usufruiu viagens pagas, bens de luxo e foi favorecido em transações sem nenhuma lógica econômica. Em mensagens, Felipe Vorcaro, primo e operador do dono do Master, pergunta se deve manter os pagamentos mensais da “parceria brgd-cnfl”. A empresa BRGD tem o pai de Felipe como diretor. A CNFL Empreendimentos Imobiliários tem como sócio Raimundo Nogueira, irmão de Ciro. A investigação da PF demonstra que Vorcaro também fornecia cartões de crédito ao senador, custeava hospedagens em hotéis luxuosos e permitia que ele fizesse uso de residência de alto padrão.

A amizade entre o banqueiro encrencado e o senador do PP era notória. Os fatos apurados pela PF sugerem algo bem mais grave: uma relação cuja base era aparentemente a troca de dinheiro por atuação legislativa, modalidade clássica de corrupção. Ao fim da investigação, a PF deverá decidir se indiciará Ciro, e a Procuradoria-Geral da República se o denuncia. Ele terá oportunidade de se defender em todas as instâncias adequadas. Desde já, porém, a gravidade das evidências recomenda que se afaste ou seja afastado do cargo. Paralisia ou corporativismo podem ser fatais e comprometer todo o Parlamento com o escândalo que envolve um de seus expoentes.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/05/2026

COM PLANO DE DELAÇÃO, MENDONÇA TRANSFERE EX-PRESIDENTE DO BRB PARA PAPUDINHA

Transferência deve ocorrer ainda nessa sexta; decisão de ministro do STF representa mais um passo das tratativas com Paulo Henrique Costa, um dos pivôs do caso Master

Por Johans Eller



O ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa, preso em Brasília — Foto: Renato Alves/Agência Brasília

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça autorizou nesta sexta-feira (8) a transferência do ex-presidente do BRB Paulo Henrique Costa para o 19º Batalhão da Polícia Militar do Distrito Federal, prisão conhecida como “Papudinha”. A decisão cumpre mais uma etapa das negociações para uma delação premiada do executivo, que segundo as investigações recebeu propina de Daniel Vorcaro em troca da compra de R\$

12,2 bilhões em carteiras de crédito fraudulentas do Banco Master.

Atualmente Costa está preso na Penitenciária da Papuda, que fica no mesmo complexo. A transferência deve ocorrer ainda na noite desta sexta.

Conforme antecipamos no blog, a mudança já era esperada por investigadores e pela defesa. Isso porque ele é oficial da reserva das Forças Armadas, e a Papudinha é destinada a policiais, autoridades e militares como o ex-presidente Jair Bolsonaro, que cumpriu pena ali até migrar provisoriamente para o regime domiciliar por razões de saúde.

O pedido foi apresentado na semana passada pelos advogados Eugênio Aragão e Davi Tangerino, que representam Costa. A defesa argumentou que o ex-presidente do BRB sinalizou interesse em firmar uma colaboração premiada e que a Papuda não permite “discutir eventuais fatos delitivos de forma eficiente” e nem “manusear fontes de prova” durante a negociação do acordo.



Uma das preocupações dos advogados é com o fato de a Papuda ser administrada pelo governo do Distrito Federal, quando se dá como certo que o ex-governador Ibaneis Rocha (MDB) será personagem central de uma eventual, assim como a sucessora, Celina Leão (PP), também é um alvo em potencial. Teme-se, embora isso não seja dito publicamente, que existam escutas ambientais para monitorar as conversas dos detentos.

A Papudinha, por sua vez, é administrada pela Polícia Militar e garantiria uma segurança maior.

Outra alternativa à Papuda seria a Superintendência da Polícia Federal (PF) em Brasília. Mas o superintendente da corporação, Alfredo Junqueira, alegou a Mendonça que não havia celas disponíveis na unidade, que já mantém Vorcaro sob custódia. Além da dificuldade logística, essa opção colocaria dois potenciais delatores no mesmo local, o que não é recomendado, já que eles não podem se comunicar.

PH Costa, como é conhecido, foi preso preventivamente no dia 16 de abril por determinação de André Mendonça, relator do caso Master no STF. O ministro apontou o risco que o ex-dirigente do BRB representava à coleta de provas, além da possibilidade iminente do executivo rearticular “a engrenagem financeira e jurídica do esquema” e ocultar seu patrimônio.

Na ocasião, Mendonça destacou na decisão que a investigação da Polícia Federal coloca Costa como uma “peça essencial” na compra de carteiras fraudulentas do Banco Master. Como contrapartida, o ex-CEO receberia de Vorcaro R\$ 146 milhões em propina, incluindo seis imóveis de alto padrão em São Paulo e Brasília.

O relator do caso Master no Supremo também indeferiu a revogação da prisão do advogado Daniel Monteiro, que foi preso no mesmo dia que Paulo Henrique Costa. Monteiro é apontado pelos investigadores como o operador do esquema de desvio de recursos do Master para pagar vantagens para políticos e autoridades, incluindo o ex-presidente do BRB.

Era o advogado quem administrava os fundos e contas da operação. A dupla mobilizou fundos geridos pela Reag, controlada à época por João Carlos Mansur, parceiro de negócios de Vorcaro, para ocultar os repasses dos apartamentos para PH Costa.

Monteiro também representou o Master na compra de ações do BRB que é investigada em um inquérito específico da Polícia Federal.

Instalações

Como já mostramos no blog, a Papudinha oferece aos detentos chuveiro quente, cozinha com possibilidade de preparo e armazenamento de alimentos, geladeira, armários, cama de casal e TV – condições melhores do que as da Papuda e as da superintendência da PF.

Além disso, os presos têm direito a cinco refeições diárias (café da manhã, almoço, lanche, jantar e ceia), enquanto na sede da Polícia Federal são apenas três (café da manhã, almoço e jantar). Os detentos podem também tomar banho de sol na área externa da própria cela sempre que quiserem.

Bolsonaro, por exemplo, foi transferido para a Papudinha após sua defesa apontar riscos na permanência dele na superintendência da PF por motivos de saúde.

Após sua transferência temporária para a prisão domiciliar, o batalhão segue custodiando dois aliados do ex-presidente condenados na trama golpista: o ex-ministro da Justiça Anderson Torres, que chefiou a PM de Brasília como secretário de Segurança do DF, e o ex-diretor da Polícia Rodoviária Federal Silvinei Vasques.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 08/05/2026

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

OPINIÃO - AÇÃO CONTRA CIRO NOGUEIRA INAUGURA CHEGADA PREVISÍVEL DAS INVESTIGAÇÕES SOBRE O MASTER AO CONGRESSO

Que Alcolumbre saiba que as apurações começarão a dar nomes aos ponteiros enredados na teia vorcária

Por Carlos Andreazza

Ciro Nogueira está – ou estava – entre os cinco políticos mais poderosos do Brasil. Presidente do PP, líder da (até ontem) cobiçadíssima federação União Progressista; e ex-ministro de Bolsonaro, responsável pelo apaziguamento das relações daquele governo com o Parlamento, conquista decorrente da formulação-execução do orçamento secreto, de que é um dos senhores. Com Davi Alcolumbre.

Você decidirá se se trata de coincidência ou causalidade. A operação Compliance Zero, da Polícia Federal, chegou ao Senado na semana seguinte à derrota infligida ao governo Lula por aquela casa legislativa. De acordo com a versão mais influente no debate público, Alcolumbre e galera teriam vencido também o ministro André Mendonça, militante por Jorge Messias, relator do caso Master no STF e, pois, o que autorizou a ação contra Ciro. Evento que inaugura a chegada previsível da polícia – das investigações sobre o “elefante pintado de azul” de Daniel Vorcaro, que circulava invisivelmente pela Esplanada – ao Congresso.

Ciro, atacante de ponta, era – na política – o que Xandão, o bloqueador central, seria no STF. O amigo de Vorcaro. E amigos se reúnem, conforme lembra a mensagem do banqueiro à noiva: “Chegando Hugo e Ciro aqui para falarem com Alexandre.” Era 20 de março de 2025, mui aceleradas as gestões pela salvação do Master. Em agosto de 2024, já exposta a crise de liquidez do banco, o ponteiro Ciro apresentara a emenda que propunha aumentar o limite do valor de cobertura pelo FGC – de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão. Seria presente para a maneira como Vorcaro vendia o seu produto.



Ciro Nogueira ao lado de Davi Alcolumbre durante votação que rejeitou o nome de Jorge Messias ao STF Foto: Wilton Júnior/Estadão

O senador teria recebido o texto, já pronto, da equipe do Master – e assim o apresentado. Não de graça. A PF investiga pagamento de propina, sob valores que alcançariam R\$ 500 mil mensais. E também a aquisição, por meio do erguimento de fachadas, de cota societária em empresa, com “expressivo deságio” – um negócio, estimado em R\$ 13 milhões, fechado por R\$ 1 milhão.

O modo de pagamento da mesada é exemplar de como funcionava a máquina de movimentação-dissimulação de dinheiros na rede vorcária, em cujas pontas haveria – sem qualquer relação entre si, necessariamente – sociedade em hotel, contratos de prestação de serviços advocatícios e lavagem de dinheiro para o crime organizado.

No caso de Ciro, constituída a “parceria BRGD/CNLF”. A BRGD, parte vorcária, tinha o tio de Daniel como diretor – e remunerava “o pessoal que investiu na BRGD”, o investimento mencionado sendo aquele, a pechincha a R\$ 1 milhão, forjado por Vorcaro. A CNLF, a porção de Ciro, tinha o seu irmão como administrador e seria a “destinatária formal dos fluxos financeiros oriundos da BRGD” e “instrumento de recepção, circulação e formalização aparente de recursos destinados ao senador”.

Barbas (ausentes) de Alcolumbre de molho, as investigações sobre o “elefante pintado de azul” de Vorcaro, que flanava pela Esplanada sem ser visto, chegaram ao Congresso e começarão a dar nomes aos ponteiros enredados na teia vorcárica. Faltarão os bloqueadores, duplo ou triplo o paredão.

Fonte: *O Estado de São Paulo - SP*

Data: 08/05/2026

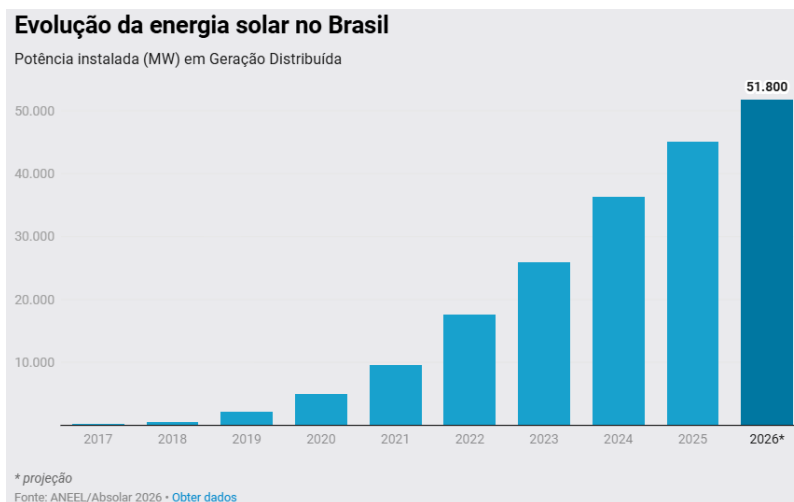
OPINIÃO - PRESSÕES CONTRA ENERGIA RENOVÁVEL DEIXAM O PAÍS VULNERÁVEL NUM SETOR PROMISSOR

Operação do sistema passa por complicações, o que não tem a ver com a expansão das fontes, mas com falta de planejamento e lentidão da infraestrutura elétrica

Por Celso Ming

Este choque do petróleo é outra advertência de que não se podem atrasar programas de substituição de energia fóssil por energia limpa. E, no entanto, seguem as pressões do setor para que o governo dificulte as instalações de energias renováveis, entre elas as de equipamentos de energia solar nos telhados de residências e estabelecimentos comerciais.

Esses lobbies se apegam a questões técnicas. As instalações, chamadas Micro e Minigeração Distribuída (MMGD), permitem que a energia elétrica não usada seja automaticamente retransmitida para a distribuidora. Em troca, gera um crédito em energia, que pode ser usada à noite, quando chove ou quando a insolação é fraca. Com sua expansão, repete-se a situação em que é gerado excedente sem escoamento. Esse excedente soma-se ao proveniente de geração eólica e de fazendas solares. O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) recorre a cortes de geração de energia, denominados curtailment, destinados a garantir equilíbrio entre carga e geração, para que o sistema não entre em colapso. Esses cortes desperdiçam energia. Pelos cálculos da consultoria Volt Robics, em 2025 foi cortada no Brasil 20% da energia gerada, prejuízo de R\$ 6,5 bi.



Graças à forte redução dos preços dos painéis fotovoltaicos, a MMGD ultrapassou os 39 GW de potência e, ao ritmo de hoje, em 2029 deve chegar aos 58 GW, mais de 4 vezes a potência da usina de Itaipu, a maior hidrelétrica do Brasil.



A complicação extra com que se depara a operação do sistema não tem a ver com a expansão das fontes renováveis. Tem a ver com falta de planejamento e com a lentidão com que se expande a infraestrutura do setor.

Operação do sistema de geração distribuída passa por complicações e gera cortes. Armazenar energia solar em sistemas de baterias seria uma possível solução, mas com alto custo Foto: Tiago Queiroz/Estadão

Tudo ficaria mais fácil se fosse possível armazenar energia. Sistemas de baterias acoplados a fazendas de energia solar ou a campos de energia eólica, como o governo pretende exigir dos novos grandes projetos, tendem a ser muito caros. Outra ideia é usar energia excedente para produzir hidrogênio líquido, o que requer alto investimento. E uma terceira hipótese são as hidrelétricas reversíveis. Consiste em construir um segundo reservatório para a água que já passou pelas turbinas e rebombeá-la para o reservatório principal, usando para isso a energia elétrica excedente. É um jeito de armazenar energia em períodos de baixa demanda para liberá-la nos picos de consumo.

São soluções que exigem planejamento e decisão política, que é o que mais falta. Desestimular investimentos em energia renovável e usá-los como bode expiatório deixa o País vulnerável num setor altamente promissor.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 08/05/2026

GOVERNO LULA FORMALIZA RENOVAÇÃO CONTRATUAL POR 30 ANOS DE 14 DISTRIBUIDORAS DE ENERGIA ELÉTRICA

Investimentos devem chegar aos R\$ 130 bi nos próximos cinco anos em 13 Estados; veja lista de distribuidoras

Por Renan Monteiro (Broadcast), João Caires (Broadcast), Lavínia Kaucz (Broadcast) e Gabriel de Sousa (Broadcast)

BRASÍLIA - O [governo Lula](#) oficializou nesta sexta-feira, 8, a renovação dos contratos de concessão de um grupo de 14 distribuidoras de [energia elétrica](#) do País. Com duas empresas com contratos já renovados recentemente, são agora 16 concessionárias com prorrogação na prestação de serviço por mais 30 anos na atual gestão do governo federal.

Foram informados investimentos que devem chegar aos R\$ 130 bilhões nos próximos cinco anos em 13 Estados. Isso significa aproximadamente 41 milhões de famílias afetadas.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou a prestação de contas para que de fato os investimentos anunciados sejam implementados. São estimados 100 mil empregos diretos e indiretos e 30 mil profissionais capacitados até 2030, segundo o governo.



Governo Lula formaliza renovação contratual por 30 anos de 14 distribuidoras de energia elétrica Foto: Sergio Lima/AFP

A renovação contratual por 30 anos para as concessões ocorre com base no decreto de 2024 publicado pelo governo e a posterior regulamentação na [Agência Nacional de Energia Elétrica \(Aneel\)](#).

O ministro de Minas e Energia, [Alexandre Silveira](#), reforçou que as empresas devem cumprir todas as 17 diretrizes que foram elencadas em decreto de 2024, incluindo a obrigatoriedade de entregar o mesmo nível de qualidade no serviço de energia para todos os bairros da concessão, melhoria dos canais de atendimento à população, obrigatoriedade de metas para recomposição do serviço após a ocorrência de situações climáticas extremas, dentre outras.

“O presidente assinou o decreto a favor do povo, que reclama muito e com razão dos serviços de distribuição, que precisa melhorar essa qualidade, priorizar a mão de obra, aumentar os investimentos para termos redes subterrâneas e não termos tantos problemas como temos hoje, quando tem ventanias”, declarou o ministro.



Outra mudança considerada significativa no setor foi a fixação da satisfação do consumidor como indicador de avaliação da distribuidora. Em última análise, esse parâmetro poderá servir de base para troca da distribuidora se, sistematicamente, os consumidores estiverem insatisfeitos com o serviço prestado.

As distribuidoras devem ainda manter um nível adequado de geração de caixa e endividamento, com espaço para investimentos para melhoria do desempenho. O descumprimento dessas obrigações sujeita a distribuidora à limitação da distribuição de dividendos, restrição de negócios entre partes relacionadas e, no limite, à caducidade da concessão.

No geral, a renovação está baseada em um quadro considerado mais rígido para cumprir os parâmetros de qualidade. Os antigos contratos, firmados no final da década de 90, eram pouco exigentes com relação aos critérios de qualidade no fornecimento de energia elétrica para os consumidores brasileiros, segundo o argumento do Ministério.

A Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee) representa 99,6% das distribuidoras, com 42 associadas. “Nosso segmento de distribuição está investindo e investirá até 2029, R\$ 235 bilhões de reais”, declarou Patricia Audi, presidente da entidade. Ele falou das empresas de forma geral, não apenas daquelas que estão renovando contrato no atual ciclo.

No atual ciclo de renovações são 19 concessionárias de distribuição, com contratos expirando entre 2025 e 2031. Duas distribuidoras já tiveram a assinatura da prorrogação. Agora, mais 14 empresas passam por essa fase final, com cerimônia nesta tarde. Com isso, ficará faltando apenas a definição sobre as renovações das três distribuidoras operadas pelo grupo Enel.

Distribuidoras que formalizam renovação hoje

- Light Serviços de Eletricidade
- Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia - Coelba
- RGE Sul Distribuidora de Energia - RGE
- Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista
- Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia - EMS
- Energisa Mato Grosso Distribuidora de Energia - EMT
- Energisa Sergipe Distribuidora de Energia - ESE
- Companhia Energética do Rio Grande do Norte - Cosern
- Equatorial Pará Distribuidora de Energia
- Elektro Redes S.A.
- Companhia Piratininga de Força e Luz - CPFL Piratininga
- EDP São Paulo Distribuição de Energia
- Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia
- Energisa Paraíba Distribuidora de Energia - EPB

Distribuidoras que já renovaram

- EDP Espírito Santo Distribuição de Energia
- Companhia Energética de Pernambuco - Neoenergia Pernambuco

Distribuidoras pendentes

- Ampla Energia e Serviços - Enel Rio
- Enel Distribuição Ceará - Coelce
- Enel Distribuição São Paulo

Fonte: O Estado de São Paulo - SP
Data: 08/05/2026

VALOR ECONÔMICO (SP)

EXCLUSIVO: RAÍZEN E CREDORES BUSCAM CONSENSO, E NOVA PROPOSTA DEVERÁ SER APRESENTADA NOS PRÓXIMOS DIAS

Em recuperação extrajudicial, companhia tem pressa, pois um plano que tenha o aceite de ao menos metade dos credores precisa ser apresentado até o início de junho

Por Fernanda Guimarães, Valor — São Paulo



Raízen: partes desenham plano de reestruturação que seja o mais próximo de um consenso — Foto: Divulgação/Raízen

Os assessores da Raízen e de seus credores se reuniram ao longo desta semana com o intuito de desenhar um plano de reestruturação da companhia que seja o mais próximo de um consenso entre as partes, apurou o Valor. Com isso, a expectativa é que uma nova proposta seja apresentada até o começo da próxima semana, conforme fontes.

A Raízen, em recuperação extrajudicial, tem pressa, visto que tem até o início de junho para apresentar um plano que tenha o aceite de ao menos metade dos credores. Dentre os principais pontos discutidos, estão a estrutura de entrada de capital, incluindo de novos recursos, a conversão da dívida em ações e, ainda, a governança da companhia, disseram fontes na condição de anonimato.

Um dos assuntos que já estão sendo vistos como consensuais é que 45% da dívida da companhia serão convertidos em participação acionária, ainda conforme fontes.

Outro ponto na mesa é a entrada adicional de capital de cerca de R\$ 2,5 bilhões, o que está sendo estruturado essencialmente pelos detentores de dívida externa, os bondholders. Essa estrutura, conforme o discutido no momento, seria por meio de um empréstimo com prioridade de recebimento, na modalidade “debtor in possession (DIP)”.

A injeção de recursos dos acionistas segue a mesma apresentada: R\$ 3,5 bilhões pela Shell e outros R\$ 500 milhões da holding do controlador da Cosan, Rubens Ometto.

Procurada, Raízen não comentou.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 08/05/2026

CAPACIDADE DA RUMO PARA GRÃOS NO SEGUNDO SEMESTRE ESTÁ 50% CONTRATADA, DIZ CEO

Segundo a companhia, não há impacto relevante nos custos e nas tarifas do aumento dos preços do combustível

Por Taís Hirata, Valor — São Paulo

A Rumo, empresa de logística do grupo Cosan, tem cerca de 50% de sua capacidade contratada para o segundo semestre, considerando a Operação Norte, que é o principal corredor da companhia, do Centro-Oeste até o Porto de Santos. Para o segundo trimestre, os volumes estão totalmente fechados, afirmou Pedro Palma, diretor-presidente da companhia.

“No segundo semestre, 50% de nossa capacidade para o período estão vendidos. O volume foi vendido a um patamar semelhante ao do ano passado, está travado nessa situação”, disse ele, em teleconferência com analistas, nesta sexta-feira (8).



Trem da Rumo, empresa de logística da Cosan — Foto: Reprodução

Em relação à precificação contratada para o segundo trimestre, o executivo afirmou que os preços ficaram próximos ao patamar observado no segundo trimestre de 2025.

Em relação ao efeito do encarecimento do diesel, Palma disse que os contratos fechados têm cláusulas de proteção contra a variação de valores do combustível. “Não muda a margem que contratou”, disse.

Ele afirmou ainda que o aumento de preços impacta mais os modais competidores da Rumo, devido à eficiência energética da empresa de ferrovias. Neste momento, não há impacto relevante nos custos e nas tarifas pelo aumento dos preços do combustível, destacaram os executivos da companhia.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 08/05/2026

CASA CIVIL ORIENTA FIM DE RESTRIÇÕES PARA EMPRESAS NO LEILÃO DE MEGATERMINAL NO PORTO DE SANTOS

Órgão também atualizou o valor mínimo de outorga, que, após revisão da equação econômico-financeira do projeto, foi estimado em R\$ 1,044 bi, distribuídos entre outorga fixa e variável

Por Marlla Sabino, Valor — Brasília



Tecon 10 no Porto de Santos — Foto: Divulgação/Ministério dos Portos e Aeroportos

A Casa Civil orientou a retirada de restrições para companhias de navegação, chamadas de “armadores”, na participação do leilão do megaterminal de contêineres do Porto de Santos, o Tecon Santos 10, bem como para as atuais operadoras de contêineres do porto, desde que se desfaçam de suas participações acionárias nos atuais empreendimentos em que operam no complexo portuário.

Além disso, também atualizou o valor mínimo de outorga do certame, que, após revisão da equação econômico-financeira do projeto, foi estimado em R\$ 1,044 bilhão, distribuídos entre outorga fixa e variável.

As orientações constam em nota técnica assinada nesta quarta-feira (6) pelo PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), vinculado à Casa Civil. A nota reacende o debate sobre o modelo a ser adotado no certame.

Inicialmente, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) propôs realizar o leilão em duas etapas, com restrições para que empresas que já operam na região participassem apenas da segunda fase, caso não houvesse interessados na primeira. O Tribunal de Contas da União (TCU) foi além e

recomendou que a restrição também fosse aplicada aos armadores, visando impedir a verticalização das empresas de navegação.

“Além de não se vislumbrar razões de ordem concorrencial para proibir a participação de armadores no certame, a Antaq não apontou nenhum motivo de ordem regulatória para a adoção dessa prática. Ao contrário, conclui que referida limitação poderia resultar em ineficiências produtivas, alocativas e sociais”, afirmou o PPI.

A manifestação foi encaminhada ao Ministério de Portos e Aeroportos para adoção dos ajustes necessários. Após essa fase, o ato deve ser encaminhado à Antaq para elaboração e publicação do edital. O processo atualmente está parado na agência, a pedido do governo, diante das discussões sobre a modelagem do certame.

No documento, o PPI ressalta que “se faz importante esclarecer que o governo federal não possui uma política de fomento a novos entrantes em detrimento dos atuais” e afirmou que o fato de o ordenamento jurídico brasileiro estabelecer que, em regra, as concessões de serviços e ativos devem ser precedidas de licitação não autoriza o entendimento de que há oposição à participação de agentes que já atuam no mercado.

Ao afirmar que não pretende discutir as razões da agência para o estabelecimento de duas fases, o PPI solicita que sejam promovidas ações que garantam o desinvestimento das atuais incumbentes no mercado de contêineres de Santos, possibilitando que elas participem da fase 1, se assim desejarem.

Essa abertura, diz trecho da nota, “gera uma maior competição pelo ativo, permitindo a disputa de todos os atuais sócios dos terminais de contêineres de Santos, incentivando inclusive a competição entre eles, gerando um maior valor de outorga para a administração”. A venda da participação deverá ser concretizada e validada pelas entidades competentes antes da celebração do contrato do Tecon Santos 10.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 08/05/2026

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

TRANSPETRO É OUTORGADA PARA ATUAR COMO EBN NO APOIO MARÍTIMO

Por Danilo Oliveira Offshore 08/05/2026 - 19:17



Superintendência da Antaq autorizou subsidiária da Petrobras a operar na modalidade, após cumprimento de requisitos técnicos, econômicos e jurídicos previstos no normativo da agência

A Superintendência de Outorgas Agência Nacional de Transportes Aquaviários (SOG-Antaq) autorizou a Transpetro a operar como empresa brasileira de navegação (EBN), na navegação de apoio marítimo. A deliberação sobre o termo de autorização, com base na resolução 133/2025 da Antaq, foi

publicada no Diário Oficial da União desta sexta-feira (8).

De acordo com a nota técnica da SOG, a subsidiária de transporte e logística da Petrobras cumpriu com os requisitos técnicos, econômico-financeiros e jurídico-fiscais estabelecidos pela norma. A empresa apresentou a embarcação de carga Renor, de bandeira brasileira, que foi considerada adequada à navegação pretendida e em condições de operação.

"Não vemos óbices ao deferimento do pleito em questão, formulado pela empresa (Transpetro), com vistas à obtenção de autorização para operar, como empresa brasileira de navegação (EBN), na navegação de apoio marítimo", concluiu a análise técnica da agência reguladora. A resolução da Antaq estabeleceu que a empresa requerente deve comprovar boa situação econômico-financeira por meio da apresentação de patrimônio líquido mínimo de R\$ 2,5 milhões para a navegação de apoio marítimo.

Com a incorporação da Petrobras Logística de Exploração & Produção S.A. (PB-Log) no final de 2025, a Transpetro passou a poder atuar também no apoio marítimo e no controle e resposta a emergências em áreas exploradas por consórcios que são operados e liderados pela Petrobras, gerindo os serviços de logística integrada e controle de emergências nas operações de exploração e produção de petróleo e derivados.

A resolução 133/2025, aprovada em dezembro passado, estabelece critérios e procedimentos para outorga na navegação marítima e disciplina o cadastro de Empresa Brasileira de Investimento na Navegação – EBIN, modalidade criada a partir da Lei 14.301/2022 (BR do Mar). A nomenclatura que consta na norma considera EBN a pessoa jurídica constituída de acordo com o disposto nas leis brasileiras, com sede no país, que tem por objeto o transporte aquaviário ou operar nas navegações de apoio marítimo ou portuário, autorizada a operar pela Antaq com embarcações próprias ou afretadas. Já a EBIN, segundo a resolução, é aquela que tem por objeto o fretamento de embarcações para empresas brasileiras ou estrangeiras de navegação.

Segundo a norma, a agência poderá autorizar, em caráter especial, a empresa de navegação a operar nas navegações de apoio marítimo, apoio portuário, cabotagem e longo curso, desde que configurados interesse público e situação de emergência. Para casos emergenciais, a vigência máxima e improrrogável é de 180 dias e não gera direitos para continuidade da autorização.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ
Data: 08/05/2026

PROJETO DE ARRENDAMENTO PARA GRANÉIS MINERAIS EM FORTALEZA PASSA POR AUDIÊNCIA

Da Redação Portos e logística 08/05/2026 - 19:16



A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) promoveu, nesta sexta-feira (8), audiência pública para receber contribuições, subsídios e sugestões para o aprimoramento dos documentos técnicos e jurídicos relativos ao arrendamento de área no porto organizado de Fortaleza (CE), destinada à movimentação e armazenagem de granéis sólidos minerais, especialmente coque de petróleo e clínquer.

A área a ser arrendada tem 29 mil metros quadrados e é gerida pela Companhia Docas do Ceará (CDC). Após o arrendamento, segundo a Antaq, a empresa arrendatária deverá construir novo armazém, com capacidade mínima de 39 mil toneladas, e ampliar dois armazéns já existentes. O contrato terá duração de 25 anos, e o investimento previsto é R\$ 1,12 bilhão.

A agência informou que, mesmo após a realização da audiência pública, ainda é possível enviar contribuições relativas ao arrendamento da área. Mas explicou que serão consideradas apenas as que envolvam as minutas colocadas em consulta e audiência públicas. As propostas devem ser enviadas até as 23h59 da próxima segunda-feira (11), exclusivamente pelo formulário disponível no endereço digital Audiências Públicas em andamento — Antaq.

Segundo a agência reguladora, as minutas jurídicas e os documentos técnicos estão disponíveis no link destinado à audiência pública 03/2026. Imagens digitais, como mapas, plantas e fotos, poderão ser anexadas e enviadas pelo e-mail anexo_audiencia032026@antaq.gov.br. As contribuições em

texto deverão ser preenchidas nos campos apropriados do formulário eletrônico, com identificação do proponente.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*
Data: 08/05/2026

CECAFÉ APROVA PROPOSTA QUE LIBERA PARTICIPAÇÃO DE OPERADORES NO LEILÃO DO TECON SANTOS 10

Da Redação *Portos e logística* 08/05/2026 - 18:51



O Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé) manifestou “integral apoio” ao parecer técnico da Casa Civil da Presidência da República que muda as regras anteriormente propostas pela Agência Nacional de Transporte Aquaviários (Antaq), retirando a proibição da participação de armadores e empresas que operam terminais no Porto de Santos na primeira etapa do leilão do Tecon Santos 10. Em comunicado na última quinta-feira (7), o Cecafé também aprovou a orientação feita ao Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) para aumentar de R\$ 500 milhões para R\$ 1,044 bilhão a outorga mínima que será

paga pelos vencedores da disputa.

O diretor técnico do Cecafé, Eduardo Heron, disse que, se fossem mantidas a regras propostas pela Antaq e aprovadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), haveria riscos de contestações na Justiça que atrasariam a concessão do terminal. Segundo Heron, nem a agência e nem o ministro relator do caso no Tribunal de Contas da União (TCU) apresentaram “justificativas técnicas ou evidências comprobatórias que fundamentassem” seu posicionamento.

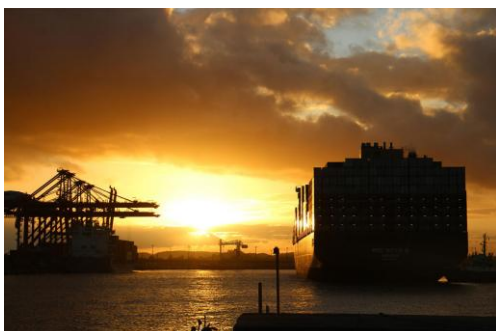
Na avaliação do Cecafé, a orientação da Casa Civil permitirá que o leilão seja realizado com “celeridade e urgência” e que seja garantido o aumento da capacidade de pátio e de berços no Porto de Santos, o que vai reduzir gargalos na movimentação de cargas e prejuízos para os que dependem do terminal paulista. “Entendemos que essa orientação foi um avanço muito importante”, comentou Heron.

Segundo o diretor do Conselho, o Tecon 10 vai aumentar a capacidade de movimentação no Porto de Santos e gerar condições mais adequadas para que o Brasil continue competitivo globalmente. Ele alertou, no entanto, que, para que o terminal seja mais bem aproveitado, são necessárias medidas complementares, citando a necessidade de construção de uma terceira via rodoviária para ligação com a Baixada Santista e o aprofundamento do calado do canal do porto, para receber embarcações maiores dos que as que podem acessar o terminal atualmente.

Fonte: *Portal Portos e Navios - RJ*
Data: 08/05/2026

MPOR ABRE INSCRIÇÕES PARA 7ª EDIÇÃO DO PRÊMIO 'PORTOS + BRASIL'

Da Redação *Portos e logística* 08/05/2026 - 17:40



O Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) anunciou, nesta sexta-feira (8), que estão abertas até 20 de maio as inscrições para a sétima edição do prêmio 'Portos + Brasil', organizado pela Secretaria Nacional de Portos (SNP) com objetivo de identificar e incentivar melhorias na gestão e na produtividade dos portos brasileiros. Podem participar portos públicos organizados, terminais arrendados e Terminais de Uso Privado (TUPs).

A pasta explicou que, nesta edição, os participantes serão avaliados em seis categorias: Ranking Igap, Avanço Igap, Igualdade de Gênero (CIG), Inovação,



Crescimento da Movimentação Total (variação absoluta) e Crescimento da Movimentação Total (variação percentual). Os premiados receberão os troféus do Portos + Brasil 7ª edição com a identificação da categoria e a colocação obtida.

A categoria Ranking Igap tem como objetivo reconhecer o desempenho e incentivar melhorias na gestão dos portos públicos organizados. A avaliação será feita com base no Índice de Gestão da Autoridade Portuária (Igap). Receberão o Troféu Portos + Brasil as três empresas que obtiverem as maiores notas, e a primeira colocada será premiada também com o Troféu Itinerante Portos + Brasil.

Já a Avanço Igap avalia as autoridades portuárias que apresentaram os maiores avanços no resultado do Índice em 2026, em comparação com 2025. As três mais bem classificadas no ranking serão premiadas com o Troféu Portos + Brasil.

A Categoria Igualdade de Gênero (CIG) é vinculada à política pública de promoção da Agenda 2030 desenvolvida pela Secretaria Nacional de Portos e tem como escopo os Princípios de Empoderamento das Mulheres (Women's Empowerment Principles – WEPs), da ONU, com ênfase no Princípio 1, de estabelecer liderança corporativa de alto nível pela igualdade de gênero. São elegíveis portos públicos organizados, terminais arrendados e TUPs. O Troféu CIG Portos + Brasil será concedido a uma empresa de cada segmento.

O objetivo da categoria Inovação é fomentar, de forma estruturada e contínua, a cultura de inovação nas autoridades portuárias, arrendatárias e TUPs. O objetivo é incentivar o desenvolvimento de soluções inovadoras, a melhoria da qualidade e a maturidade dos projetos, a capacitação técnica e gerencial e a adoção de boas práticas de governança e de gestão da inovação.

Para a concessão dos prêmios na categorias Crescimento da Movimentação Total e Variação Absoluta e Variação Percentual, serão considerados os maiores aumentos absolutos e percentuais na movimentação total de cargas de 2024 a 2025. O objetivo é reconhecer esforços de gestões de instalações portuárias para aumentar sua produtividade.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/05/2026

ANTAQ RECEBE ATÉ QUARTA (13) SUGESTÕES PARA REVISÃO DA AGENDA REGULATÓRIA 2025–2028

Da Redação Portos e Logística 08/05/2026 - 17:32

A Agência A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) informou que receberá até 13 de maio de 2026 sugestões de temas para serem avaliados na revisão ordinária da Agenda Regulatória 2025–2028. Segundo a autarquia, o objetivo é ampliar a participação da sociedade e incentivar agentes dos setores aquaviário e portuário e outros interessados a apresentar propostas para o planejamento regulatório.

A agência explicou que as revisões buscam atualizar periodicamente a agenda regulatória, com inclusão, retirada, readequação ou repriorização de temas, de acordo com as demandas do setor regulado e as necessidades institucionais identificadas. A Antaq informou que a Agenda Regulatória 2025–2028 reúne temas considerados prioritários que serão regulados e acompanhados pela autarquia ao longo do quadriênio.

Ela foi aprovada em reunião ordinária da diretoria colegiada em dezembro de 2024 com 21 temas distribuídos pelos segmentos de navegação interior, navegação marítima e instalações portuárias. O documento direciona as ações normativas da Agência, buscando transparência, previsibilidade e eficiência ao processo regulatório.

Segundo a Antaq, o acompanhamento da agenda regulatória pelo mercado é considerado fator estratégico, uma vez que os temas incluídos podem resultar em revisões normativas e impactos diretos sobre operações portuárias, de navegação, fiscalização, autorizações e em outras atividades

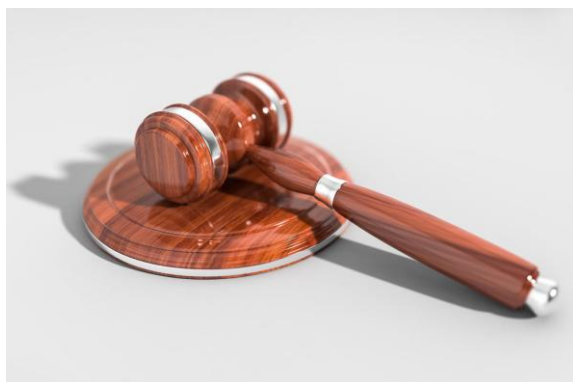
reguladas pela Agência. Os interessados em apresentar contribuições devem acessar o formulário disponível no endereço Revisão Ordinária da Agenda Regulatória 2025-2028 - Antaq.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/05/2026

PARECER PREVÊ R\$ 1 BILHÃO DE OUTORGA PARA LEILÃO DO NOVO TECON DE SANTOS

Por Danilo Oliveira Portos e logística 07/05/2026 - 23:10



Nota técnica da Casa Civil informa que revisão da equação econômico-financeira do projeto, que dobra bônus mínimo de R\$ 500 milhões apresentado anteriormente, ocorreu após ajustes técnicos e determinações do TCU

O governo federal prevê a outorga de R\$ 1,044 bilhão para o leilão do Tecon Santos 10, ainda sem data definida. O montante representa mais que o dobro dos R\$ 500 milhões de bônus mínimo de assinatura que haviam sido estabelecidos em janeiro deste ano, quando o Ministério de Portos e Aeroportos (MPor) encaminhou

à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) os documentos para a publicação do edital, acolhendo as recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU).

Em acórdão proferido em dezembro de 2025, o TCU propôs ao ministério que avaliasse a elevação do valor mínimo da outorga, anteriormente fixado em zero, tendo em vista a necessidade de conciliar a vantajosidade do ativo para o mercado com o recebimento de um valor mínimo de outorga razoável para o erário e compatível com o porte do empreendimento.

Na nota técnica, emitida na última quarta-feira (6), a Secretaria Adjunta de Infraestrutura Econômica da Casa Civil informou que a revisão da equação econômico-financeira do projeto ocorreu após os ajustes técnicos e determinações do TCU. O montante remanescente do excedente apurado deverá ser estruturado sob a forma de parcelas de outorga fixas e variáveis, distribuídas ao longo da vigência do contrato, mantido o WACC (custo médio ponderado de capital) regulamentado pela Antaq.

O ministério estabeleceu uma outorga mínima inicial, a ser paga pelo vencedor do leilão como requisito à assinatura do contrato, funcionando como um mecanismo de mitigação de riscos de seleção adversa e garantindo o alinhamento de incentivos para a implantação do terminal.

“Diante da natureza estratégica deste ativo para a infraestrutura portuária nacional e da magnitude dos investimentos previstos, é fundamental assegurar que o parceiro privado selecionado detenha solidez financeira e compromisso efetivo com a execução contratual”, destacou a Casa Civil.

Com investimento de R\$ 6,4 bilhões, o novo terminal terá área de 621 mil metros quadrados (m²) e será destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e carga geral. A previsão é que o empreendimento tenha quatro berços de atracação de navios para embarque e desembarque. A concessão será pelo prazo de 25 anos.

Acesso ferroviário

O projeto do Tecon Santos traz ainda como obrigação do futuro arrendatário a construção e a manutenção de um ramal ferroviário interno dotado de capacidade mínima de escoamento compatível com a escala do empreendimento. Esse investimento deverá ser compatibilizado com os demais projetos de acesso terrestre planejados pela Autoridade Portuária de Santos (APS) e por outros intervenientes, incluindo a eliminação de passagens em nível e a integração harmoniosa com o sistema rodoviário da região. Recentemente, o grupo de trabalho coordenado pelo Programa de Parcerias e Investimentos (PPI) e com a colaboração do Porto de Santos tem tratado da



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOSHIPPING

Edição: 075/2026
Página 69 de 69
Data: 08/05/2026
www.mercoshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

compatibilização dos projetos de engenharia da concessionária de rodovia Ecovias, com a MRS e FIPS (Ferrovia Interna do Porto de Santos), tendo em vista a restrição de espaço físico no local.

Atendendo à determinação do TCU, a minuta de contrato deverá incluir dentre as obrigações do arrendatário, a construção e manutenção na sua área interna de pátio ferroviário com capacidade mínima de escoamento em cada sentido (carga e descarga) o equivalente a 900 TEU por dia, excluindo a previsão de alternativa de pagamento de outorga adicional à autoridade portuária. Junto com o edital e seus anexos, deverão ser publicados os documentos atualizados do projeto de acesso terrestre da região aprovados pela APS e que seja previsto no contrato que o projeto da concessionária deverá ser compatível com os documentos disponibilizados pela APS.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 08/05/2026



MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercoshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 08/05/2026